

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA

FIOS, LACÊS E INPI:

**Histórias de vida e Indicação Geográfica (IG) na Renda Irlandesa em Divina Pastora
(SE) (2000-2017)**

MACEIÓ
2018

HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA

FIOS, LACÊS E INPI:

**Histórias de vida e Indicação Geográfica (IG) na Renda Irlandesa em Divina Pastora
(SE) (2000-2017)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH_UFAL), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dr^a. Janaina Cardoso de Mello

MACEIÓ
2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – RB4 - 661

O48f Oliveira, Heyse Souza de.
Fios, lacês e INPI : história de vida e indicação geográfica (IG) na renda irlandesa em Divina Pastora-SE (2000-2017) / Heyse Souza de Oliveira. – 2018.
208 f. : il.

Orientadora: Janaina Cardoso de Mello.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 114-125.

Apêndices: f. 126-206.

Anexos: f. 207-208.

1. Renda irlandesa – Divina Pastora (SE) – História. 2. Indicação geográfica.
3. Mulheres rendeiras – Divina Pastora (SE). I. Título.

CDU: 746.2(813.7)

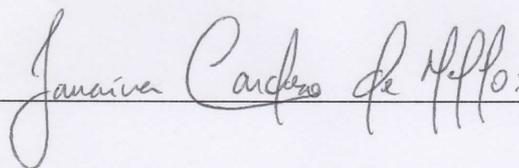
Folha de Aprovação

HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA

FIOS, LACÊS E INPI:

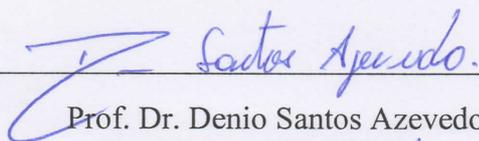
**Histórias de vida e Indicação Geográfica (IG) na Renda Irlandesa em Divina Pastora
(SE)(2000-2017)**

Dissertação submetida ao corpo docente do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 16 de julho de 2018.

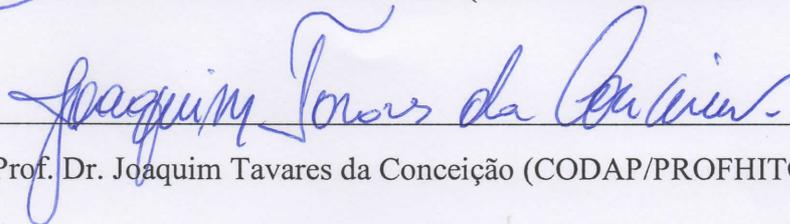


Profa Dra. Janaina Cardoso de Mello (Orientadora)

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Denio Santos Azevedo (PPMTUR-IFS/PPGCULT-UFS)



Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição (CODAP/PROFHITÓRIA-UFS)

Dedico este trabalho de dissertação a três mulheres que se tornaram minhas principais fontes de inspiração: Maria Izabel Souza de Oliveira, Aglaé D'Avilla Fontes e Prof. Dr^a Janaina Cardoso de Mello.

AGRADECIMENTOS

Enfim, chegou o momento de agradecer por mais uma etapa concluída na minha trajetória acadêmica. Entre idas e vindas de Alagoas à Sergipe agradeço a CAPES por financiar esta pesquisa com bolsa discente. As mulheres rendeiras de Laranjeiras, povoado Estiva (Nossa Senhora do Socorro) e em especial as que residem em Divina Pastora, por permitirem compartilhar suas histórias de vida, saber e fazer do ofício da Renda Irlandesa, e o marco histórico da obtenção da Indicação Geográfica para o artesanato em renda de Sergipe.

Enfatizo em mais uma oportunidade toda a minha gratidão as professoras Aglaé Fontes e Janaina Mello por toda a dedicação e generosidade de compartilhar os seus saberes comigo, me apoiando e orientando nessa caminhada. A minha mãe, por todo o amor e carinho me cobrindo de bênçãos em cada passo que eu dava.

Aos meus irmãos por torcer sempre juntos comigo em cada conquista, ao meu cunhado Pedro Góis por ter sido presente sempre que necessitei de ajuda e aproveitamento e estendendo esses agradecimentos ao demais (Marcondes e Carla) e sobrinhos por cada momento de descontração e alegria.

A família Magalhães por me receber com todo carinho e zelo a cada etapa concluída na cidade de Maceió, estendendo um abraço ainda maior a Manu, Tequinho e Neno por todo o cuidado dedicado a mim.

As pessoas que mais tiveram que lidar com meus momentos de angústia, insegurança e fraquezas: Thiago Barbosa, Patrícia Coutinho, Advanilson Castor, dona Catarina e Jocimário Dias vocês me ensinam muito nessa fase de amadurecimento acadêmico e profissional.

Aos amigos por todo apoio e torcida, Flávia Hipólito, Nathália Campos, Marcela Macedo, Kelly Sandes, Romário Portugal e Rafael Vladimir, sem deixar de mencionar minhas novas amigas da academia Dayseanne Lima, Emanuella Carvalho e Priscila Pereira por cada conhecimento e palavra de conforto compartilhada. Sem esquecer do Ramon Carvalho por ter sido companheiro de pesquisa de campo.

Aos Professores que cruzaram o meu caminho transmitindo saber e orientando o caminho que eu deveria seguir, aos funcionários do IPHAN/SE, FUNCAJU, Fábrica Ypu, SEBRAE, Prefeitura de Divina Pastora, INPI, Bibliotecas Públicas, e “sebos” por sempre me atenderem com carinho e dispostos a contribuir com a pesquisa.

Por fim agradeço a todos que direta e indiretamente contribuiu com essa pesquisa, e a Babizinha, sim ela é só uma cachorrinha, mas que tem um amor incrível no peito, capaz de alegrar e confortar qualquer coração.

RESUMO

O trabalho visa discutir as histórias de vidas e memórias associadas a produção da Renda Irlandesa de Divina Pastora (SE), com recorte temporal entre 2000 - 2017, período que culminaram a obtenção de dois títulos de grande importância para as rendeiras daquela região, sendo eles: o modo de fazer a Renda Irlandesa de Divina Pastora (SE) como Patrimônio Imaterial Brasileiro (2009) e a Indicação Geográfica (2012). No Brasil a Renda Irlandesa foi o sexto produto na categoria artesanato a receber a Indicação Geográfica (IG) na modalidade indicação de Procedência e em Sergipe no período da pesquisa o único a receber o título concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial-INPI. O título recebido confere ao produto um destaque de qualidade, indicando que a região contemplada produz um produto ou serviço de qualidade, garantida por um selo fixado no produto, o processo de solicitação da IG exige o cumprimento de várias etapas e comprovação que os produtos e serviços prestados são característicos da região. No caso das rendeiras de Divina Pastora ainda não há nenhum trabalho que historicize o processo de solicitação da IG. Para dar fôlego a pesquisa, a metodologia aplicada se constituiu do método de análise de fontes históricas, onde foram analisados documentos como livros de atas da Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa (ASDEREN), o processo de solicitação de IG de Divina Pastora (SE), Ofícios e relatórios do Sebrae- SE referentes ao artesanato em renda de Divina Pastora, leis, decretos, documentação digital constante na Biblioteca Nacional, dentre outros documentos, além da realização de entrevistas semi-estruturadas, aplicação de questionários e análise dos dados coletados. Como resultado da pesquisa foram apresentados dados que relacionam a história das rendeiras protagonistas da atividade artesanal de bordar rendado denominado Renda Irlandesa no município de Divina Pastora (SE) e a titulação de IG concedida pelo INPI.

Palavras-chave: História; Renda Irlandesa; Indicação Geográfica; Mulheres; Divina Pastora.

ABSTRACT

The work aims to discuss the life stories and memories associated with the production of the Irish Income of Divina Pastora (SE), with a temporal cut between 2000 and 2017, a period that culminated in the acquisition of two titles of great importance for the *rendeiras* of that region, : the way of making the Irish Income of Divina Pastora (SE) as Brazilian Intangible Heritage (2009) and the Geographical Indication (2012). In Brazil the Irish Income was the sixth product in the handicrafts category to receive the Geographical Indication (GI) in the indications of Origin and in Sergipe in the period of the research the only one to receive the title granted by the National Institute of Industrial Property (INPI). The title received gives the product a quality highlight, indicating that the region in question produces a quality product or service, guaranteed by a seal fixed on the product, the process of requesting the GI requires the fulfillment of several stages and proof that the products and services are characteristic of the region. In the case of Divina Pastora's lacemakers there is still no work that historicize the process of requesting the GI. In order to give vent to the research, the applied methodology consisted of the method of analysis of historical sources, where documents such as books of minutes of the Association for the Development of the Irish Income (ASDEREN), the process of requesting GI of Divina Pastora (SE), Sebrae SE reports and reports on Divina Pastora's handicrafts, laws, decrees, digital documentation at the National Library, among other documents, as well as semi-structured interviews, questionnaires and analysis of collected data . As a result of the research, we presented data that relate the history of the *rendeiras* protagonists of the artisan activity of lace embroidery denominated Irish Income in the municipality of Divina Pastora (SE) and the GI degree granted by INPI.

Keywords: History; Irish Income; Geographical Indication; Women; Divina Pastora.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Diagrama da metodologia de pesquisa	22
Figura 2- Capa do livro Encyclópede des Ouvrages de Dames de Thérèse	28
Figura 3- Documento apresentado à Assembleia Legislativa em 1930.....	31
Figura 4- Rendeiras Ercília, Marocas e Sinhá.....	39
Figura 5- Diferença entre Renda Renascença e Renda Irlandesa.....	42
Figura 6- Cartografia do IDHM em Sergipe no ano de 2010	46
Figura 7- Rendeira Alzira Santos.....	50
Figura 8- Rendeira Maria Barbosa.....	50
Figura 9- Rendeira Maria Souza.....	51
Figura 10- Rendeira Maria Jesus.....	51
Figura 11- Rendeira Maria Santos.....	52
Figura 12- Rendeira Maria J Santos.....	52
Figura 13- Rendeira Gilmaria Santos.....	53
Figura 14- Rendeira Neidielle Silva	53
Figura 15- Rendeira Edna Nogueira	54
Figura 16- Rendeira Gilda Matias	54
Figura 17- Rendeira Vanuzia Santos	55
Figura 18- Rendeira Marinez Jesus	55
Figura 19- Rendeira Maria S Silva	56
Figura 20- Rendeira Edinalda Santos	56
Figura 21- Rendeira Alenalda Santos	57
Figura 22- Rendeira Maria Lourdes	57
Figura 23- Rendeira Gilsa Santos.....	58
Figura 24- Rendeira Ivanilde Jesus.....	58
Figura 25- Rendeira Francielle Santos	59
Figura 26- Mapa de Divina Pastora /SE.....	60
Figura 27- Bandeira de Divina Pastora/SE	64
Figura 28- Gráficos comparativos do produto interno bruto (valor adicionado).....	65
Figura 29- Etapas da produção da Renda Irlandesa.....	70
Figura 30- Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa	74
Figura 31- Mapa de Divina Pastora (SE)	77
Figura 32- Processo de solicitação do PNPI.....	83

Figura 33- Mapa das IGs na modalidade de IP no Brasil	87
Figura 34- Fluxograma do processo de análise do pedido de certificação de IG.....	90
Figura 35- Gráfico das Indicações Geográficas no Brasil	91
Figura 36- Mapa das Indicações Geográficas no Brasil.....	93
Figura 37- Selo da IG da Renda Irlandesa de Divina Pastora	97
Figura 38- Processo de solicitação da IG.....	98
Figura 39- Fábrica Ypu	99
Figura 40- Máquina que produz o lacê	103
Figura 41- Qualidade do lacê.....	105
Figura 42- Cartaz do 2º Seminário Internacional de Indicação Geográfica.....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Resultados de validação dos questionários.....	20
Tabela 2- Comparação entre o programa de ensino de Sergipe e Campos de Goytacazes.....	33
Tabela 3- Participação feminina na economia do município de Divina Pastora.....	43
Tabela 4- Participação feminina no sustento das famílias em Divina Pastora.....	44
Tabela 5- Escolaridade de mulheres e homens no município de Divina Pastora em 2000.....	45
Tabela 6- Escolaridade de mulheres e homens no município de Divina Pastora em 2015.....	45
Tabela 7- Categorias do programa nacional de Patrimônio Imaterial.....	80
Tabela 8- Comparação dos preços do material em março de 2000 e agosto de 2017.....	104

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ADPIC- Acordo de Propriedade Intelectual relacionado ao Comércio

ARTESE- Associação de Artesanato de Sergipe

ASDEREN- Associação para o Desenvolvimento de Renda Irlandesa

CACSE- Centro de Arte e Cultura de Sergipe

CGE- Controladoria Geral do Estado

CNFPC- Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular

CPI- Código de Propriedade Industrial

CUP- Convenção da União de Paris

DO- Denominação de origem

FUNARTE- Fundação Nacional das Artes

GATT- Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio

GRU- Guia de Recolhimento da União

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IG- Indicação Geográfica

INPI- Instituto Nacional de Propriedade Industrial

INRC- Inventário Nacional de Referências Culturais

IPCC- Instituto Profissional Coelho e Campos

IPHAN- Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional

IPI- Imposto sobre Produtos Industrializados.

IP- Indicação de Procedência

MINC- Ministério da Cultura

NIT- Núcleos de Inovações Tecnológicas

NUTRAC- Núcleo do Trabalho Comunitário

OMC- Organização Mundial do Comércio

PNPI- Programa Nacional de Patrimônio Imaterial

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAE- Secretaria de Ação Social e do Trabalho

SEPLAG- Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe

SE-Sergipe

SPHAN- Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TRIPS- Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio

UFAL- Universidade Federal de Alagoas

UFF- Universidade Federal Fluminense

UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFS- Universidade Federal de Sergipe

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

UNIT- Universidade Tiradentes

URRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ANTES QUE SE APAGUE DA MEMÓRIA: REDIGINDO A HISTÓRIA DA RENDA IRLANDESA.....	24
2.1 Historiografia da Renda Irlandesa em Sergipe.....	27
2.2 A renda de Divina Pastora (SE) e a mulher que faz renda.....	37
3 DIVINA PASTORA: CIDADE DESTAQUE NA PRODUÇÃO DA RENDA IRLANDESA EM SERGIPE.....	60
3.1 Características do produto e etapas da produção da Renda Irlandesa.....	66
3.2 Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora	71
4 CONQUISTAS DAS RENDEIRAS: PATRIMONIALIZAÇÃO DA RENDA E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA	76
4.1 Inventário Nacional de Referências Culturais: salvaguarda e valorização	78
4.2 Indicação Geográfica (IG): proteção e potencial econômico.....	84
4.3 O Processo de solicitação das Indicações Geográficas no Brasil.....	88
4.4 Indicação Geográfica da Renda Irlandesa de Divina Pastora.....	94
5 OS FIOS, O LACÊ E O INPI	99
5.1 O fio do lacê e a relação de dependência com a Fábrica Ypu	100
5.2 Desfiando a trama: o preço do lacê e a qualidade do artesanato	104
5.3 O que fica na memória: benefícios e problemáticas da IG da Renda Irlandesa .	105
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES	123
ANEXOS	204

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se nas histórias de vida de mulheres que produzem o artesanato em renda, acompanhando o processo de obtenção da certificação da Indicação Geográfica (IG) da Renda Irlandesa de Divina Pastora (SE) atrelada à memória, ao saber-fazer e à tradição enraizados no cotidiano das mulheres. O artesanato em Sergipe, ao longo das últimas décadas, vem ganhando um destaque midiático devido às conquistas alcançadas e a mobilização das rendeiras em prol do reconhecimento de seu legado que vem sendo transmitido de geração para geração. Conceitualmente:

As atividades artesanais são aquelas em que as feições características do produto final dependem, em grande parte, da habilidade do trabalhador. O trabalho pode ser inteiramente manual ou contar com o auxílio de determinados instrumentos. O artesão enquanto indivíduo é aquele que exerce um ofício, produz bens materiais para a comercialização sem que haja repetidores industriais, ou ainda é o indivíduo que exerce, por conta própria, uma arte, ou ofício manual, como reza o Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (LEMOS 2011, p.14).

Andrade (1938, p.16), em sua discussão sobre “O artista e o artesão” na tensão entre “criação e repetição”, indica que o artesanato pode ensinar e que seu produto pode tornar-se testemunho da relação homem-sociedade, sendo, portanto, no devir da história aquele objeto capaz de traduzir a cultura de sua comunidade de origem.

Décadas mais tarde, Gullar, em um artigo de 1994, abordou a distinção entre arte e artesanato, valorizando mais a primeira por ser um “ato criativo”, com maior autonomia estética e financeira, enquanto o segundo estaria preso às formas tradicionais de produção de itens de uso. Afirmou que:

Uma das características do artesanato, em contraposição à arte então nascente, é que esta se caracteriza pela busca de novas formas e estilos, enquanto o artesanato é conservador e repetitivo. Nele, a experiência é passada de pai para filho e não como conhecimento estético, forma estilística, mas como a forma do objeto, ou seja: um copo se faz assim, uma bandeja se faz assim, um cálice se faz assim (GULLAR, 1994, p.8).

Já Ribeiro (1984), traz como premissa a manutenção da identidade cultural e a melhoria da qualidade de vida dos segmentos dedicados às atividades artesanais.

Alguns trabalhos acadêmicos mais recentes, principalmente oriundos do Ceará, têm se dedicado a discutir o tema do artesanato enquanto conceito e prática. Um desses casos é a dissertação de Mestrado em História de Cardoso (2010), que trata da formulação do termo

“artesanato” enquanto “cultura popular” e de sua prática no Ceará, porém abordando-o de forma geral e não apenas uma modalidade.

Há ainda o artigo de autoria de Lima, fruto de sua palestra sobre Artesanato Solidário na Central (ARTESOL), em 2005, que propõe cinco pontos de discussão a partir do artesanato e está disponível no portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Para o autor:

[...] o objeto artesanal é definido por uma dupla condição: primeiro, o fato de que seu processo de produção é em essência manual. São as mãos que executam basicamente todo o trabalho. Segundo: a liberdade do artesão para definir o ritmo da produção, a matéria-prima e a tecnologia que irá empregar, a forma que pretende dar ao objeto, produto de sua criação, de seu saber, de sua cultura (LIMA, 2005, p.2).

No caso de Sergipe é necessário salientar que projeto Artesanato Solidário¹ atuou como um grande incentivador das rendeiras do município de Divina Pastora, pois com esse apoio foi criada a Associação para o Desenvolvimento de Renda Irlandesa (ASDEREN) e seis anos depois, em 2006, a mesma passou a ter sua estrutura física (sede) e com ela surgiram as primeiras atas, estatutos e demais documentos que passaram a integrar a escrita da história das artesãs enquanto detentoras de um saber construído e representado em coletividade.

Em novembro de 2008 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) aprovou o pedido de registro de bem cultural imaterial, via a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), sendo chancelado o “modo de fazer” da Renda Irlandesa de Divina Pastora (SE) como Patrimônio Imaterial Brasileiro em 28 de janeiro de 2009.

Em 2011 as artesãs de Divina Pastora entraram com o pedido da modalidade de Indicação de Procedência (IP) da Indicação Geográfica (IG) da Renda Irlandesa junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e no final do ano de 2012 o pedido de IG da renda foi aprovado. O certificado foi entregue em cerimônia realizada no Museu da Gente Sergipana, no dia 11 de abril de 2013, em Aracaju, capital do estado de Sergipe.

As IGs e suas modalidades são para o INPI: “[...] ferramentas coletivas de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios. Elas possuem duas funções em principal: agregar valor ao produto e proteger a região produtora” (GIESBRECHT, 2014,

¹ O projeto foi criado em 1998, no âmbito do programa Comunidade Solidária, pelo governo federal. Buscava-se incentivar o artesanato de tradição em comunidades de baixa renda, principalmente aquelas afetadas pela seca. Ao final do governo de Fernando Henrique Cardoso, a primeira dama Ruth Cardoso tornou esse projeto mais permanente ao criar o Artesanato Solidário, em 2002, que se transformou numa Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

p.14). Apresentam-se, em conformidade com a Lei de Propriedade Intelectual nº9.279/1996, divididas em duas espécies:

Indicação de procedência (IP). Esta espécie valoriza a tradição produtiva e o reconhecimento público de que o produto de uma determinada região possui uma qualidade diferenciada. É caracterizada por ser área conhecida pela produção, extração ou fabricação de determinado produto. Ela protege a relação entre o produto e sua reputação, em razão de sua origem geográfica específica.

Denominação de origem (DO). É a espécie onde as características daquele território agregam um diferencial ao produto. Define que uma determinada área tenha um produto cujas qualidades sofram influência exclusiva ou essencial por causa das características daquele lugar, incluídos fatores naturais e humanos. Em suma, as peculiaridades daquela região devem afetar o resultado final do produto, de forma identificável e mensurável (GIEBRECHT *et al*, 2014, p.14).

De acordo com Barreto, diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), no discurso de apresentação da obra publicada pelo referido órgão em 2014,

As Indicações Geográficas constituem um ativo de Propriedade Industrial e uma importante ferramenta na proteção e na promoção de áreas geográficas vinculadas a produtos e serviços específicos. O registro das Indicações Geográficas proporciona melhoria da qualidade de produtos e serviços e viabiliza o acesso a nichos de mercado. Possibilita ainda aos pequenos negócios estabelecer um diferencial frente aos concorrentes, estimula o desenvolvimento da governança local, o aprimoramento dos processos produtivos e o incremento do turismo e das atividades culturais da região. Favorecem, portanto, o desenvolvimento das áreas geográficas demarcadas e a valorização das pessoas que ali vivem e produzem (GIESBRECHT, 2014, p.08).

Apesar de Divina Pastora receber maior destaque na produção dessa tipologia de artesanato este não é o único município a produzi-lo, pois, cidades vizinhas como Maruim, Riachuelo e Laranjeiras também são conhecidas pela elaboração da Renda Irlandesa. E alguns estudos apontam que outros estados brasileiros também executam o artesanato, citando o exemplo de Campos de Goytacazes no Rio de Janeiro, divergindo da informação costumeira de que “Sergipe seria o único lugar do mundo onde a Renda Irlandesa seria elaborada” (CENTRO DE ARTE E CULTURA DE SERGIPE, s/d), uma vez que está frase parece ter sido uma estratégia de marketing para ressaltar o valor daquela localidade na busca pelo título de patrimônio imaterial, ofuscando com isso as demais localidades.

Tendo em vista essas premissas, o objetivo geral da pesquisa configura-se em: estudar as histórias de vida das rendeiras envolvidas no processo de obtenção da Indicação Geográfica (IG) através da Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora/ASDEREN, em 2012. Já os objetivos específicos estão direcionados para: 1. Analisar a historiografia, com ênfase em Sergipe, que aborda o artesanato feminino; 2. Identificar os

processos estético-artísticos na produção da Renda Irlandesa em Divina Pastora- SE; 3. Discutir a valorização do artesanato da Renda Irlandesa de Divina Pastora - SE, a partir dos pressupostos da História Cultural; 4. Refletir sobre os impactos do registro de IG da Renda Irlandesa de Divina Pastora- SE no cotidiano artesão nos últimos anos.

Inicialmente o corte cronológico foi pensado para analisar a historiografia da Renda Irlandesa no período de (2000-2015), porém houve a necessidade de readequar para o período de (2000-2017) por entender a temporalidade necessária para abarcar o desenvolvimento da associação das rendeiras, o processo de obtenção da IG e seus impactos sociais, econômicos e culturais, além do que no final do ano de 2016 houve o anúncio do fechamento da fábrica Ypu e o comunicado que a fábrica não iria mais produzir o lacê. A notícia causou um grande impacto para produção da Renda Irlandesa, visto que a empresa era a única a produzir o material no Brasil.

Alguns órgãos e instituições, como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Universidade Federal de Sergipe e representantes dos municípios que produz o artesanato se mobilizaram para encontrar soluções para o caso. No caso das rendeiras de Divina Pastora a substituição do material poderia implicar em danos no título de Indicação de Procedência concedido a Renda Irlandesa produzida no município. O recorte espacial está vinculado ao único espaço sergipano a obter a certificação do INPI voltada para a produção artesanal: o município de Divina Pastora (SE).

O interesse pelo tema da pesquisa advém de algumas experiências da autora, que em 2013 passou a integrar a equipe de comissionados da Fundação Cultural de Aracaju, onde estava como vice-presidente a pesquisadora Aglaé Fontes, uma das principais consultoras da Renda Irlandesa em Sergipe. No ano de 2015, a prefeitura através da FUNCAJU assinou um convênio com o IPHAN visando a elaboração de um projeto de capacitação de jovens para criação de um documentário sobre a Renda Irlandesa com início de sua execução em 2018.

Mas o despertar para a temática Indicação Geográfica surgiu ainda na graduação em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), quando na época integrava o quadro de bolsistas de Iniciação Científica da Professora Doutora Janaina Cardoso de Mello que já pesquisava as IGs, suas potencialidades e relação com o INPI.

Destarte, esse trabalho ao historicizar as rendeiras em suas vidas e ofício, bem como o processo pelo qual a IG foi obtida, em 2012, via Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora (ASDEREN), busca responder aos seguintes questionamentos: Como a historiografia, e particularmente os escritos sobre Sergipe, tem abordado o artesanato feminino? Quais histórias de vida, memórias e tradições misturam-se

aos pontos e bordados da Renda Irlandesa? Como se desenvolveu o processo registro da IG da Renda Irlandesa em Sergipe? Qual o impacto dessa inserção em seu cotidiano de trabalho/comercialização/sustentabilidade? A IG interferiu de algum modo na identidade tradicional do produto em termos de concepção artístico-estética das peças tradicionais em Renda Irlandesa?

Poucos historiadores têm tomado como objeto de pesquisa o Direito de Propriedade Intelectual e particularmente as IGs no artesanato. Dentre eles, um dos pioneiros em tratar de Direito de Propriedade é o pesquisador Malavota (2003), com sua monografia em História intitulada “A criação do INPI: um estudo sobre propriedade industrial e comércio de tecnologia no Brasil” sob a orientação do Prof. Dr. Renato Lemos, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Posteriormente, em 2006, defendeu a dissertação “Patentes, marcas e transferência de tecnologia durante o regime militar: um estudo sobre a atuação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (1970-1984)” no Programa de Pós-Graduação em História Social pela mesma universidade, também sob a orientação do Prof. Dr. Renato Lemos. Em 2011, concluiu seu Doutorado em História, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a tese “Inovar, modernizar, civilizar: considerações sobre o sistema de patentes no Brasil (1809-1882)” sob a orientação da Profa. Dra. Márcia Motta.

Apesar de Malavota não lidar especificamente com as IGs em seus trabalhos acadêmicos, por ser um dos primeiros historiadores no país à inserir o trato com os serviços ofertados pelo INPI (patentes, marcas, registros de *softwares* e dentre elas as IGs) na historiografia, inaugura um novo espaço temático atendendo à evocação por “novos problemas, novas abordagens e novos objetos” que intelectuais europeus como Jacques Le Goff e Pierre Nora propuseram na década de 1970.²

Siqueira (2014), apesar de sua formação como economista, no artigo “Indicações Geográficas e Desenvolvimento Regional: Uma estratégia para o desenvolvimento regional a partir da valorização da cultura, da natureza e da história local”, oriundo de suas pesquisas em Portugal, propõe a análise dos produtos econômicos vinculados às territorialidades indenitárias a partir da “observação do tempo”, das continuidades e rupturas. Para o autor as atividades produtivas em cada região estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento da história local.

² Publicada em três volumes inicialmente em Paris pela Ed. Gallimard, no Brasil, a coleção encontra-se publicada sob o título: História: novos problemas (tradução de Theo Santiago); História: novas abordagens (tradução de Henrique Mesquita) e História: novos objetos (tradução de Teresinha Marinho), 1ª edição em 1976 pela editora Francisco Alves.

A tese de doutorado em Ciências Sociais Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, defendida por Belas (2012) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), aborda o registro de IG do Capim Dourado na Região do Jalapão, em Tocantins, traça o perfil dos artesãos identificando rotas e desvios responsáveis pela atribuição de valor aos produtos em capim dourado na contemporaneidade. Sua abordagem, embora sociológica, percorre a História Social do artesanato, suas condições ambientais e culturais de trabalho, detendo-se especialmente na manutenção das políticas de transmissão do conhecimento às novas gerações após a obtenção da IG.

Cabe ainda salientar a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional junto ao Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, nomeada “Indicação Geográfica: um instrumento de suporte ao desenvolvimento socioeconômico e humano das rendeiras de Divina Pastora em Sergipe?”, de autoria de Regalado (2011). A pesquisa utiliza-se um estudo de caso baseado em entrevistas com três grupos diferentes de rendeiras e depoimentos de representantes de algumas instituições, públicas e privadas, que têm ou possam vir a ter interface com a ASDEREN.

Houve uma dissertação de Mestrado em Antropologia, defendida na Universidade Federal de Sergipe (UFS), por Andrade (2012), intitulada “Entre o risco e o ponto: o intangível consumido”. O trabalho privilegiou uma nova abordagem sobre a Renda Irlandesa, tratando-a a partir de seu consumo como uma questão de cultura, para analisar o advento das novas atitudes assumidas pelas artesãs no saber fazer, em meio às demandas do mercado de moda ligadas ao vestuário feminino, que preveem a potencialidade do uso de motivos artesanais na formulação de vestimentas.

Por fim, mas não menos importante, a Profa. Dra. Janaina Cardoso de Mello, historiadora na UFS e UFAL, nos últimos anos tem publicado vários artigos voltados para a discussão das IGs concedidas aos artesanatos da Renda Irlandesa de Sergipe – tratando de Divina Pastora e Laranjeiras (MELLO; SILVA, 2014) – e do Capim Dourado da região do Jalapão, no Tocantins. Sua pesquisa estimula a instrumentalização e apropriação das IGs por outras comunidades artesãs no Brasil, aliando patrimônio cultural e empoderamento social.

Alinhada aos trabalhos acima citados e retomando a justificativa do historiador Duby (1993, p.13), para a escolha de seu objeto de pesquisa no livro “A História Continua”, tem-se nesse projeto uma fascinação pela “história do homem comum, do homem em sociedade”, mas claro que neste caso, das mulheres comuns, das rendeiras na sociedade sergipana que fazem história (acontecimento e relações sócios temporais) e são produto da História (disciplina acadêmica).

A realização dessa pesquisa se fez importante uma vez que a obtenção da IG da Renda Irlandesa de Divina Pastora ainda é muito recente (final de 2012) e ainda não há nenhum trabalho acadêmico que historicize seu processo. O olhar sobre o artesanato em renda do município mantém o predomínio antropológico sobre o patrimônio imaterial, conduzido por Beatriz Góis Dantas e pelo registro do bem cultural no INRC-IPHAN.

Desse modo, uma proposta de pesquisa que contextualize as rendeiras e o registro de IG da Renda Irlandesa em Divina Pastora- SE, na via da História Cultural, em seu impacto na memória e identidade local, sai do lugar comum e apresenta-se como original e necessária para a comunidade produtora, os pesquisadores do tema e a sociedade brasileira em geral.

Tendo-se em vista que uma parte do grupo social que participou desse processo está na maturidade, a protelação de um trabalho como esse poderá resultar na perda de informações preciosas e jamais passíveis de serem recuperadas.

O trabalho ao historicizar as narrativas de vida de mulheres que se dedicam ao artesanato da renda, bem como o processo de obtenção da Indicação de Procedência (IP) da Renda Irlandesa, tornando-a o sexto produto na categoria “Artesanato” a receber uma IG – sendo em Sergipe ainda o único produto com essa certificação – busca inserir no debate historiográfico os processos titulação de Propriedade Intelectual e da qualidade de um produto fruto da cultura imaterial.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa, no que diz respeito à metodologia adotada, apresenta caráter exploratório qualitativo e inicialmente buscou realizar o levantamento de documentos primários na própria comunidade estudada, como: os Livros de Atas da Associação para o Desenvolvimento da Renda de Divina Pastora (ASDEREN); o Processo de solicitação de IG da Renda Irlandesa de Divina Pastora- SE (INPI), contendo 307 páginas; o Processo de registro de Indicação Geográfica (IG) na modalidade Indicação de Procedência (IP), 26/12/2012, número de IG201107, da Renda Irlandesa de Divina Pastora- SE (INPI); além de acessar fontes institucionais à exemplo do Acordo de Cooperação Técnica INPI-IPHAN; das Atas da Câmara Municipal de Divina Pastora (2010-2015); dos Ofícios e Relatórios do Sebrae- SE referentes ao artesanato em renda de Divina Pastora – SE; do Livro de Registro dos Saberes; do Registro da Renda Irlandesa de Divina Pastora como Patrimônio Imaterial, Decreto nº 1.355 de 30 de dezembro de 1994 e da Lei 9.279, de 14 de maio de 1996 e documentação primária digital constante na Biblioteca Nacional também foi alvo da pesquisa.

O método de análise das fontes históricas seguiu os princípios da contextualização crítica de conteúdo (produtor, local, temporalidade, intencionalidade e contradições de produção), comparando-se as narrativas presentes em fontes que emanam da comunidade artesã com aquelas construídas pela burocracia institucional. Por isso uma especial atenção foi dada às ambiguidades, conflitos, apropriações e ressignificações de sentido.

Integram esse trabalho ainda entrevistas orais com as rendeiras de Divina Pastora. Do universo de entrevistados, a escolha por ouvir além da liderança local, também as artesãs independentes, as mais idosas e outras da nova geração, teve por objetivo levantar questões referentes à transmissão do modo de fazer artesanal e identificar as condições de sustentabilidade futuras do ofício e da IG concedida ao artesanato.

A elaboração das questões para a realização das entrevistas com as rendeiras foi sucedida de um instrumento de validação no formato de uma tabela com 15 itens compostos pelas perguntas na primeira coluna, pelos objetivos relacionados à cada questão na segunda coluna, para que fossem destacados os níveis de coerência e clareza das perguntas, possuindo ainda a identificação com assinatura do público de destino. O material aplicado foi adaptado a partir do modelo do formulário de validação de questionário e entrevista em pesquisa científica acadêmica do Prof. Msc. Edvaldo de Farias (CREF/RJ 2665). O instrumento de validação para essa pesquisa foi aplicado a 15 pessoas com distintas formações (graduação e ensino médio). Suas respostas compõem a tabela 1.

Tabela 1- Resultados da validação dos questionários

Critérios	Respostas Positivas		Respostas Negativas		Percentual Positivo	
	Coerência	Clareza	Coerência	Clareza	Coerência	Clareza
1. Identificação	15	12	-	-	100%	80%
2. Perfis do entrevistado	44	42	1	3	90%	80%
3. Levantamento histórico	22	22	-	1	74%	74%
4. Relação do entrevistado com o produto	12	12	3	-	80%	80%
5. Notoriedade e território do produto	10	12	1	1	67%	80%
6. Produto e território	14	9	1	3	94%	60%
7. Faixa etária	12	14	2	1	80%	94%
8. Notoriedade e comércio	12	9	1	3	80%	60%
9. Associação,						

cursos e órgãos de artesanato	14	11	1	1	94%	74%
10. Associação e relação com IG e INRC	12	10	-	3	80%	60%
11. Conhecimento IG	14	10	1	2	94%	60%
12. Exclusividade da IG	14	10	1	2	94%	60%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

Na tabela 1 foram avaliadas 15 questões para os itens 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12; 45 questões (agrupamento relacional temático) para o item 2; 30 questões (agrupamento relacional temático) alusiva ao item 3. O agrupamento relacional temático foi realizado para três perguntas com teor aproximado, apesar de suas especificidades (perfis e levantamento histórico). As respostas coletadas na tabela de validação do questionário permitiram primeiro identificar que algumas pessoas responderam como se fossem elas as entrevistadas e não se as questões eram coerentes e claras. Apesar do desvio, foi possível obter um quantitativo igual ou maior de 60% de respostas que consideraram positivos os itens referentes à coerência e clareza. A maioria das respostas esteve na faixa dos 80% ou acima desse percentual. Os dados quantitativos, portanto, corroboraram a utilização do questionário proposto.

As narrativas obtidas via entrevistas constituem o centro nervoso da pesquisa, do qual emanam as razões e os dilemas da elaboração da dissertação proposta, por isso foram realizadas entrevistas gravadas em MP3, entre 40' e 60', no formato semiestruturado, tendo como amostragem um quantitativo mínimo 15 e máximo de 30 entrevistas, com posterior realização de transcrições para análise qualitativa do conteúdo.

A escolha das entrevistadas se deu pelo critério de faixa etária dentro da disponibilidade das mesmas para abordar o tema, visto que, nem todas as rendeiras se sentiram seguras e à vontade para abordar o processo de concessão da Indicação Geográfica para o município de Divina Pastora.

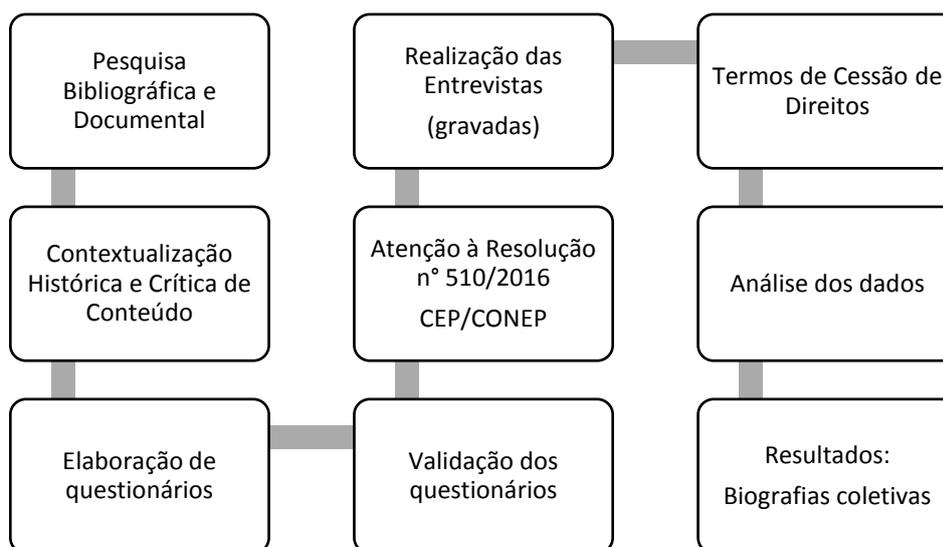
Em campo ficou evidente que existe conflitos e concentração de informação com algumas rendeiras que estiveram à frente da ASDEREN na época da solicitação da IG, mas que atualmente acreditam que é de responsabilidade da atual Presidente da Associação saber e prestar informações sobre o tema, já que o processo de solicitação ao INPI foi realizado pela associação.

Por se tratar de um trabalho envolvendo pessoas identificadas e tendo em vista a Resolução nº510 de 07 de abril de 2016, com regras referentes aos procedimentos éticos

aplicáveis as Ciências Humanas e Sociais, buscou-se seguir o protocolo de pesquisa junto ao sistema CEP/CONEP. O percurso trilhado foi a reunião do material de pesquisa (projeto, formulários, termos de consentimento) para cadastro na Plataforma Brasil, entretanto, este terminou sendo adiado em razão da instabilidade da mesma (na época em fase de testes, pois anteriormente tal prerrogativa era obrigatória somente na área das biociências).

Como o cadastro é feito *online*, o fato da plataforma passar muitos meses fora de funcionamento prejudicou a evolução do processo e quando este pôde seguir os trâmites regulares as pendências verificadas exigiram o cadastro de uma data de realização da pesquisa destoante (2018-2019). Para não incorrer em falsidade ideológica de datas, optou-se por utilizar os termos de cessão de direitos das entrevistas realizadas (anexo), já que não foi possível o cadastro na Plataforma Brasil.

Figura 1- Diagrama da metodologia da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

Para atender à formulação proposta nos objetivos da pesquisa, na primeira seção constitui-se a introdução do trabalho, na segunda será abordada a análise de como a historiografia sergipana tem tratado o artesanato feminino, o motivo pelo qual o artesanato da Renda Irlandesa foi alçado como um produto diferenciado dos demais na mesma categoria “agulha e linha”, a influência do artesanato na vida dessas mulheres.

Na terceira seção a discussão gira em torno da contextualização do município de Divina Pastora, a técnica utilizada para confecção do produto, as características do mesmo (pontos, matéria prima, processo) e a criação da Associação para Desenvolvimento da Renda Irlandesa (ASDEREN).

Já na quarta seção busca-se relatar se a IG interferiu de algum modo na identidade da Renda Irlandesa, o impacto na comercialização e a sustentabilidade do mesmo produto após receber o título, o motivo dos municípios vizinhos que também produzem o artesanato como Riachuelo e Maruim não serem abrangidos pela IG, a diferença entre o registro via INRC concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a IG concedida Pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Origem da Indicação Geográfica (IG), para quem a mesma serve, a importância e o destaque que os produtos recebem ao se tornar um produto com registro de IG, o processo de solicitação para concessão de IG, quem teve a ideia de solicitação e se as rendeiras obtiveram apoio de algum órgão ou empresa.

Na quinta seção as discussões giraram em torno da dependência das rendeiras e o lacê fabricado pela fábrica Ypu, abordando principalmente o fato que se relaciona à manutenção ou perda da IG junto ao INPI pelo não cumprimento do regulamento de uso e as alternativas traçadas para o enfrentamento dessa problemática. Por fim, a sexta seção trata das considerações finais que abordará o desfecho de toda pesquisa em torno do ofício da renda e a obtenção da IG para as rendeiras do município.

2 ANTES QUE SE APAGUE DA MEMÓRIA: REDIGINDO A HISTÓRIA DA RENDA IRLANDESA

Burke (2011, p.10) define a Nova História como “a história escrita como uma reação deliberada ao ‘paradigma tradicional’ um termo útil embora impreciso, posto em circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn”. Uma das características do paradigma tradicional centrava-se na escrita da História com base em documentos oficiais, outro traço era a visão da história essencialmente como uma narrativa dos acontecimentos. Por isso, indagava:

Quem inventou - ou descobriu - a nova história? A expressão é as vezes utilizada para os desenvolvimentos ocorridos nos anos 1970 e 1980, período que a reação contra ao paradigma tradicional tornou-se mundial, envolvendo historiadores do Japão, Índia, da América Latina e de vários outros lugares. [...] para muitas pessoas, a nova história está associada a Lucien Febre e Marc Bloch, que fundaram a revista *Annales* em 1929 para divulgar sua abordagem, e na geração seguinte, a Fernand Braudel. Na verdade, seria difícil negar a importância do movimento para a renovação da história, liderado por esses homens. Todavia, eles não estavam sozinhos em sua revolta contra os rankeanos (BURKE, 2011. p.17).

Para o autor a corrente seguia em outra direção, a Nova História, que se preocupa mais com a análise das estruturas e passa a dar uma ênfase maior à “história vista de baixo”, ou seja, considerando opiniões de pessoas comuns e não mais exclusivamente “de cima, centrada nos feitos de grandes homens, estadistas, generais ou eclesiásticos”. Assim, a Nova História começou a se interessar por toda história da sociedade, incluindo análises e pesquisas sobre temas variados, como por exemplo, a história da infância, da loucura, da morte, dentre outros (BURKE, 2011, p.10). Deste modo:

O historiador cultural abarca artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar. A ênfase em “culturas” inteiras oferece uma saída para atual fragmentação da disciplina em especialistas de história de população, diplomacia, mulheres, ideias, negócios, guerras e assim por diante (BURKE, 2005, p.08).

Pesavento (2012, p.2) cita o momento da crise dos paradigmas nas últimas décadas do século XX, onde as duas posições interpretativas da história criticadas foram: o marxismo e a corrente dos *Annales*, combatendo-se a ideia de “verdade absoluta” contida na fonte documental de origem política e/ou econômica que falava por si mesmo, impulsionando assim a renovação e abertura para uma nova vertente historiográfica conhecida como História Cultural ou mesmo Nova História Cultural, contudo:

Se a História Cultural é chamada de Nova História Cultural, como o faz Lynn Hunt, é porque está dando a ver uma nova forma de a História trabalhar a cultura. Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda mesmo de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de ideias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentem de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2012, p.05).

Ainda para Pesavento (2012) “a história trabalha com a mudança no tempo, e pensar que isso não se dê no plano da escrita sobre o passado implicaria em negar pressupostos”, assim,

Por exemplo, o conceito de representação é, formal e claramente assumido por todos? A resposta mais justa seria não. Entretanto, entendemos que, de uma forma geral, todos trabalham com a mesma ideia do resgate de sentidos conferidos ao mundo, e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas. Se estamos em busca de retrair uma postura e uma intenção partilhada de traduzir o mundo a partir da cultura, é preciso descobrir os fios, tecer a trama geral deste modo de fazer História, prestar atenção em elementos recorrentes e, talvez, relevar as diferenças entre os autores, o que, sem dúvida, é um risco (PESAVENTO, 2012, p.6).

Entretanto, segundo artigo publicado por Langer (2012), Burke tinha um modo de pensar diferente de Pesavento com relação aos conceitos de “imaginário” e “representação” bastante utilizados nessa nova corrente historiográfica, pois:

[...] o historiador britânico Peter Burke, ao contrário de Sandra Pesavento, percebe que houve um movimento contrário – primeiro ocorreram às teorizações do imaginário social, para em seguida passar-se às ideias de representação e construtivismo na nova história cultural, inicialmente os estudos de imaginário tiveram dois trabalhos paradigmáticos na historiografia francesa a obra as três ordens ou o imaginário do Feudalismo (1978) de Georges Duby, e o nascimento do purgatório (1981), de Jacques Le Goff (LANGER, 2012).

Refletindo sobre essa abordagem dos contrários para entender a Renda Irlandesa à luz dessas perspectivas, se esse trabalho adotar a concepção de Burke, afirmará que primeiro houve a ideia das formas do desenho absorvidos do cotidiano das artesãs para que depois estes viessem a se transformar nos pontos (cultura material) representativos de sua visão de mundo.

Já o pensamento de Pesavento indicaria um caminho contrário: os pontos da Renda Irlandesa foram se desenvolvendo sem maiores conjecturas mentais, até que em determinado momento, houve a necessidade de explicá-los para melhor ensiná-los. Deixaremos esse ponto

em aberto, para que mais adiante, ao tratar dos pontos e bordados da Renda Irlandesa, essa encruzilhada possa ser solucionada.

Assim, o estudo de temas inseridos no cotidiano do povo comum como a Renda Irlandesa produzida no município de Divina Pastora, ao longo dos anos, foi objeto de pesquisa de estudiosos como antropólogos, museólogos e economistas produzindo várias interpretações voltadas para sua área.

Em Sergipe, Beatriz Góis Dantas, pesquisadora, antropóloga, foi autora de diversas publicações como catálogos, artigos, relatórios sobre a inserção da cultura e ofício de fazer renda entre as mulheres de Divina Pastora, do mesmo modo que Aglaé d'Ávila Fontes, professora, escritora e folclorista também pesquisadora e consultora da renda no estado³.

Em outros estados, pesquisadores como Lourdes Cedran, museóloga, foi uma das primeiras autoras a escrever sobre a renda da região e o antropólogo Antônio Arantes foi responsável por estudos e publicações relevantes sobre a importância da renda na economia do município.

Para a historiografia da Renda Irlandesa em Sergipe, Beatriz Góis Dantas pode ser considerada uma das maiores autoras sobre o tema, ressaltando seu texto “Dos baús as passarelas: trajetória e desafios da Renda Irlandesa” no qual Dantas (2013, p.16) expõe as dificuldades do acesso à documentação escrita em Sergipe, exemplificadas por ela como projetos, cadastros, relatórios, dentre outros e justifica que essa deficiência foi suprida graças à consulta de jornais, documentos eletrônicos e coleta de relatos orais.

Na História Cultural o aceite de novas fontes para pesquisa (incluindo a oralidade) permite que historiadores possam, através da coleta de depoimentos e relatos de quem viveu os fatos na posição de agente direto, preencher as lacunas textuais na escrita da história dos acontecimentos.

Como uma nova fonte de dados, as entrevistas, tem a função de auxiliar o historiador a compreender ou até mesmo confrontar outros documentos escritos, à exemplo de jornais, certidões, cartas; documentos icnográficos (fotografias, ilustrações, desenhos, obras de arte, gravuras, mapas), assim como outros tipos de documentos históricos, que não trazem consigo informações mais detalhadas.

³ Beatriz Góis Dantas e Aglaé d'Ávila Fontes foram as pesquisadoras responsáveis pelo material de pesquisa, apresentado em Brasília, para o reconhecimento do modo de fazer a Renda Irlandesa, como patrimônio imaterial brasileiro em 2009.

2.1 Historiografia da Renda Irlandesa em Sergipe

A oralidade das fontes, na perspectiva da Renda Irlandesa em Sergipe, desde seus primeiros estudos e publicações tem sido considerada uma fonte primordial de pesquisa sobre a história e ofício das mulheres que fazem a renda na cidade de Divina Pastora.

Para entender melhor a inserção da Renda Irlandesa no município, Dantas (2013) faz uma análise do ensino de rendas e bordados, na década de 1950, na época era comum as escolas ensinar a disciplina “trabalhos manuais”, o ofício era considerado disciplina a ser cursada por mulheres, dentro da grade de disciplinas, integrante de diversos cursos do ginásial, normal e técnico.

As escolas preparavam as moças para serem boas dona de casa, prendadas e detentoras de saberes como bordados e costuras. Sobre o ensino das rendas e bordados em Sergipe, Dantas explica:

As mestras eram, por vezes, pessoas bem-postas na vida, algumas delas, filhas de fazendeiros que se permitiam viajar a Salvador, de onde traziam os aviamentos mais sofisticados e necessários à sua arte, inexistentes no comércio local, à época. [...] O livro de Berta Schwetter, *Enciclopédia de trabalhos manuais* (1958) com várias edições desde os anos 40 era a literatura que tinha acesso regular. Desse modo, as professoras de aulas particulares de bordados e outros atavios domésticos que existiam em muitas cidades sergipanas, ampliavam e a atualizavam o conhecimento e prática dessas artes femininas, também ensinadas em colégios de freiras, orfanatos ou escolas públicas (DANTAS, 2013, p.20).

Nos estudos sobre a origem do ofício em Divina Pastora, e suas protagonistas, Dantas (2009, p.34) faz referência a Ana Rollemberg, uma senhora da aristocracia sergipana com acesso ao estudo de rendas e bordados. Em outra obra a autora traz ainda um depoimento pessoal de suas experiências em pesquisa com fonte oral, citando a entrevista realizada entre 2000 e 2005, com Neuza Cardoso herdeira de uma família de proprietários rurais do município de Aquidabã, que possuía nas décadas de 50-60 um ateliê de costura, posteriormente adquire um antiquário onde vendia peças de Renda Irlandesa para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília (DANTAS, 2013, p.20).

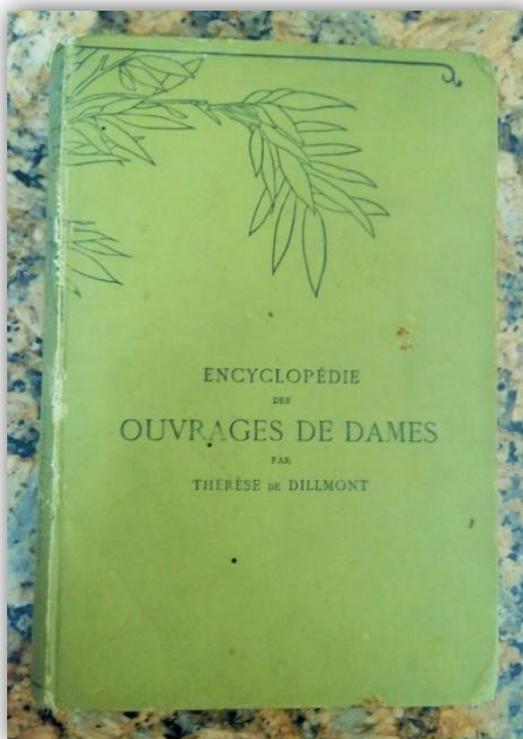
Mas o fato que chama atenção é que a autora cita que encontrou entre os pertencentes de dona Neuza um exemplar do livro *Encyclopède des Ouvrages de Dames* de Thérèse de Dillmont (figura 2), editado no século XIX, atualmente considerado um raro manual sobre ensino de rendas e bordados. (DANTAS, 2013, p.20). Talvez esteja nesse depoimento um elemento chave para a disseminação do ofício do artesanato na região, a partir de um item (livro) que desencadeia várias teias de conhecimento de saberes, vindo da Europa oitocentista. De acordo com Dantas:

A renda irlandesa é uma renda feita com agulha e linha, cuja técnica e modo de fazer estão descritos com riquezas de detalhes em livros europeus do século 19 destinados ao Público feminino dentre eles *Encyclopédie des Ouvrages de Dames* de Thérèse de Dillmont (sd) editada em várias línguas, circulou em versão francesa no Brasil, inclusive em Sergipe, entre as senhoras da elite, inspirando trabalhos e nobilitando certo fazeres feminino. As origens da renda remontam da Europa, vinculando-se aos centros rendíferos do velho mundo, que, sob os ventos renovadores da revolução Industrial, encontram abrigo em conventos da Irlanda, derivando daí, possivelmente, o seu nome (DANTAS, 2013, p.16).

A obra *Encyclopédie des Ouvrages de Dames* de Thérèse de Dillmont, trata-se de um periódico escrito por volta de 1866, bastante ilustrado, contendo mais de 742 páginas, capa dura, com versão na língua francesa, apontada como preferida entre as mulheres brasileiras que dispunham interesse em aprender a arte de rendar.

A aquisição do livro pela autora, se fez necessário para compreender as narrativas históricas que abordavam o mesmo. Na obra, página 628 (anexo c) existe uma imagem com a descrição “*Dentalles Irlaindaisse Avec Fond a Mailles*”, trata-se de uma espécie de desenho em preto e branco, apesar de não dar para notar qual tipo de material estaria sendo utilizado na técnica, as características apresentas são bastantes semelhantes com o método utilizado pelas rendeiras de Sergipe, no centro do desenho observa-se a utilização de um material mais encorpado, enquanto ao preenchimento das formas nota-se um material mais estreito.

Figura 2- Capa do livro *Encyclopédie des Ouvrages de Dames* de Thérèse



Fonte: Foto do livro retirada pela autora. 2018.

Um fato curioso, porém, ainda muito impreciso, é a confecção do artesanato da Renda Irlandesa na região de Campos de Goytacazes/RJ. Amaral (2011) em sua Dissertação de mestrado intitulada de: “A Produção da Renda Irlandesa e seu aprendizado em Campos do Goytacazes/ RJ”, discute sobre os primórdios da tradição do artesanato em renda, no mundo, abordando várias tipologias, incluindo a Renda Irlandesa, tratada com destaque em sua pesquisa e que apresenta características e modo de fazer idêntico aos que as rendeiras de Sergipe produzem.

Até o momento, esse assunto não foi abordado por nenhum outro autor, inclusive em conversas com membros do IPHAN/SE, os mesmos desconhecem a produção da renda em outros estados. Quanto a produção da Renda Irlandesa em Campos dos Goytacazes o autor aponta:

Em 1827, as escolas femininas do Brasil incluíram, através de Decreto-Imperial, a disciplina Trabalhos Manuais em sua grade curricular, promovendo o ensino de várias técnicas artesanais incluindo as rendas renascença e irlandesa. Assim, a Escola Nilo Peçanha em Campos de Goytacazes, onde estudou Maria da Penha Manhães, passa a oferecer essa disciplina (AMARAL, 2011, p.18).

Em seu trabalho Amaral (2011) faz uma dedicatória a Maria da Penha Manhães, apontada como uma das principais percussoras da Renda Irlandesa em Campos/RJ. Apesar de citar o aprendizado do ofício na região, o autor não trabalha em sua pesquisa o histórico da Renda Irlandesa no município do Rio de Janeiro, privando-se ao fato de citar as aulas ministradas na Escola Industrial Nilo Peçanha.

Quando menciona a origem do trabalho manual da Renda Irlandesa no Brasil, o mesmo faz uso de uma citação de Dantas (2001) onde explica que a tradição da Renda Irlandesa,

[...] surge no início do século XX, em conventos de Sergipe, a partir do trabalho das ‘freiras irlandesas’ que vieram ao Brasil, desenvolver projetos de cunho pedagógico junto à população local, incluindo as sinhás, que aprendiam o ofício de render, através das publicações de trabalhos manuais que chegavam da Europa (AMARAL, 2011, p.29).

A referida publicação trata-se do livro *Encyclopédie des Ouvrages de Dames* de Thérèse de Dillmont, referenciado anteriormente. No campo da História, a necessidade de comprovar fatos, incluindo análise de documentos, gera no tecer desta pesquisa uma hipótese a ser refletida sobre origem da Renda Irlandesa no Brasil. Pesquisadores da área da antropologia relatam que a Renda Irlandesa (Brasil) surge no início do século XX, embora não definem o ano.

Já documentos da época identificam que no Brasil o ensino das rendas teve início por volta de 1927, com a instauração do decreto que diz respeito a disciplina “trabalhos manuais” adotada pelas escolas femininas. Desta forma, seriam as mestras, responsáveis por ensinar o curso de Renda Irlandesa, aprendido com rendeiras de Sergipe? Ou, o ensino da Renda Irlandesa, era comum em outros estados, através da aprendizagem em livros estrangeiros?

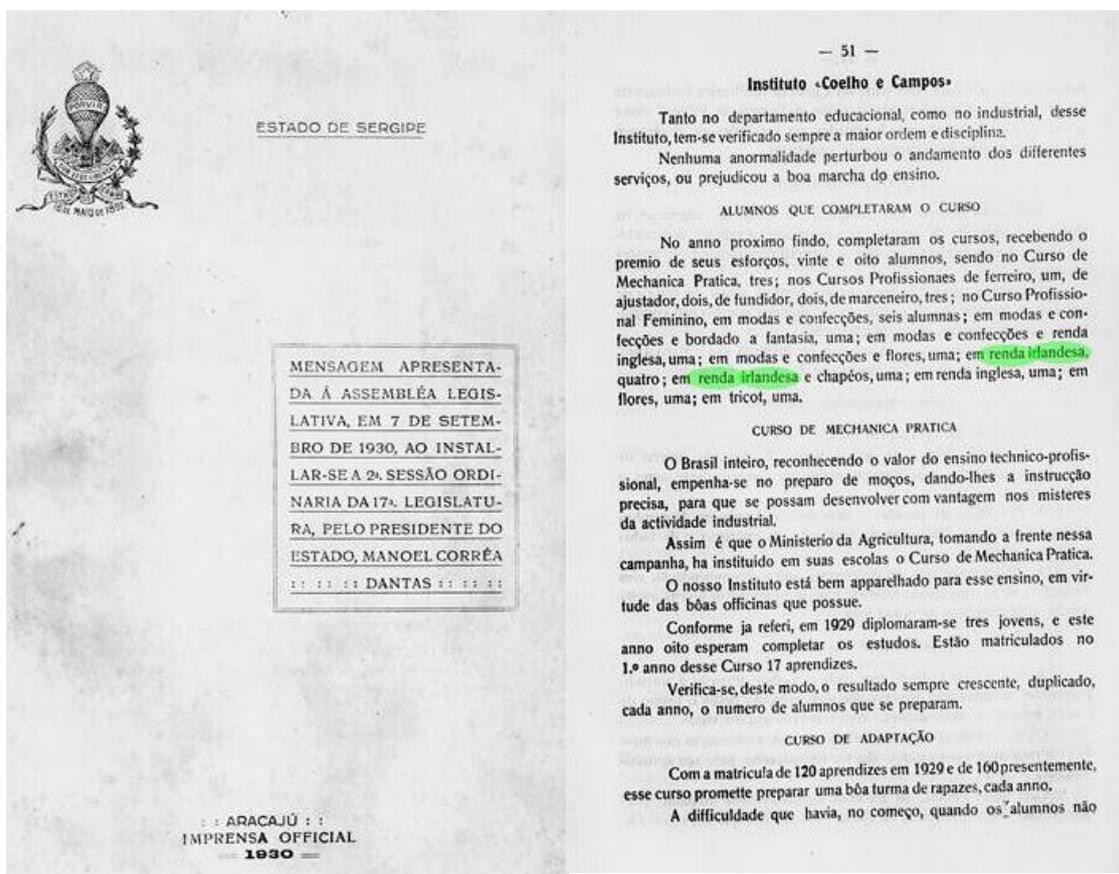
Em arquivo disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o documento apresentado pelo presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas (figura 3), em 1930, relata que no Instituto Coelho e Campos, 28 alunos completaram em 1929 os seguintes cursos:

- “Mechanica Pratica” (03);
- “Profissionaes de Ferreiro” (08): Especificados como: Ferreiro (01), Ajustador (02), Fundidor (02) e Marceneiro (03);
- “Profissional Feminino”: Especificado como:
- “Modas e Confecções” (06);
- “Modas e Confecções e Bordado a fantasia” (01);
- “Modas e Confecções e Renda inglesa” (01);
- “Modas e Confecções e Flores” (01);
- **“Renda Irlandesa (04);**
- **“Renda Irlandesa e Chapéus” (01);**
- Renda Inglesa (01);
- “Flores” (01);
- “Tricot” (01).

(DANTAS, 1930, p. 51, grifo nosso)

Evidencia-se a formação feminina referenciada pelo campo do artesanato na oferta de cursos de confecções, bordados e rendas, além de flores e *tricot*. Todavia, destaca-se a oferta de dois cursos de aprendizado da Renda Irlandesa, sendo um voltado para aplicação/ornamento em chapéus. Observa-se que no total, a formação no ensino da Renda Irlandesa foi adotada por cinco alunas, sendo superada somente pela formação em Modas e Confecções com seis formadas. Desse modo, o interesse na formação e/ou na oferta de vagas para seu ensino indica a importância desta modalidade de artesanato.

Figura 3- Documento apresentado à Assembleia Legislativa em 1930



Fonte: Biblioteca Nacional, disponível na Internet. Consultado em 2017.

Para entender melhor os espaços onde os ensinamentos sobre rendas e bordados eram trabalhados, e principalmente para quem, qual era o perfil de mulheres que frequentavam esses espaços e quando eles começaram a surgir no Brasil, no caso deste estudo, a análise comparativa centra-se nos dois estabelecimentos onde foram encontrados documentos, citando-os em Sergipe o Instituto Coelho e Campos e no Rio de Janeiro, na cidade de Campos de Goytacazes, a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha. Assim,

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha se localizava à Rua Lacerda Sobrinho, nº. 119, no centro, onde, atualmente, funciona o Colégio Estadual Nilo Peçanha. Sua história começou com a inauguração, em 1922, no governo de Moraes Veiga, então Presidente do Estado do Rio, mas a instituição só entrou em funcionamento no ano seguinte, no governo estadual de Feliciano de Abreu Sodré. No início, seu currículo era distribuído em três anos de curso, sendo alterado, em 1929, segundo Fonseca (1961), pelo Regulamento de Ensino Profissional sob a forma de Decreto nº. 2380, estabelecendo que o ensino profissional fosse ministrado em quatro anos, havendo um curso geral, de caráter obrigatório, e, paralelamente, cursos especiais, na forma de oficinas, abrangendo corte e costura, bordados e rendas, chapéus, flores e frutos (REIS; SILVA; MARTÍNEZ, 2013, p.02).

Sobre o ensino profissional feminino em Sergipe, Malta (2010) em sua dissertação de mestrado intitulada “O Ensino Profissionalizante em Sergipe: Contribuição do Instituto Profissional Coelho e Campos (1922-1944) ”, apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, aborda que o Instituto Coelho e Campos foi fundado em 1922, mas, “os cursos profissionais femininos só começaram a funcionar no IPCC a partir de 1927. No período anterior, esse tipo de formação era ofertado pela Escola Normal Rui Barbosa” (MALTA, 2010, p.129). Por sua vez, a autora traz uma explicação mais detalhada sobre a disciplina “trabalhos Manuais” relatando que:

O curso de trabalhos manuais, foi criado através do decreto nº819, de 06 de junho de 1923, visando capacitar professoras para as atividades que envolvem os ofícios dessa formação. Os “trabalhos de agulhas, rendas e bordados” compreendiam crochês, tricôs, crivos, filés, rendas bordadas e finas; bordados a branco, a cor, a tule; bordados ingleses, a prata, a ouro, a miçangas, a cabelos (MALTA, 2010, p.129).

O Decreto nº 819, de 06 de junho de 1923, instaura a disciplina trabalhos manuais, anexa à escola Normal Ruy Barbosa, assinado por Mauricio Graccho Cardoso. O documento poderá ser consultado no anexo A e B desta pesquisa. Para reforçar o que a autora trata ao falar sobre o ensino da disciplina trabalhos manuais, ofertada as jovens do sexo feminino, apresenta-se a tabela 2, que compara a relação entre as disciplinas a serem cursadas, cabendo frisar que o material foi produzido através da análise das pesquisadoras, a saber, Malta (2010) responsável pela análise do ensino feminino em Sergipe, cotejando seus dados com os trabalhos de Reis, Silva e Martínez (2013) na cidade de Campos (RJ).

Tabela 2- Comparação entre o programa de ensino de Sergipe e Campos de Goytacazes

COMPARATIVO DO PROGRAMA DE CURSOS “RENDA E BORDADOS, FLORES E CHAPÉUS”.							
INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS (S/D)				COLÉGIO INSDUSTRIAL NILO PEÇANHA (1930)			
Ano/ Período	1º Período (De março a 31 de maio)	2º Período (De junho a 31 de agosto)	3º Período (De setembro a 30 de novembro)	Ano/ Período	Período Não identificado	Período Não identificado	Período Não identificado
1º ano	Rendas- <i>Crochê</i> - nós ou malhas, sapatinhos, casacos [...] aplicações diversas em linha ou lã. Rendas- <i>Macramê</i> - nós ou malhas. Franjas, bolsas, toalhinhas, [...], guarnições para vestidos.	Bordados: sobre branco, pontos russos, ponto de cadeia, ponto de cruz em talagarça, pontos diversos que se apresentem a ornamentos de vestido.	Flores: de papel, agrupadas em ramalhetes, em cestas ou em outro motivo de ornamentação.	1º ano	Oficina de Flores e Frutos.	Chapéus, Bordados e Rendas.	Costura e Corte.
2º ano	Rendas- <i>Frivolitê</i> - nós ou malhas. Pontos diversos em sapatinhos, casacos, [...] guarnição para vestidos e outras aplicações. Rendas- Filé- nós ou malhas, pontos variados. Filé bordado em panos [...]entremeios e etc.	Bordados: Sobre a seda e veludo: ou “ <i>au Passé</i> ”, ponto do oriente, ponto de Mosaico, ponto Árabe e outros que se adaptem à confecção de almofadas, quadros e demais obras de uso doméstico.	Flores: de pano, veludo, seda, de penas, etc. Aplicação diversas em ramos, grinaldas, ramalhetes para chapéus, vestidos e etc.	2º ano	Oficina de Flores e frutos e chapéus.	Bordados e Rendas.	Oficina de Costura e Corte.
3º ano	Rendas- <i>Tricô</i> - nós ou malhas, pontos diversos. Aplicações em meias, gorros, chapéus, [...] etc.	Bordados: a fita e aplicação de seda e veludo em filó, a máquina “vítoria”.	Flores: de maravilhas de lã, aplicações a critério da professora.	3º ano	Oficina de Costura e Corte.	Bordados e Rendas e Chapéus.	*

	Rendas- <i>Tenerife</i> - nós ou malhas, com aplicação nos motivos diversos.						
4º ano	Rendas-Veneza, Irlanda, Renascença: motivos diversos, entremeios, aplicações em vestidos, panos e etc.	Bordados: em alto relevo, a miçangas, a floco e etc. Motivos: almofadas, guarnições de vestidos e ornamentos domésticos.	Flores: de conchas, escamas, “pedra-hume”, em aplicações a contento da aluna.	4º ano	Oficina de Costura e Corte.	Bordados e Rendas.	Oficina de Chapéus.
5º ano	Renda: a brasileira, confeccionadas sobre papelões, picotados em almofadas com bilros; confecções de entremeios, aplicações, guarnições em fios de algodão, seda e etc.	Bordados: a ouro e a prata, com aplicações fio de ouro e de prata, lantejoulas sobre veludo ou seda; confecções de bordas e franjas. Bordados: á maquina em relevo, em aplicações diversas, bainhas, crivos.	Flores: de cera, pelicas, aplicadas em grinaldas, capelas, ornamentos de igrejas, etc. E todo trabalho artístico de uso doméstico e de utilidade de vida social: confecção e ornamentação de chapéus, gorros e bonés.	*	*	*	*

Fonte: Elaborado pela autora- A partir dos estudos de Malta (2010, p.141) e Reis; Silva e Martínez (2013, p.10).

Observa-se que o trabalho Malta (2010) traz informações mais detalhadas sobre o programa do curso e especificações da disciplina, que na capital sergipana deveria ser cursada no período de cinco anos.

Já nos estudos de Reis; Silva e Martínez (2013, p.09) o programa do curso era finalizado no período de quatro anos, as autoras expõem que “as aulas aconteciam pela manhã, com horários diários de 9h às 12h. As alunas do 1º ano passavam por todas as oficinas, alterando-as a cada 15 dias.” Ainda que, o quadro contendo as informações sobre a cidade de Campos, date do ano de 1930, e o material elaborado por Malta seja baseado no decreto nº 937, de 26 de maio de 1926, comprova-se uma semelhança entre os dois estados.

Analisando os dois estabelecimentos, nota-se que as duas instituições foram inauguradas no mesmo ano, em 1922. Independentemente de o Instituto Profissional Coelho e Campos só iniciar suas aulas voltadas para o público feminino em 1927, em Sergipe, em um período anterior a esta data, as aulas eram ministradas na Escola Normal Rui Barbosa (fundada em 1923), notando-se que as disciplinas obedeciam a um padrão regido por Decreto e que as instituições seguiam à risca o que estava especificado no documento.

A Escola Industrial Nilo Peçanha “não era destinada à elite campista, mas às mulheres de classes trabalhadoras” (REIS; SILVA; MARTÍNEZ, 2013, p.02-03), já em Sergipe, o público atendido pela Escola Normal Rui Barbosa abrange:

[...] alunas [que] buscavam a formação para o magistério como possibilidade de profissionalização, que poderia garantir futuramente uma certa autonomia e independência. Para outras, a instituição servia como estratégia para a ampliação de estudos, inclusive visando à possibilidade de irem estudar fora do Estado de Sergipe, pois durante alguns anos as primeiras alunas (que tinham as melhores notas) eram agraciadas pelo Governador com bolsas de estudos para aperfeiçoamento no Rio de Janeiro e em São Paulo. Quando estas jovens retornavam, elas eram nomeadas para uma vaga em uma escola em Aracaju, e não precisava iniciar a carreira no interior do Estado, como a maioria das normalistas que precisavam garantir seu próprio sustento. Entre as premiadas estavam presentes jovens oriundas de famílias da elite sergipana (ANDRADE, 2018, p.6).

A pesquisadora Freitas (1995) estudou em sua dissertação de Mestrado em Educação na Universidade de Campinas (UNICAMP) a trajetória de várias ex-alunas da Escola Normal e afirmou que dentre os critérios para admissão na referida instituição estavam: duas cartas de pessoas idôneas na sociedade e um exame que procurava comprovar o domínio de diversas áreas do conhecimento, fazendo com que várias jovens buscassem estudos preparatórios. Tal indicativo, aliado às considerações anteriores de Andrade (2018) e os relatos de Freitas sobre as normalistas, apontam para um perfil de classe média dentre a maioria das estudantes da

Escola Normal entre as décadas de 1920 e 1950, em Sergipe, embora fosse almejado também por moças pobres. Afirma ainda Freitas (1995, p.39) que os cursos profissionalizantes do Instituto Profissional Coelho e Campos não atraíam a atenção das jovens de classe média por sua destinação ao trabalho operário.

Outra informação valiosa a citar nesta pesquisa, é quem foram as mulheres incumbidas de “ensinar” o trabalho manual de rendas, bordados, flores e chapéus. Na oportunidade de continuar referenciando as pesquisadoras, Amaral (2010, p.140) cita que em Sergipe inicialmente “as aulas foram ministradas pelas professoras Maria Isolina de Souza Freire, catedrática, e por Elvira Diniz, adjunta”.

Já em Campos do Goytacazes as responsáveis, no ano de 1930, foram na oficina de “Chapéus”: Rita Manhães (mestra), Zahira Romana Pinto, Hermínia Paes de Oliveira e Maria Antonieta dos Santos Lacerda (contras-mestras); na oficina de “Bordados e Rendas”: Izaura Peixoto (mestra), Arinda Peixoto Prata, Carolina Manhães de Moraes e Maria Eneida Nunes (contras-mestras); e na oficina de “Flores e Frutos”: Zilde Manhães (mestra). (REIS; SILVA; MARTÍNEZ, 2013, p.10).

Um fato que não se deixa passar por despercebido, é o protagonismo do sobrenome “Manhães” entre as mestras na década de 1930. Teriam elas alguma relação em suas árvores genealógicas com “Maria da Penha Ângelo Manhães”, considerada referência no ensino de rendas na Cidade de Campos no trabalho de Jorge Amaral de 2010?

Ainda que, o trabalho de Amaral (2010) seja uma referência de leitura que trata da mesma técnica aplicada na feitura do artesanato “Ponto de Irlanda”, produzido na região de Campos de Goytacazes, o autor ao tratar de sua “origem no Brasil” quando identifica na cidade de Divina Pastora/SE. Sem dúvida, a cidade de Divina Pastora pode ser considerada o maior polo de concentração de mulheres que produzem o artesanato em renda, por isso se fez necessário o cruzamento de dados, entre documentos oficiais e relatos orais obtidos através de entrevistas com rendeiras da cidade, para estudar a origem do artesanato no município de Divina Pastora/SE. As versões levantadas por Dantas (citada por Amaral) conciliam com a explicação das rendeiras.

Nas entrevistas, as mesmas associam a transmissão do conhecimento às freiras missionárias que vieram da Europa em missão. Chegando ao município, as missionárias passaram ensinar a técnica para as filhas de donos de engenhos e fazendeiros, que posteriormente foram ensinando e transmitindo a técnica e conhecimento para as moças e mulheres da cidade que trabalhavam em suas residências.

Apesar da existência de mais de uma versão, circulando entre o universo do imaginário das rendeiras do município e da pesquisa acadêmica, existem dois eixos que se entrelaçam: o primeiro deles é que a origem da Renda Irlandesa ou ponto de Irlanda, possivelmente tenha vinda do norte da Itália, onde a tradição era mantida nos conventos irlandeses em torno dos séculos XVI e XVII. Já o segundo eixo consiste no conhecimento de moças da aristocracia sergipana (independentemente de como se deu a origem) transmitidos para mulheres da cidade sempre citadas como protagonistas pela disseminação do saber, as rendeiras: Juli, Marocas, Sinhá e Lourdes.

Enfatiza-se, no cruzamento das fontes, que o ofício de Renda Irlandesa finca raízes naquela região no início do século XX, com influência de origem europeia, de onde possivelmente teria surgido a técnica. As entrevistas concedidas pelas rendeiras Alzira e Amélia, consideradas as mais antigas no local, relatam seu aprendizado do ofício através da rendeira Marocas, sendo que Alzira era sobrinha da mesma, já Amélia procurou a bordadeira na igreja para aperfeiçoar o saber.

2.2 A renda de Divina Pastora (SE) e a mulher que faz renda

Maia (1981, p.29) menciona em sua pesquisa que a “Renda Irlandesa” também é conhecida como Renascença e Inglesa. Mas chama atenção, ao mencionar que o Brasil tem como polos de produção artesanal de renda os estados de: Pernambuco (Poção, Pesqueira, Custódia e Sertânia), Sergipe (Divina Pastora e Nossa Senhora da Glória), Bahia (Paulo Afonso) e Rio Grande do Norte (renda feita com sisal).

Mesmo que Maia tenha classificado o artesanato confeccionado nos estados citados com a nomenclatura “Renda Irlandesa”, dando entender que todos se tratam do mesmo produto, ela mesma reconhece que há uma diferença entre os estados, no que diz respeito a produção da renda e que “consiste basicamente na matéria prima empregada além das variações no processo de feitura” (MAIA,1981, p.29). Deixando claro que há diferença entre as rendas produzidas nas regiões citadas. Deste modo, afiança-se a hipótese que quando Maia utilizou o termo “Renda Irlandesa” estaria querendo indicar a origem na qual a categoria do artesanato teria surgido (Irlanda), e não a técnica específica que as mulheres de Sergipe incorporam ao seu modo de fazer o artesanato. Sobre a renda produzida em Sergipe:

No que se refere ao termo irlandesa, há fundamento histórico no seguinte fato: entre as tentativas para evitar o desaparecimento da renda com a revolução industrial, várias iniciativas surgiram a partir de 1872, sob a proteção de Margarida de Savóia, entre as quais o estímulo deste tipo de artesanato nos conventos Irlandeses. Sabe-se,

por outro lado, que as religiosas estrangeiras foram as principais responsáveis pela educação no Brasil até meados do século, influenciando, de forma significativa, nos tipos de trabalhos ensinados às alunas. Daí a correlação da renda elaborada em conventos irlandeses e sua difusão, chegando aqui com essa designação (MAIA, 1981, p.29).

Quanto à origem da produção do artesanato em Divina Pastora, uma das bibliografias mais antigas sobre o tema, centra-se na publicação de Cedran. Em seu conteúdo informativo afirma que a pessoa que introduziu a Renda Irlandesa em Sergipe foi “Da. Ana Rollemberg que aprendeu com Da. Violeta Sayão que por sua vez treinou Julia Franco, que compartilhou esse conhecimento com Marocas, Ércila e Sinhá, essas três já beirando os oitenta anos, ensinaram o ofício as demais rendeiras de Divina” (CEDRAN, 1979, p.05). A versão de Cedran não traz detalhes do parentesco dessas mulheres. Já em uma segunda versão, Dantas cita Barreto (1995) ao relatar:

Ana Dias Rolemberg (Donana), tia avó da minha informante, trouxe da Europa um pano que achou muito bonito. Chegando em Aracaju, mostrou a uma contraparente negra chamada Juli Franco Maior. Era muito habilidosa e juntas tentaram ver se descobriam a técnica. Para isso tiveram que desmanchar um pedacinho. Juli morava em Divina Pastora e para lá levou a ideia, que passou para Marocas, mulata também habilidosa, tornando-se está a primeira professora de Renda Irlandesa. Ensinou a toda família, constituída de sobrinhas, cunhadas e uma irmã mais moça chamada Ernestina Santos (Sinhá) que ainda é viva (IPHAN, 2009, p.34).

A monografia de Souza (1996) contém fragmentos de uma entrevista concedida por Hercília Theodória dos Santos, conhecida como Dona Sinhá, à época com 85 anos, quando afirmou ter aprendido seu saber com a falecida Aurélia disse ainda:

[...] eu não tenho ideia, uma vez eu vi a menina fazendo, por sinal era minha colega de escola aqui, mas era mais velha e aí fui aprendendo. Via também os catálogos, que tinha também catálogos nesse tempo, agora eu não sei. E fui aprendendo também. Depois, comecei a desenhar os riscos, eu ampliava colcha de casal, de solteiro, toalhas de banquete, eu fiz muito pra São Paulo, pra Minas Gerais e até para São Luiz do Maranhão (SOUZA, 1996).

Independente das versões apresentadas se confirma o protagonismo feminino em Ercília, Marocas e Sinhá (figura 4) com seus bordados ostentados com o orgulho de quem dispuseram de anos de sua vida para aprender, manter e repassar o ofício.

Figura 4- Rendeiras Ercíla, Marocas e Sinhá



Fonte: CEDRAN,1979.

Inserida neste debate, Cedran relata que três irmãs – Marocas (Maria Engrácia), Sinhá (Ércilia) e Dina (Berenice) –, “mulheres humildes” se dispuseram a transmitir o conhecimento para nativos daquela região (CEDRAN, 1979, p.151). No entendimento de Dantas, algumas mulheres viam na confecção de trabalhos manuais, ou seja, na produção das rendas a oportunidade de “fugir” do trabalho árduo da roça e custear seus estudos (DANTAS, 2009, p.32).

Isto posto, que as mulheres encontravam na renda uma alternativa para não enfrentar a agricultura, já que “tinham as suas famílias ligadas ou campo, engenhos e fazendas de plantar cana que chegavam até as proximidades da pequena vila” (DANTAS, 2001, p.19). Nas entrevistas concedidas observa-se que as próprias artesãs terminaram por absorver e reproduzir as falas que foram se consolidando na cidade, do mesmo modo que Dantas já expôs em sua publicação:

As rendeiras, mulheres de poucas letras, mais preocupadas com o fazer e vender a sua renda do que pensar nas suas origens remotas, quando a ela se referem em geral, contentam-se em buscar na memória e na tradição, que vai aos poucos se cristalizando, os nomes das pessoas que a teriam introduzido na cidade e espalhado a técnica entre as mulheres. Algumas, porém, já começam a incorporar as explicações dos eruditos sobre o papel das freiras na introdução da renda da cidade. Como se vê, não há uma única versão, mas dentre elas uma é mais difundida. Está registrada por

Lourdes Cedran, num catálogo de exposição que se constitui talvez no mais antigo registro bibliográfico sobre a renda irlandesa em Divina Pastora, atingindo público mais amplo. Com base em depoimentos das rendeiras colhidos no final da década de 70 (DANTAS, 2001, p.19).

Essas memórias e histórias acabam interessando muito aos pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais que as remontam de modo interdisciplinar através de documentos em arquivos, oralidades, livros raros com a finalidade de preencher as lacunas historiográficas através da comparação de narrativas.

As rendeiras, imersas em artesanato, agregaram-se ao imaginário do povo brasileiro, estando presentes em músicas, poemas, cantigas e adivinhas que trazem as representações desse universo ilusório que construímos sobre a vida e rotina de mulheres que trabalham tecendo a renda para custear as despesas da família. Para além da questão econômica:

O artesanato da renda encontra-se fundamentalmente vinculado à presença da mulher como elemento de atuação cultural, quase sempre voltada às atividades artesanais em todos os povos. Muito unido ao trabalho de fiar, trançar, tecer e constituir formas com os fios, utilizado-se de agulhas, bastidores ou pequenas bobinas de madeiras-Bilros-ocorreu o aparecimento da renda como técnica artesanal (MAIA, 1981, p.9).

Há quase um papel social poético em tecer os fios na teia da vida, desenrolando acontecimentos entre pontos e bordados, com a delicadeza da alma feminina ali protagonista de si em meio à uma sociedade nordestina ainda extremamente patriarcal. O ensino das rendas para as mulheres do município de Divina Pastora por muito tempo foi descrito em textos e bibliografias sobre o tema, como algo ainda iniciado na infância, através da tradição cultivada no seio familiar, onde as crianças ao verem seus parentes desenvolvendo o artesanato, em algum momento, despertam-se para o aprendizado do ofício. Dantas (2001) nota que:

Aprender a fazer Renda Irlandesa é, para as mulheres de Divina Pastora, uma possibilidade que se coloca cedo em suas vidas. É quase um dado que se inscreve naturalmente em sua biografia. Nasceram e cresceram vendo parentes e vizinhas as voltas com a renda e são também incentivadas a aprender. E aprendem ainda com pouca idade. Muitas delas, sobretudo as mais velhas, aprenderam antes dos 10 anos, pois essa é uma habilidade que, preferencialmente, se aprende quando criança ou adolescente, é algo incorporado à cultura das mulheres da localidade (DANTAS, 2001, p.18).

Atualmente o universo por onde circulam as experiências dessas mulheres sofreu modificações com o tempo. O discurso da aprendizagem do ofício como alternativa ao trabalho da lavoura, com o tempo foi ficando para trás, sendo substituído pela fala de que o trabalho do artesanato em renda surge como alternativa complementar da renda familiar e

garantia de melhor qualidade de vida e acesso ao ensino superior. Alencar (*apud* IPHAN, 2014b, p.119) assegura:

O estudo formal, o domínio da escrita e dos códigos do saber letrado possibilitam a abertura de novos horizontes. Como funcionárias públicas, e particularmente como professoras, as rendeiras transitam por espaços diversos e têm acesso à literatura em que o trabalho feito à mão é representado positivamente, o que as torna mais sensíveis aos discursos de valorização tanto do artesanato em geral como da renda em particular. Ao fazê-lo, estabelecem relações sociais que lhes permitem aproveitar melhor as brechas que se abrem pela implementação das políticas públicas de fomento e apoio ao artesanato e pela descoberta de nichos de venda da renda. As instituições de ensino superior, onde algumas, autofinanciadas pelo dinheiro da renda, frequentam cursos de graduação ou de especialização, são espaços em que as artesãs têm encontrado um mercado promissor para sua produção.

A classe social dessas mulheres, de acordo com a renda *per capita* do município, com recorte entre 2000-2017, enquadra a maioria delas como classe média. Algumas com ensino superior, atualmente empregadas em cargos da prefeitura, residem no centro da cidade, local urbanizado e com metros quadrados de terra valorizados no mercado imobiliário. A localização facilita a procura e o comércio da Renda Irlandesa, já que turistas, pesquisadores e comerciantes ao chegar em Divina Pastora se direcionam ao eixo central da cidade.

Direcionando o olhar para as histórias de vida de mulheres da renda, algumas bibliografias citam casos de rendeiras que alcançaram grandes conquistas através da Renda Irlandesa, como por exemplo, a rendeira Maria Alaíde da Conceição Carvalho (Zu), criada em Divina Pastora, trilhou um caminho de sucesso “sendo premiada 20 vezes internacionalmente” (ALENCAR *apud* IPHAN, 2014b, p.119).

Apesar de Zu (apelido como se tornou conhecida) tecer outros tipos de artesanato (ponto cruz e desfiado), a mesma atribuiu seu sucesso à Renda Irlandesa, que lhe permitiu conhecer diversos países como Argentina, Chile, Venezuela, México, Porto Rico, Bolívia, Estados Unidos e Espanha, e na época em que foi concedida a entrevista a rendeira residia na Argentina (ALENCAR, 2014b, p.120). Outras mulheres atribuem a aquisição da casa própria e o acesso ao ensino superior aos rendimentos advindos do artesanato em renda.

Um fato sempre mencionado, sem um olhar mais crítico, na visão histórica da tradição da Renda Irlandesa, é a conjuntura das rendeiras que incluíram no artesanato elementos característicos da região, com os quais lidavam corriqueiramente e se fizeram presentes na confecção dos pontos das rendas, com, por exemplo, nome de frutas e flores, fato que não é observado em outros tipos de artesanatos de “agulha e linha” (CEDRAN, 1979, p.07) confeccionadas em outros países.

A substituição do material fita (fíttilho) pelo “cordão”, conferindo à Renda Irlandesa um toque diferenciado, mesmo adotando técnica semelhante para confecção da Renda Renascença, também foi abordada nos estudos de Oliva (2014, p.06). Essa modificação no modo de fazer o artesanato por mulheres de Sergipe foi facilmente identificada nas publicações e bibliografias sobre o artesanato e atualmente é o item característico que difere o artesanato local dos demais também apontados por Maia (1981) como Renda Irlandesa e conhecido em outras regiões do Brasil como Renda Renascença.

É possível identificar na figura 5, um tipo de conformação quase em 3D da Renda Irlandesa, em relação ao formato “chapado” da Renda Renascença, em função da tipologia distinta do material utilizado para confeccioná-las. Até mesmo a resistência e a durabilidade parecem estar muito mais vinculadas ao lacê.

Figura 5- Diferença entre a Renda Renascença e Renda Irlandesa



Fonte: *Blogspot* Rendantenerife. 2016.

Ao observar a comparação entre os dois produtos, fica visível que apesar da mesma técnica empregada, o resultado do trabalho é notavelmente distinto, pois a Renda Renascença fica com uma aparência mais leve e singela. Enquanto a Renda Irlandesa dá uma impressão de um produto mais encorpado e volumoso. Fato este que, apesar da diferença final do produto, remonta à beleza singular das duas rendas. Cada uma encanta pela perfeição que carrega consigo aos olhos de quem as aprecia

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurados no ano de 2016, mostram que a população feminina do município de Divina Pastora (SE) perfaz o

quantitativo de 2.137 de um total de 4.326 habitantes (IBGE, 2008-2016). Ou seja, o município tem seu quadro populacional composto praticamente por metade do sexo feminino. Isso significa que uma política de salvaguarda e incentivo ao aprendizado do ofício reideiro na localidade, gera uma expectativa de oportunidades de benefícios e lucratividade para economia local além de dar continuidade à tradição.

O censo do IBGE relativo ao sistema nacional de informação de gênero realizado em 2000, ano de criação da ASDEREN, informa que a média do percentual de contribuição do rendimento das mulheres no rendimento familiar era de 36% de uma população economicamente ativa de mulheres com 16 anos ou mais de idade composta por 415 pessoas.

Já para o ano de 2010, as informações revelam um aumento para 42,1% no percentual de contribuição do rendimento das mulheres no rendimento familiar de uma população economicamente ativa de mulheres com 16 anos ou mais de idade composta por 630 pessoas (IBGE, 2000-2010). A tabela 3 com dados de 2000 e 2010 permite visualizar com maior precisão a contribuição feminina na economia do município de Divina Pastora.

Tabela 3-Participação feminina na economia do município de Divina Pastora

Mulheres nas Atividades Econômicas	2000	2010
Agricultura	16%	7,4%
Indústria	3,1%	7,2%
Serviços	80,9%	85,4%

Fonte: IBGE. Sistema Nacional de Informação de Gênero – análise dos resultados do censo demográfico de 2000 e 2010.

Houve um decréscimo de quase metade da participação feminina na agricultura entre os anos 2000 e 2010, tendo sido registrada a ampliação do quantitativo de mulheres na indústria (um aumento de mais da metade) e nos serviços. O uso de maquinário na agricultura, o desgaste dos campos e da qualidade de vida do trabalhador rural, melhores oportunidades de escolaridade e ofertas de emprego nos setores de indústria e serviços podem explicar essas alterações percentuais.

Com relação ao papel desempenhado pelas mulheres de Divina Pastora à frente da manutenção econômica de suas famílias, a tabela 4 demonstra em quase todos os itens um crescimento exponencial da proporção de famílias chefiadas por mulheres entre 2000 e 2010.

Tabela 4-Participação feminina no sustento das famílias em Divina Pastora

Mulheres mantenedoras da família	2000	2010
Proporção de famílias em que a mulher era responsável pela família, do tipo casal com filho, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias do tipo casal com filho.	8,7%	27,7%
Proporção de famílias em que a mulher era responsável pela família, do tipo casal sem filho, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias do tipo casal sem filho.	4,3%	29,8%
Proporção de famílias em que a mulher era responsável pela família, do tipo responsável sem cônjuge com filho, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias do tipo responsável sem cônjuge com filho.	90%	85,2%
Proporção de famílias em que a mulher era responsável pela família, em famílias com rendimento familiar per capita até ½ salário mínimo, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias com rendimento familiar per capita até ½ salário mínimo.	23,2%	41,9%
Proporção de famílias em que a mulher era responsável pela família, em famílias com rendimento familiar per capita de mais de 2 salários mínimos, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias com rendimento familiar per capita de mais de 2 salários mínimos.	10,5%	39,5%
Proporção de famílias em que a mulher era responsável pela família, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias.	26%	42,3%
Proporção de famílias em que a mulher, de cor ou raça branca, era responsável pela família, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias cujo responsável pela família era de cor ou raça branca.	34%	41,8%
Proporção de famílias em que a mulher, de cor ou raça preta ou parda, era responsável pela família, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias cujo responsável pela família era de cor ou raça preta ou parda.	23,3%	42,5%

Fonte: IBGE. Sistema Nacional de Informação de Gênero – análise dos resultados do censo demográfico de 2000 e 2010.

A única inflexão ocorre no decréscimo de 5% do percentual de famílias em que a mulher era responsável pela família, do tipo responsável sem cônjuge com filho, nas famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares, em relação ao total de famílias do tipo responsável sem cônjuge com filho.

Já o maior aumento ocorre nas famílias onde a mulher era responsável pela família, do tipo casal sem filho, perfazendo de 4,3% para o total de 29,8%. O aumento da escolaridade feminina e conseqüente maior permeabilidade no mercado de trabalho pode justificar esses dados quantitativos.

Para verificar tal hipótese foram levantados os dados sobre a escolaridade de homens e mulheres no município de Divina Pastora, segundo o IBGE, em 2000, que podem ser observados na tabela 5:

Tabela 5-Escolaridade de mulheres e homens no município de Divina Pastora no ano 2000

Escolaridade	Mulheres	Homens
Analfabetos	239	355
Não concluíram o Ensino Médio e nem frequentavam a escola	120	141
Frequentavam o Ensino Fundamental	278	298
Frequentavam o Ensino Médio	0	8
Frequentavam o Ensino Superior	0	3

Fonte: IBGE. Sistema Nacional de Informação de Gênero – análise dos resultados do censo demográfico de 2000.

No ano 2000, não foram computados dados de mulheres residentes em Divina Pastora frequentando os ensinos médio e superior, por outro lado havia homens ocupando esse nível de escolaridade, embora poucos. Os homens eram a maioria dentre os analfabetos e dentre aqueles que frequentavam o ensino fundamental, o que pode ser explicado pelo fato de muitos abandonarem os estudos muito cedo para buscar o sustento de suas famílias em empregos exaustivos e muitas vezes fora de seu local de origem.

Tabela 6: Escolaridade de mulheres e homens no município de Divina Pastora em 2015

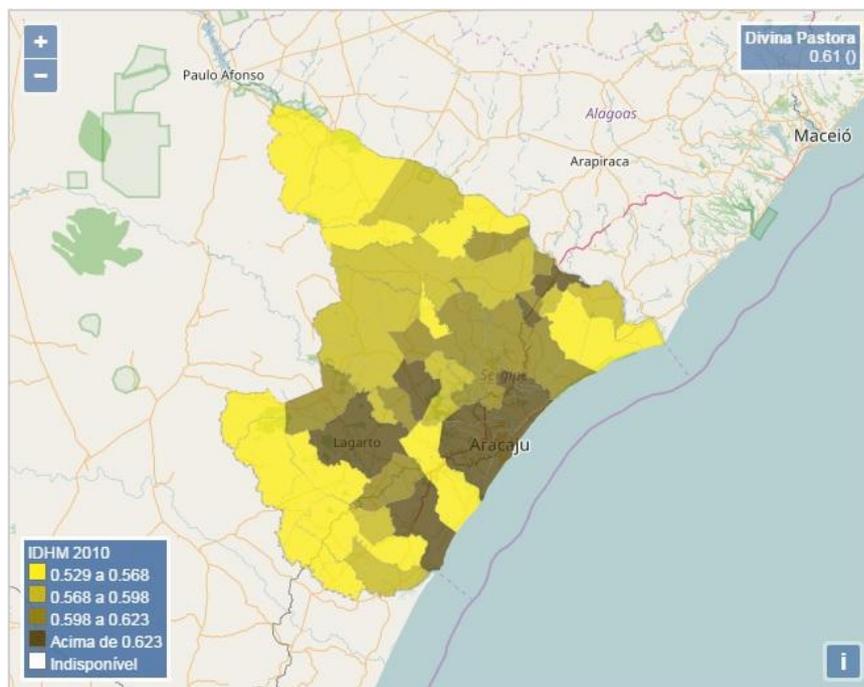
Escolaridade	Mulheres	Homens
Sem instrução e Ensino Fundamental Incompleto	43,8%	63,9%
Ensino Fundamental completo e Médio incompleto	8,1%	13,2%
Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto	39,9%	22,9%
Ensino Superior incompleto	8,3%	0

Fonte: IBGE. Sistema Nacional de Informação de Gênero – análise dos resultados do censo demográfico de 2015.

A tabela 6, referente ao ano de 2015, revela uma mudança considerável, pois as mulheres reduziram seus números nos itens da ausência de instrução, ensino fundamental e médio incompleto, para em contrapartida aumentarem seus números no ensino médio completo e superior incompleto. Os números comprovam, nesse período de 15 anos, o acesso maior do contingente feminino aos estudos.

Mesmo assim ainda é preciso ressaltar que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em Divina Pastora é de 0,61 (figura 6) comparado aos quantitativos de 0,52 de Poço Redondo (o menor) e 0,77 da capital Aracaju.

Figura 6- Cartografia do IDHM em Sergipe no ano de 2010



Fonte: Atlas Brasil-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2013.

Ou seja, o estado como um todo ainda apresenta um baixo IDHM, estando o município de Divina Pastora ocupando uma faixa intermediária entre os maiores e os menores índices. Fatos decorrentes tanto das questões do desenvolvimento econômico quanto das baixas avaliações relativas à educação, saúde e demais infraestrutura na localidade.

Observa-se que há de fato uma pobreza socioeconômica relativa à capital Aracaju, porém o município de Divina Pastora, em sua área urbana, apesar dos bolsões de miséria ainda avistados em áreas periféricas, possui uma harmonia em seu centro, com habitações de boa qualidade e famílias com razoável escolaridade e rendimentos. Não são detentores de indústrias, de fazendas ou cabeças de gado, mas possuem emprego fixo (muitos são concursados) e formam seus filhos nas universidades.

Esses dados são importantes para comprovar a questão levantada anteriormente sobre o discurso dos estudiosos da Renda Irlandesa enquanto “cultura popular” de “mulheres humildes”, que pode ser justificado pelo fato, que são respaldados em uma formação intelectual pautada pela ideia da “fabricação do folclore e da cultura popular” entre os anos de 1920 e 1950 no Nordeste. Imbuído na proposta do “resgate” da “sergipanidade” que estaria presente na cultura popular, Clodomir Silva foi um representante da intelectualidade que agregava Luís da Câmara Cascudo, Leonardo Mota, dentre outros, para os quais – na emergência da sociedade urbano-industrial e das relações capitalistas que desmontavam as

articulações do tradicional patriarcado da Casa Grande & Senzala – apresentavam o povo em seus discursos como “ingênuos, simplórios, subservientes, embora corajosos, destemidos e heroicos ícones da cultura regional” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013).

Beatriz Góis Dantas, Aglaé Fontes, Terezinha Oliva e outros pesquisadores do artesanato em renda em Sergipe, formados nessa escola de pensamento, muitas vezes incorporam em seus textos esse ideário das rendeiras como mulheres simplórias, pobres, humildes, resignadas a manter a tradição, guardiãs da cultura em meio à uma economia desfavorável que não está aparente e nem é criticada em seus estudos.

Por isso nota-se a persistência em descrever essas mulheres como a representação de sujeitos que devem heroicamente sacrificar suas demandas econômicas em prol de algo maior: a manutenção cultura popular presente na Renda Irlandesa, vista enquanto bem patrimonial imaterial.

Outra reflexão importante a ser refeita é levantada por Dantas (2013), quando aponta o ensino da renda em escolas, na década de 1950, ofertada como disciplina de “trabalhos manuais” que deveria ser cursada pelo sexo feminino. Entrando na discussão do campo dos estudos de gênero, essas mulheres carregam desde o início da história da renda em Sergipe o peso de uma educação patriarcal, onde as moças eram treinadas para ser boas donas de casa e esposas preparadas para realizar as atividades do lar e da maternidade.

Essa análise sobre a aprendizagem do ofício da Renda Irlandesa, não difere do processo relatado na historiografia do artesanato em Campos dos Goytacazes/RJ, visto que seu ensinamento foi transmitido pela Escola Industrial Feminina Nilo Peçanha, onde:

A marca distintiva dessa escola se encontra no fato de ter sido uma instituição profissional destinada ao público feminino proveniente das camadas menos abastadas da população. No enunciado acima reproduzido, observamos nitidamente um contexto de transição de ideias acerca do papel da mulher na sociedade. Propunha-se à mulher a conciliação de suas atividades tradicionais com a nova responsabilidade que se lhe incumbia: contribuir para o “progresso da nação” através de sua profissionalização e atuação no mercado de trabalho, fora do lar sem, contudo, deixar de lado as obrigações que possuía enquanto filha esposa e mãe. O pensamento simbólico de diferença entre os sexos, de divisão das tarefas e espaços entre homens e mulheres, dos papéis atribuídos a cada um e das relações entre eles esteve e continua em constante transformação. As mudanças sociais, políticas, de modo de produção e na economia, convergindo, sobretudo, nas cidades, contribuíram para deslocar lentamente essas fronteiras, em que certas práticas e espaços eram proibidos às mulheres e outros quase que restritos somente a elas (SILVA; MARTÍNEZ; AMARAL, 2016, p.272).

O enunciado que a autora menciona, trata-se de parte de um discurso proferido por uma professora identificada como Aída Di Verdi Castro, na condição de paraninfa de uma

turma de diplomadas no ano de 1949, que segundo a autora, “consta nos relatórios anuais do arquivo histórico da Escola Industrial Feminina Nilo Peçanha” (SILVA; MARTÍNEZ; AMARAL, 2016, p.272). A escola trata-se da mesma na qual a senhora Maria da Penha Manhães, apontada na dissertação de mestrado de Amaral (2011), como uma das mais antigas percussoras da Renda Irlandesa em Campos do Goytacazes, estudou.

Trazendo a discussão para a atualidade, ainda se sente o peso desse silenciamento onde mesmo alcançando grandes resultados com seu “trabalho” essas mulheres continuam na invisibilidade dos méritos, pois a economia do município de Divina Pastora está centrada nos *royalties* do petróleo e na agricultura, onde predominante a mão de obra é masculina. Em posterior discussão sobre a economia da cidade será possível entender melhor como a figura feminina, representada pela rendeira, é ocultada por seu produto que é a renda, sendo despersonalizada enquanto pessoa, ser humano, com demandas econômicas, políticas, sociais e culturais.

Esta reflexão pode ser “sentida” quase que de uma maneira “subliminar” no poema: “Rendas e Rendeiras: Ofício de encantar”, da pesquisadora Alencar (2014) ao descrever as rendas e rendeiras no dossiê de apresentação da Renda Irlandesa:

Não vejo seu rosto! Vejo somente as mãos!
 Seu vai e vem traçador, constrói belezas e desafia a harmonia de um riscado secular.
 O destino do fio se faz no caminho do cordão. Ele é guia e sustentação das ideias da criação.

Não vejo seu rosto! Vejo somente as mãos!
 Os dedos nus e desprevenidos se magoam nos ritos dos sacrifícios da agulha no bordar.

Não vejo seu rosto! Vejo somente as mãos!
 Enquanto eles brincam com os fios e tecem belezas em círculos, retas ou volteios sobre a agulha, vão surgindo mandalas em relevo, sóis da sensibilidade. Na distração do fazer, a fala liberta “causos” acontecidos no cotidiano da cidade...

- Soube que Maria, filha de D. Santa vai casar?
 - Oxente, já?
 - Menina, eu soube ontem que o filho de Esmelinda já tá arrumando as malas pra ir pra “Sun” Paulo.
 - Hum...Sorte dele!!!

O silêncio esconde outras histórias pensadas.
 E a mão volta a comandar o desafio do espaço lanceto e faz a boca calar sobre os acontecidos.

Não vejo seu rosto! Vejo somente as mãos!
 Acompanho seu vai e vem sobre o papel pardo, sobre o qual o debuxo azulado se espalha.
 Manhãs e tardes no ofício das rendeiras.
 A cidade, pequena e terna, parece que toda feita de mãos de renda. De todas as cores e todas as formas, de todos os jeitos.
 Mãos que tecem. Mãos que rezam. Dedos que se entrelaçam na criação no encanto de rendar.

Não vejo seu rosto! Vejo somente as mãos! E isso me basta!
 (ALENCAR *apud* IPHAN, 2014b).

Saber quem são essas mulheres, ver seus rostos, conhecer suas histórias de vida é um percurso necessário que deve integrar a historiografia da Renda Irlandesa de Divina Pastora e das conquistas que foram obtidas através do trabalho árduo de mulheres protagonistas.

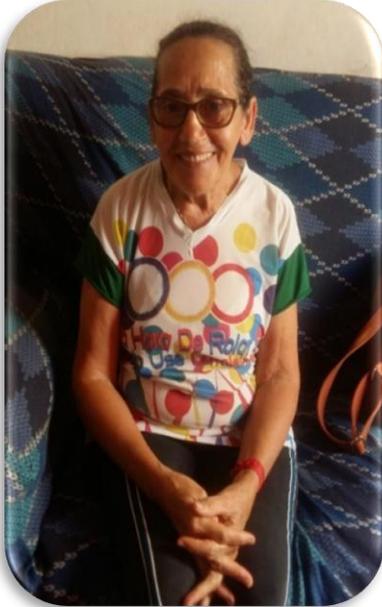
A Renda Irlandesa de Divina Pastora é um artesanato feito à mão, que carrega consigo história e tradição que precisa da continuidade, do gosto e interesse dessas mulheres em continuarem tecendo por meses aquele mesmo trabalho. Algumas artesãs são mais idosas, outras são mães de família, mas há também aquela bem jovem, solteira, que ainda nem sabe explicar a importância do artesanato para a economia local, mas que desde cedo despertou seu desejo por apreender a tecer a linha envolta do cordão.

Falar do artesanato já se tornou algo tão comum que até as mulheres mais tímidas discursam quase sem pensar sobre a história da Renda Irlandesa. Mas, quando a pergunta é: “fala um pouco da sua biografia, quem é você?”, algumas reagem com espanto, disparam logo a pergunta: “de mim?”, outras manifestam estranhamento, justificando logo que não sabem o que falar, mas há também aquelas que quando questionadas, procuram nos segundos de silêncio uma resposta para a pergunta e após a surpresa se definem em uma única palavra: “sou rendeira”.

Segue, portanto, a apresentação de algumas dessas mulheres que ajudam a construir a história da Renda Irlandesa. Apesar desta pesquisa abordar as memórias das protagonistas de Divina Pastora envoltas na obtenção da IG de seu produto artesanal, a necessidade de ouvir e conhecer as histórias de vida das rendeiras dos demais municípios, para entender o próprio processo de registro da renda de Divina Pastora no INPI, faz desta pesquisa um compilado de histórias da Renda e mulheres rendeiras de Sergipe.

❖ **HISTÓRIAS DE VIDA DAS RENDEIRAS DE DIVINA PASTORA (SE)**

Figura 7- Rendeira Alzira Santos



Nome: Alzira Alves Santos

Idade: 69 anos

Biografia: Rendeira de Divina Pastora. Mãe de seis filhos, dentre eles duas mulheres que também produzem Renda Irlandesa. Considerada uma das rendeiras mais antigas da cidade (sobrinha da rendeira Maroca).

Fonte: Foto da autora, 2018.

Figura 8- Rendeira Maria Barbosa



Nome: Maria Amélia Barbosa

Idade: 60 anos

Biografia: Moradora da cidade de Divina Pastora e rendeira há 50 anos, aprendeu o ofício do saber fazer da Renda Irlandesa com Maroca.

Fonte: Foto da autora, 2018.

Figura 9-Rendeira Maria José Souza



Fonte: Foto da autora, 2018.

Nome: Maria José Souza

Idade: 44 anos

Biografia: Rendeira. Produz a Renda Irlandesa há mais de 30 anos. Apreendeu o ofício com a mãe (Cledja) e a rendeira Alzira. Atualmente ocupa o cargo de Presidente da ASDEREN.

Figura 10- Rendeira Maria Jesus



Fonte: Foto da autora, 2018.

Nome: Maria Ivanilde Cardoso de Jesus.

Idade: 36 anos.

Biografia: Rendeira. Mãe de três filhos. Apreendeu a fazer a renda com a mãe há 18 anos atrás.

Figura 13- Rendeira Gilmara Santos



Fonte: Foto da autora, 2018.

Nome: Gilmara Santos

Idade: 34 anos.

Biografia: Rendeira há mais de dez anos, aprendeu o ofício com dona Alzira. Tem como o trabalho de artesã da renda a sua profissão.

Figura 14- Rendeira Neidiele Silva



Fonte: Foto da autora, 2018.

Nome: Neidiele de Jesus Silva

Idade: 19 anos.

Biografia: Rendeira. Produz Renda Irlandesa desde os seus 13 anos, aprendeu o ofício com sua mãe Maria Ivanilde Cardoso de Jesus. Atualmente é vice-presidente da Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa (ASDEREN).

❖ LARANJEIRAS

Figura 15- Rendeira Edna Nogueira



Nome: Edna Cristina Nogueira

Idade: 46 anos.

Biografia: Rendeira. Apreendeu a fazer Renda Irlandesa através de cursos com as rendeiras Nalva e Gilda aos 32 anos.

Fonte: Foto da autora, 2018.

Figura 16- Rendeira Gilda Matias



Nome: Gilda Santos Matias

Idade: 45 anos.

Biografia: Rendeira. Mãe de dois filhos residiu próximo a cidade de Divina Pastora. Apreendeu a rendar aos nove anos por intermédio de sua irmã que transmitiu o conhecimento adquirido com as mulheres de Divina. Posteriormente mudou-se para Laranjeiras e continuou a fazer o ofício no município. Há 30 anos reside em Laranjeiras.

Fonte: Foto da autora, 2018.

Figura 17- Rendeira Vanuzia Santos



Fonte:Foto da autora, 2018.

Nome: Vanuzia Silva dos Santos.

Idade: 43 anos.

Biografia: Possui três filhos, aprendeu o ofício com Gilda e Nalva entre 10 e 12 anos.

Figura 18-Rendeira Marinez Jesus



Fonte: Foto da autora, 2018.

Nome: Marinez Santana de Jesus.

Idade: 55 anos.

Biografia: Rendeira. Mãe de três filhos. Apreendeu a fazer renda aos 20 anos de idade na cidade de Divina Pastora. Posteriormente mudou-se para Laranjeiras e continuou no ofício da Renda.

Figura 19-Rendeira Maria. S. Silva



Nome: Maria do Socorro Freitas da Silva

Idade: 48 anos.

Biografia: Artesã e Mãe de três filhos. Aprendeu a fazer Renda Renascença em Pernambuco aos 20 anos de idade. Posteriormente mudou-se para Laranjeiras (há 28 anos atrás). Adotou a Renda Irlandesa quando passou a residir em Sergipe.

Fonte: Foto da autora, 2018.

Figura20-Rendeira Edinalda Santos



Nome: Edinalda Batista dos Santos.

Idade: 55 anos.

Biografia: Rendeira. Mãe de três filhos. Aprendeu o ofício há 25 anos atrás, com uma rendeira chamada dona Délia, natural de Divina Pastora.

Fonte: Foto da autora, 2018.

❖ POVOADO ESTIVA

Figura 21- Rendeira Alenalda Santos



Nome: Alenalda Felix dos Santos

Idade: 47 anos.

Bibliografia: Artesã e Mãe de dois filhos. Aprendeu o ofício há nove anos atrás com uma iniciativa da fábrica de cimentos NASSAL, em 2009, que realizou um projeto de oficinas de Renda Irlandesa.

Fonte: Foto da autora, 2018.

Figura 22- Rendeira Maria Lourdes



Nome: Maria de Lourdes

Idade: 63 anos

Bibliografia: Rendeira e Mãe. Aprendeu o ofício há nove anos atrás com uma iniciativa da fábrica de cimentos NASSAL, em 2009, que realizou um projeto de oficinas de Renda Irlandesa.

Fonte: Foto da autora, 2018.

Figura 23-Rendeira Gilsa Santos



Fonte: Foto da autora, 2018.

Nome: Gilsa Maria dos Santos

Idade: 56 anos

Bibliografia: Rendeira, Funcionária Pública e Mãe. Aprendeu o ofício através de um projeto social desenvolvido pelo SEBRAE, SENAI, SENAC e a Fábrica de Cimentos NASSAL, no ano de 2009, com oficinas de Renda Irlandesa com as professoras Socorro, Izabel e outras (Laranjeiras) e Elizabete (Divina Pastora).

Figura 24- Rendeira Ivanilde de Jesus



Fonte: Foto da autora, 2018.

Nome: Ivanilde Leandro de Jesus

Idade: 34 anos

Bibliografia: Artesã. Aprendeu o ofício em 2009, através de um curso realizado entre a parceria do SEBRAE, a Associação CAD e a Itaguaçu. As mestras foram as rendeiras Edna e Socorro (Larajeiras) e Elizabete (Divina Pastora). Entre as Rendeiras do Povoado Estiva se destaca por sua habilidade de fazer riscos.

Figura 25- Rendeira Francielle Santos



Nome: Francielle Leandro dos Santos

Idade: 24 anos.

Bibliografia: Rendeira. Aprendeu o ofício em 2009, com as professoras Socorro e Edna.

Fonte: Foto da autora, 2018.

3 DIVINA PASTORA: CIDADE DESTAQUE NA PRODUÇÃO DA RENDA IRLANDESA EM SERGIPE

Divina Pastora, município localizado no leste Sergipano, criado através da lei nº554 de 06 de fevereiro de 1954, limita-se ao norte com a cidade de Siriri, ao sul com o município de Riachuelo e ao oeste com os municípios de Maruim e Rosário do Catete, distante 39 km da capital Aracaju (figura 26). Segundo o IBGE (2016) o município tem uma área de 92 Km², e seu perímetro possui 66 km, sendo bastante citado pela forte influência religiosa, pela extração do petróleo e pela produção do artesanato da Renda Irlandesa. A cidade possui características peculiares de uma cidade do interior e seu acesso ocorre pela rodovia SE 106, SE 240 e SE 245.

Figura 26- Mapa de Divina Pastora/SE.



Fonte: Site Wikipédia. 2017.

Quanto à origem da cidade, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros informa que quase todos os municípios sergipanos começaram por um curral ou fazenda de gado (FERREIRA, 1959, p.295). Segundo Freire, na época da invasão holandesa Sergipe já contava com quatrocentos currais de gado e oito engenhos de fabricação de açúcar

distribuídos por toda sua extensão territorial (FREIRE, 2013, p.158). Também advém dessa época o surgimento da povoação Ladeira que daria origem à Divina Pastora.

Embora não se conheça a data exata de criação da freguesia de Divina Pastora, sabe-se que o Vigário Manoel Carneiro Sá tomou posse da Freguesia de Pé do Banco (Siriri) em 18 de fevereiro de 1700, quando Divina Pastora já era Paróquia. Portanto, pode-se afirmar que “Divina Pastora foi Freguesia antes da data de posse do vigário da Villa de Pé do Banco” (FERREIRA, 1959, p.295).

O historiador Magno Santos, ao tratar da peregrinação à Divina Pastora salientou, na passagem do século XVIII para o XIX, a construção da “[...] importante igreja matriz localiza-se no alto de uma colina, demarcando perenemente o território do sagrado, convidando seus devotos para a marcha sagrada” (SANTOS, 2015, p.35). Sendo corroborado pelo historiador Claudefranklin Santos ao afirmar ainda que a igreja:

Teve como um de seus principais financiadores, o Tenente Coronel José Bernardino de Sá Souto Maior, um dos grandes produtores de açúcar da região. Com o passar do tempo, sua suntuosidade arquitetônica se sobressaiu na paisagem colonial e depois urbana, tornando-se, reconhecidamente um santuário, sobretudo, pela demanda dos peregrinos em seus autos de fé (SANTOS, 2016, p.40).

Ainda sobre a presença dos templos religiosos que permitem compreender a delimitação de ocupação da cartografia sergipana, Silva afirmou que:

[...] a freguesia foi creada há mais de um século tendo sua sido sua primeira sede a capella de S. Gonçalo, donde, por motivo de ruina, p assou á capella de de Jesus Maria e José de Pé do Banco. Desta e pelo mesmo motivo de ruina, voltou a voltou á sêde para a capella de S. Gonçalo, então melhorada, sendo que está última mudança foi determinada por decreto de D. João VI, em 1813 (SILVA, 1920, p.193).

As “memórias” de Marcos de Souza, presbítero secular, datadas de 1808, no capítulo sobre a Vila de Santo Amaro, referem-se várias vezes à freguesia do Pé do Banco, “onde há uma igreja quase arruinada com a invocação de Jesus Maria José e São Gonçalo. Nele se celebram os officios divinos, não sendo aquele templo decente à Majestade do Ente Supremo que nele se adora” (SOUZA, 2005, p.69). Continua ainda afirmando que essa paróquia fora erguida pelo Bispo D. João Franco de Oliveira, não constando o ano certo,

[...], porém o seu primeiro vigário Manoel Carneiro de Sá tomou posse em 18 de fevereiro de 1700. A primeira matriz foi uma capela de S. Gonçalo sita junto ao rio Sergipe em uma extremidade da freguesia; porém, poucos anos depois de sua fundação foi trasladado o Santo padroeiro para uma capela de Jesus Maria José no centro da freguesia, o que foi concedido por provisão do Exmo. Arcebispo D.

Sebastião Monteiro da Vide. Este lugar denominado Pé do Banco dista cinco léguas da vila de S. Amaro (SOUZA, 2005, p.70).

O município continuou como simples povoação “Ladeira” até que vinte anos depois veio a se tornar Distrito Administrativo através da Lei provincial de 31 de maio de 1833, e após três anos, foi elevada a vila e desmembrado de Maruim, ficando conhecido como Vila de Divina Pastora, pela lei de 12 de março de 1836 (FERREIRA, 1959, p.295). Já Mendonça e Silva pontuam:

A evolução administrativa da povoação de Ladeira começa com a sua independência política, com a elevação à categoria de vila, por força da Lei Provincial de 12 de março de 1836 com a denominação de Vila de Divina Pastora, desmembrada do município de Maruim. Passados quase meio século do apogeu do ciclo da cana de açúcar e da pecuária, a vila de Divina Pastora é elevada à categoria de cidade, de acordo com a lei estadual nº150, de 15 de novembro de 1938. Há, no município, apenas dois povoados, Bonfim e Maniçoba. Neste existe o assentamento Flor do Mucuri (MENDONÇA; SILVA, 2002, P.178).

Quanto aos limites hidrográficos do município, Divina Pastora é banhada pelos rios Sergipe, Maniçoba, Ganhamoroba e Cassange. Na margem esquerda encontra-se o rio Sergipe, no eixo de planalto, com terrenos levemente acidentados compondo a região do Cotinguiba, uma área bastante conhecida pela produção do açúcar e uma grande quantidade de engenhos.

No século XIX foi registrada a presença de mais de trinta engenhos movidos à vapor ou tração animal na localidade e segundo estudiosos esse grande número de engenhos resultou numa grande concentração de negros, interferindo na composição étnica do município. Atualmente restam apenas as ruínas desses engenhos, pois a economia da cidade passou por várias transformações com a passar dos anos e sofreu os efeitos da abolição da escravatura. Conforme dados do IPHAN:

As transformações que atingiram a zona canavieira sergipana após a abolição da escravatura, a decadência da agroindústria do açúcar em Sergipe e, mais especificamente, as mudanças que se introduziram na zona Cotinguiba com a exploração do petróleo que se iniciou no final da década de 1960, alteraram as bases econômicas da região. Antigos engenhos foram transformados em pastagens para o gado ou em lavouras de subsistência, persistindo, contudo, muitos dos nomes das antigas unidades rurais hoje denominado novas realidades sociais, como o assentamento de trabalhadores sem-terra, a exemplo de flor do Murici, localizado à beira da pista asfaltada, que dá acesso à sede municipal, sediado no local do antigo engenho do mesmo nome (IPHAN, 2014b, p.41).

Enredando-se por uma etnografia de percurso, a viagem ao município convida a contemplação de uma beleza a céu aberto, respirando ar do interior e observando a

simplicidade que a vida cotidiana pode ter. Imersa em uma rota de acesso bastante verde, é rodeada com árvores por todos os lados e uma vegetação rasteira que compõem a estrada até a entrada do município. O casario apresenta uma arquitetura simples configurando a paisagem de fundo antes da entrada principal da cidade, onde crianças brincam animadas e correm por estradas de terra.

A chegada ao centro do município conduz à praça onde está situada a igreja matriz, que leva o nome da padroeira da cidade “Nossa Senhora Divina Pastora”, ponto principal de encontro de fiéis na peregrinação que acontece todos os anos no segundo domingo do mês de outubro. A Igreja Matriz da cidade foi “tombada pelo IPHAN em 1943, mediante o Processo nº 290-T, inscrição nº 195, Livro Histórico, fls. 32, e inscrição nº 261, Livro das Belas Artes, fls. 57 (20.3.43)” (ALEXANDRE; SANTOS, 2013, p.222).

Ao entardecer, observa-se na mesma praça a presença de moradores, alguns estão ali conversar, “batendo um papo”, mas chama atenção as mulheres, algumas em rodas, focadas no manuseio de alguns objetos: agulha, linha, tesoura, papel e uma fita conhecida como lacê, através dos quais mediados por sua destreza surgem as colchas, passadeiras, colarinhos, bolsas e outros produtos de renda Irlandesa, produzidas por artesãs de várias idades.

Algumas delas afirmam ter aprendido o ofício, naquela praça, enquanto outras estão ali para iniciar sua aprendizagem⁴ com olhos atentos aos ensinamentos e à habilidade das que possuem mais idade. Suas mãos trabalham em peças individuais e outras em peças coletivas, onde cada uma contribui com a produção de uma parte, que depois de reunidas resulta em um único produto, bem elaborado, fruto da colaboração coletiva, de uma teia social bastante comum nessa região.

Esta é a percepção daqueles que visitam a cidade, atentos aos elementos que compõem seu entorno, em dias úteis, durante a semana, ao final da tarde quando há “histórias para contar” e “renda para bordar”. Reforçando as características desta cidade, a página oficial da prefeitura relata:

[...]A pequena cidade de Divina Pastora, Terra da Fé, do Petróleo, da Renda Irlandesa e da Chegança São Benedito, surge lá no alto, a 78 metros de altitude, entre morros e vales. São 92 quilômetros quadrados onde moram cerca de 4,4 mil habitantes distribuídos na sede e em dois povoados, chamados Bomfim e Maniçoba, com chuvas que vão dos meses de março a agosto, e temperatura média anual de 25°C. O resultado de tanta abundância natural junta é a bela visão que se tem da entrada da cidade. O contorno das espinhas de inúmeros morros transforma a paisagem em um colírio para os olhos, trazendo tranquilidade para quem a aprecia. E, por estar localizada bem no alto, é o lugar ideal para quem gosta de curtir o frio

⁴ Depoimento Informal. **Pesquisa de Campo**, realizada em Divina Pastora (SE), em 16 /11/2015.

do inverno. Nos meses de junho e julho, o mais gostoso é se aquecer a noite com animadas conversas junto às pessoas queridas, na Praça da Igreja Matriz (PREFEITURA DE DIVINA PASTORA, 2016).

Por muito tempo a economia local manteve sua maior concentração na atividade agrícola, principalmente no cultivo da cana-de-açúcar, mandioca e manga. A pecuária, criação equinos, suínos e galináceos também auxiliam na geração de renda. (PREFEITURA DE DIVINA PASTORA, 2016).

Figura 27- Bandeira de Divina Pastora/SE



Fonte: Site wikipedia.org. 2017.

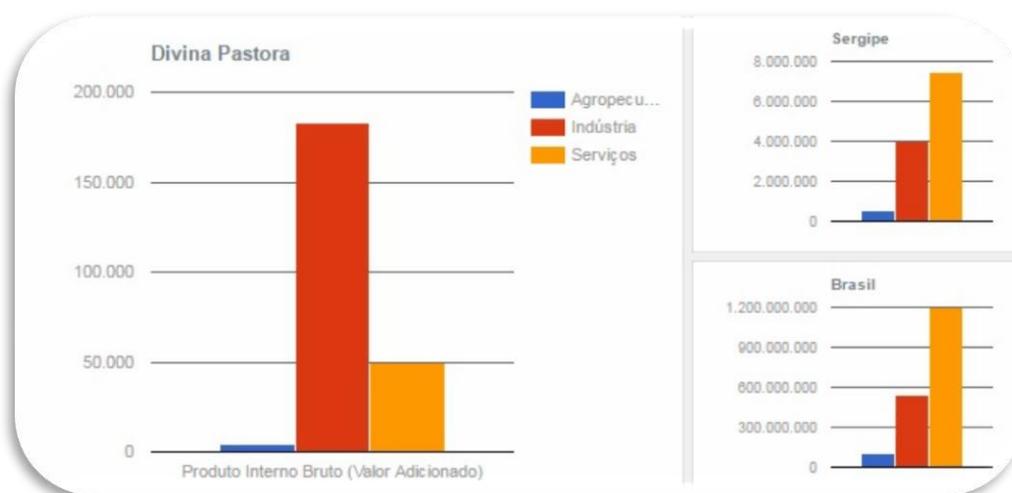
Outro fator de destaque está no fato de “Divina Pastora ser considerada a quarta maior produtora de petróleo do estado, com óleo de boa qualidade, possuindo 258 poços de petróleo em atividade” e conforme a prefeitura do município “gera interesse de muitas empresas no ramo de fabricação de combustíveis, destacando as ligadas ao desenvolvimento sustentável”. O *site* oficial da prefeitura de Divina Pastora ressalta ainda que “representantes de diversos órgãos públicos e privados têm visitado a cidade no intuito de discutirem incentivos à economia”, citando como exemplo a “recente implantação de uma usina de bicompostíveis, produzido a partir da extração da garapa de uma planta chamada Sorgo Sacarina, similar à cana-de-açúcar” (*loc.cit.* Seção economia).

Essa tríade econômica aparece representada no brasão da bandeira do município composto por uma extratora de petróleo, um ramo de cana-de-açúcar e um gado (figura 27).

Deve-se considerar que é uma representação da década de 1930, por isso a não inclusão da renda Irlandesa como característica econômica da localidade.

Atualmente têm-se notado uma alteração no perfil econômico do município, uma vez que os dados referentes ao Produto Interno Bruto (figura 28) revelam uma participação ínfima da agropecuária, sendo a economia local liderada pela presença da indústria e em segundo lugar (embora ainda em um baixo patamar) pelos serviços.

Figura 28- Gráficos comparativos do produto interno bruto (valor adicionado).



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2010-2014.

Comparativamente Sergipe possui um melhor desempenho nos Serviços, relegando a participação da indústria à segunda colocação e da agropecuária à terceira posição em relação ao Produto Interno Bruto. Repetindo-se esse quadro para a realidade Brasileira. Sob esse aspecto em Divina Pastora, a preponderância da indústria destoa dos quadros mais gerais (figura 28).

A produção do artesanato ainda não evidenciou traços de uma significativa contribuição para a economia local, porém, desde o ano 2000 vem conquistando uma maior visibilidade nacional, conferindo ao produto seu reconhecimento como importante elemento da cultura popular brasileira.

A análise econômica descrita reforça a reflexão sobre a invisibilidade do papel desempenhado pelas rendeiras no mundo do trabalho, pois quando se pontua o ofício realizado pelas mulheres do município, surge uma ideia de uma atividade econômica com destaque sempre voltado para o produto.

Pouco se fala na história que essas mulheres trilharam como trabalhadoras, as bibliografias sobre a renda quase nunca citam ou mencionam os nomes dessas mulheres. Diferente do trabalho da indústria, as rendeiras do município desenvolvem um trabalho contínuo que se fortaleceu numa tradição secular, com características essencialmente “locais”, disseminado por essas mulheres, demandando tempo e dedicação principalmente nos casos de peças que levam meses para ficar prontas. Sem o labor persistente dessas rendeiras, num mundo cada vez mais globalizado, possivelmente essa tradição não seria mais encontrada.

Inserir, portanto, a rendeira no mundo do trabalho capitalista é dar a ela voz e vez em suas demandas por mais competitividade, melhores remunerações, mais direitos, maior reconhecimento de seu valor enquanto mulher trabalhadora que exerce seu ofício de artesã e ainda trabalha em casa sendo mãe, esposa, mantenedora das memórias da família e das histórias de vida que se desenrolam na cidade.

3.1 Características do produto e etapas da produção da Renda Irlandesa

A cadeia de atores envolvida na construção da peça enquanto artesanato, no caso da Renda Irlandesa de Divina Pastora (SE), abrange desde personagens diretos como os fazedores dos debuxos⁵ e as rendeiras e personagens secundários como os donos de armarinhos que vendem o material e os donos de lojas que comercializam o produto. (DANTAS, 2013, p.20).

Mas nem sempre a Renda de Irlanda foi considerada como artesanato. Por muito tempo a renda, como já foi mencionado anteriormente, era vista como atividade enquadrada na categoria “trabalhos manuais”, semelhante ao trabalho das costureiras. Segundo Dantas (2013, p.21) somente nos anos sessenta com o reconhecimento e o uso contínuo da renda, a mesma passou a ser conhecida como artesanato através da criação da Associação de Artesanato de Sergipe – ARTESE. Órgão responsável pela comercialização dos produtos artesanais do estado, em 1968, foi inspirado nas políticas públicas executadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no Estado.

No início da década de 1970 a renda se firma como artesanato e passa a receber apoio de diversos órgãos. O interesse no produto por parte de empresas passou a incidir diretamente na confecção das peças. Dantas (2013, p.25-27) cita que por volta de 1980 as rendeiras

⁵ Configura-se debuxo o desenho inicial feito em papel transparente, que servira de molde para o desenvolver da técnica da Renda Irlandesa, onde o lacê alinhavado acompanha as formas do desenho riscado no papel e que em seguida será preenchido com pontos de agulha e linha.

recebiam um forte apoio da Secretaria de Ação Social e do Trabalho (SENAST) que, visando fomentar a venda dos produtos,

[...] interferiu na produção entregando riscos e desenhos com instruções de cores de linhas a serem utilizadas visando agradar um público mais exigente, deixando de lado a produção com cores mais vibrantes como o verde-bandeira, rosa choque, amarelo-ouro e azul-real, substituídos pelos tons pastéis.

Essa intervenção altera significativamente as características originais, porém no debate entre autenticidade e dinamicidade da cultura, opta-se por essa última, uma vez que as mudanças serviram á propósitos econômicos que permitiram a continuidade da produção do artesanato.

Já na década de 1990 quando o Núcleo do trabalho Comunitário – NUTRAC, na tentativa de baratear os custos da Renda Irlandesa e diversificar os produtos, começou a associar o uso do tecido na confecção da renda. Entretanto, antes as rendeiras faziam as peças integralmente de renda. Sobre as características do produto é importante conhecer o que difere a renda de um bordado, assim:

Renda é uma obra na qual um fio, conduzido por uma agulha, ou vários fios, trançados por meios de bilros, engendram um tecido e produzem combinações de linhas análogas ás que o desenhista obtém com o lápis. Ela difere do bordado no sentindo em que a decoração é parte integrante do tecido, em lugar de ser aplicada em um tecido preexistente; difere também quando é feita a mão e não é obtida por meio de um mecanismo que repete indefinitivamente o mesmo modelo (MAIA,1981, p.23).

Maia (1981, p.23) afirma que é importante ressaltar que dentro deste conceito existem dois tipos de produção de rendas. A primeira delas é classificada como “renda de agulha”, já a segunda é a “renda de bilros”. Na categoria renda de agulhas, a autora menciona que são representativas em nosso país: a Renda Irlandesa; a Renda Renascença ou Inglesa; o Labirinto ou Crivo; o Filé e o Rendendê. Já as rendas de bilro são conhecidas como renda da terra, renda de almofada e Renda de Bilro.

Analisando a Renda Irlandesa no contexto de sua feitura em Divina Pastora, essa dissertação discorda da perspectiva aventada por Maia (1981), no que se refere à nomenclatura das rendas, tendo por base uma análise comparativa entre a Renda Irlandesa e Renda Renascença.

Como já mencionado na seção anterior, possivelmente a intenção da autora tenha sido escrever em um único capítulo as técnicas de artesanato em renda, que teriam surgidos no Continente Europeu ou advindas de conventos da Irlanda.

Essa discussão centra-se em fundamentos seguindo a linha de raciocínio utilizada por Dantas (2009), quando a mesma escreve em seus textos, que a diferença entre as rendas citadas é a matéria-prima utilizada, pois enquanto a Renda Renascença utiliza fita, também conhecida como fitilho, a Renda Irlandesa caracteriza-se por utilizar um cordão brilhoso conhecido como lacê.

Em Sergipe, a opção das mulheres no município de Divina Pastora por trabalharem com o lacê do tipo cordão sedoso achatado, mesmo empregando uma técnica que é muito difundida no Nordeste, resultou na confecção de uma renda singular, de grande beleza, ressaltada pelo relevo e brilho do lacê. Isto confere ao produto do seu trabalho um diferencial em relação às rendas produzidas em vários estados da Região. Desse modo, a Renda Irlandesa de Divina Pastora, devido ao tipo de matéria-prima empregada, apresenta características próprias, gerando um produto em que textura, brilho, relevo, sinuosidades dos desenhos se combinam de modo especial, resultando numa renda original e sofisticada. A presença da renda irlandesa na cidade de Divina Pastora, com esse diferencial dado pela matéria-prima e pelo trabalho meticuloso das rendeiras, hoje se constitui numa importante atividade geradora de renda para mais de uma centena de mulheres, mas, sobretudo, numa referência cultural e elemento constitutivo de diferenciação e identidade (IPHAN, 2009, p.04).

Não se sabe de fato, quando as rendeiras de Divina Pastora incorporaram o lacê, sabe-se que antes de fazer uso do cordão (lacê) as rendeiras trançavam o fio com a técnica das almofadas/ bilro. De acordo com o IPHAN:

Algumas relatam que, quando crianças, a renda era feita com emprego de outras matérias-primas. As mais idosas, quando falam de sua aprendizagem no ofício, ou recordam como trabalhava a geração que as precedeu, dizem que, no início, era utilizada a renda de almofada ou bilro, uma rendinha bem estreita, como base para a execução da renda irlandesa. A costura se chamava, por conseguinte, “rendinha”. O primeiro passo era, então, fazer essa renda estreita como um fitilho, que fixavam segundo o risco no molde de papel, a exemplo do que hoje fazem com o lacê, que serviria de suporte para desenvolver os pontos. Desse modo, as rendeiras antigas aprendiam a técnica da renda de bilro e a ela agregavam o trabalho de agulha na elaboração dos pontos com que preenchiam os claros e teciam a renda. Os manuais de ensino da renda registram os fitilhos bilrados, manufaturados ou feitos à mão, com os quais se faziam as rendas no passado (IPHAN, 2014(b), p.63).

Contudo a substituição do produto fita/fitilho pelo cordão brilhoso e achatado fez da Renda Irlandesa, apesar das semelhanças no modo de confeccionar com a Renascença, um produto com característica própria. A motivação da substituição ou inspiração para inovação da técnica também é reforçada na publicação de Cedran (1979) que explica que isso ocorreu devido:

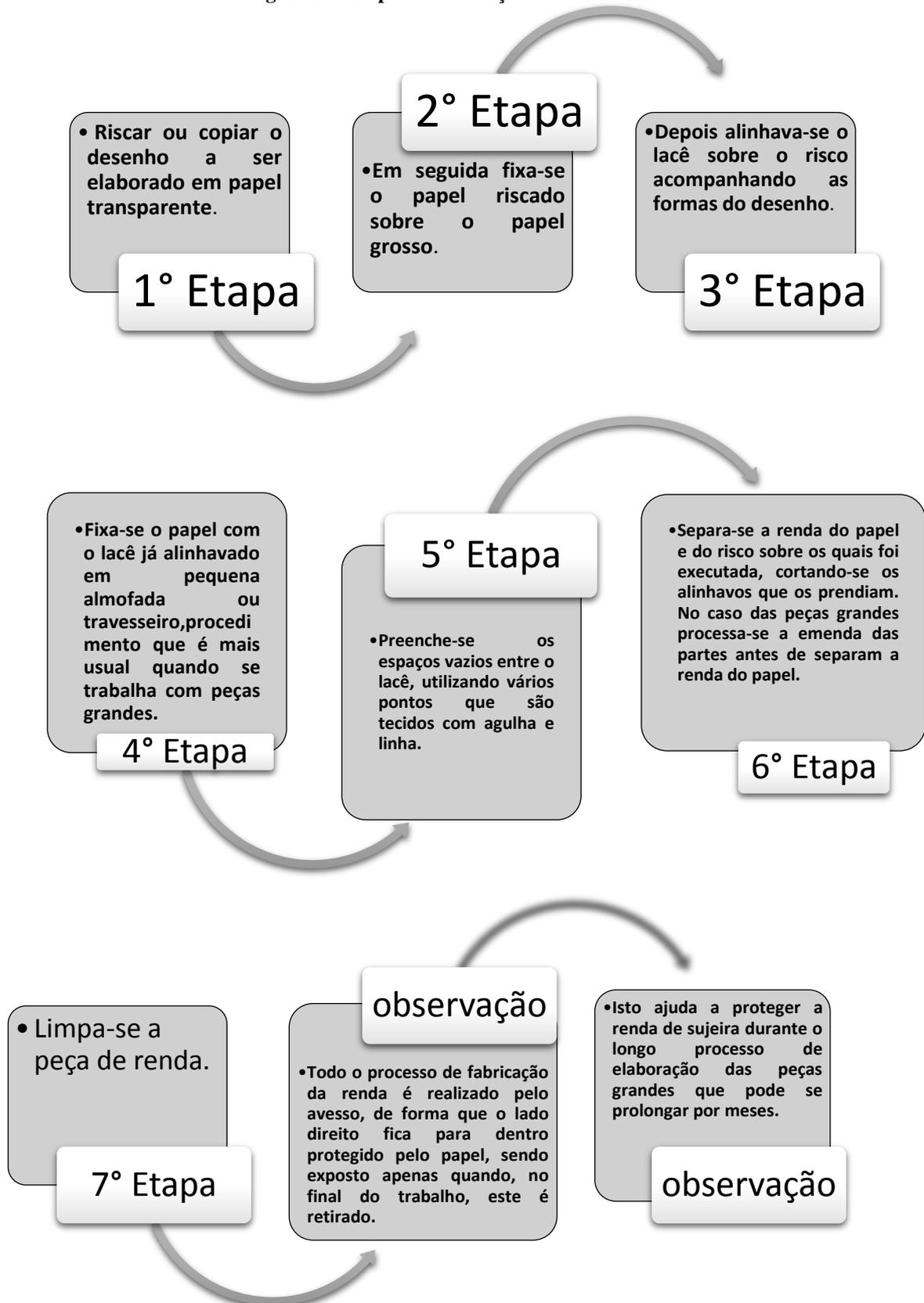
O trabalho da renda exige, além de constante atenção, muita calma e higiene, pois as artesãs devem tomar muito cuidado com a transpiração das mãos, para evitar que a

cor da renda seja alterada ou manchada. Quando a renda começou a ser feita ali, há cem anos atrás, era delineada e apoiada em fitinhas. Posteriormente passaram a usar cordão de crochê roliço alinhavado e enrolado para a execução das tramas. Entretanto, o crochê laceava produzindo um afrouxamento do ponto que, ao ser retirado do papel, enrugava. A utilização do lacê tornou mais fácil a execução da renda, pois, além de possibilitar a criação de volumes, planos, saliências, também servia para execução da mesma (CEDRAN, 1979, p.02).

Mais do que técnica, percebe-se que é necessária experiência de manejo e sensibilidade ao produto para que não seja danificado. A utilização da renda de bilro que posteriormente foi substituído por fitinha de algodão, rendinha francesa (ALENCAR, 2014b) ou do crochê apontado por Cedran (1971) descaracterizava a forma dos pontos sobre o papel desenhado, enquanto o lacê permitia um trabalho mais delicado e ao mesmo tempo cheio de possibilidades criativas.

Os materiais utilizados pelas rendeiras para confecção do artesanato atualmente são: linhas (Ancora, Cléa e Zebra), papéis do tipo *craft* ou seda e o cordão de seda (Lacê). Já a técnica utilizada pelas rendeiras se caracteriza por uma sequência de fases que podem ser acompanhadas na figura a seguir.

Figura 29- Etapas da Produção da Renda Irlandesa



A produção da Renda Irlandesa no estado de Sergipe não é exclusiva do município de Divina Pastora, municípios vizinhos e outros mais distantes também possuem a tradição de confeccionar o artesanato. Alguns têm a sua produção mencionada como uma atividade mais singela, outros possuem uma produção mais ativa equiparando-se à Divina Pastora, esses municípios são: Laranjeiras, Maruim e Nossa Senhora do Socorro (Povoado Estiva).

Desta forma se considera que apesar do Município de Divina Pastora receber um maior destaque na região, os demais municípios também possuem um papel muito importante para a construção da história da tradição de confeccionar Renda Irlandesa no estado, visto que o artesanato produzido pelas demais localidades apresenta as mesmas características e resultados, divulgando o nome de Sergipe como referência na produção do artesanato para outros estados e países.

Para essas mulheres o trabalho da renda, apesar de ser considerado um dos artesanatos mais caros do país, economicamente não é bem remunerado, “diferentemente do que representou os lucros com a renda nos anos 60 e 70 do século XX, considerado incentivador” (ALENCAR, 2014b, p.119). Atualmente levando em conta o preço dos produtos, o tempo de preparo das peças, as idas e vindas para capital em busca de matéria prima, houve uma equiparação do custo benefício da peça ao valor do final do produto.

Isso não implica em colocar em pauta que, mesmo assim, o produto ainda é bastante requisitado no mercado consumidor, fazendo com que essas mulheres, para obter maiores lucros, tenham que efetivamente produzir mais.

3.2 Associação para o desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora

Há 17 anos a Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa (ASDEREN), vem atuado sob forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, em prol do aumento de produção do artesanato em renda e produtos similares. Situada na Praça Getúlio Vargas, nº 125 no centro da cidade de Divina Pastora, configura-se como o endereço oficial para encontros, encomendas e confecção da renda junto às associadas.

A ideia de criação da ASDEREN, segundo relato de algumas artesãs, foi resultado de uma iniciativa ocorrida no governo do Presidente de Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1998 e 1999, promovida por sua esposa Ruth Cardoso ao criar a “ação de resgate do artesanato brasileiro em fase de extinção”.

No Município de Divina Pastora (SE) o antropólogo Antônio Arantes foi o

responsável pela execução dos ideais do projeto, indo à cidade com o objetivo de conhecer as rendeiras, realizando reuniões e pesquisas para identificar o número de artesãs na região, compondo um diagnóstico da Renda Irlandesa (os materiais, os custos, a lucratividade e as ações eficazes para que a tradição não acabasse) (SANTOS 2014).

Esse projeto foi nomeado de “Artesanato Solidário” e tinha como principal objetivo revitalizar os saberes e fazeres que estivessem em risco de desaparecer com o passar do tempo ou que sofressem as consequências da massificação dos padrões da globalização. O projeto foi realizado em parceria com o SEBRAE, a SUDENE, a Caixa Econômica Federal e o Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular- CNFCP. No início o plano atuou em 26 municípios da região Nordeste, Norte do Espírito Santo e Minas Gerais (CARDOSO, 2001, p.7).

Moreira (2001, p.09) expôs que o pré-requisito para participação no projeto Artesanato Solidário era que a produção artesanal expressasse, com fidelidade, a identidade cultural da localidade. A Renda Irlandesa, na época em que o projeto Artesanato Solidário tinha uma intensa atuação, apresentava dificuldades e necessitava de atenção, uma vez que para Arantes:

A prática desse importante saber que a cultura regional oferece com recurso para geração da renda encontra-se atualmente ameaçada, sobretudo em razão das dificuldades de comercialização dos produtos feitos pelas artesãs. As tradicionais encomendas diminuíram muito, e o acesso dessa produção ao mercado tornou-se dependente de uma restrita rede de intermediárias (ARANTES, 2001, p.11).

A data da fundação da Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora consta em ata no dia 05 de dezembro de 2000. O documento informa que na sede da Secretaria de Ação Social aconteceu uma reunião com as pessoas que tinham por objetivo central a criação de uma associação que defendesse os interesses da Renda Irlandesa sob a forma de sociedade Civil, sem fins lucrativos (ATA 2000).

Para conduzir a reunião foi escolhido o Sr. Ariovaldo Menezes de Souza, economista, assumindo na assembleia a função de secretário e como presidente o antropólogo Antônio Augusto Arantes Neto (ATA 2000).

No decurso da reunião os membros votaram em escolher os nomes das artesãs que fariam parte da diretoria executiva da associação. Após a apuração do resultado, a composição dos cargos foi definida tendo por:

Presidente - Maria Clara dos Santos
Vice-Presidente- Maria José Barreto
Secretário- Ariovaldo Menezes de Souza

1° Tesoureiro- Maria Adailma Santos Lima
2° Tesoureiro- Gracyanne Freire de Araújo
Conselho Fiscal- Adriana Santos Lima
- Verônica Leite da Silva
- Darci de Oliveira Souza
(ATA, 2000).

Realizada a eleição o presidente da assembleia, Professor Antônio Arantes, declarou definitivamente constituída a ASDEREN, com administração e sede provisória na Praça Matriz, nº 69. Ainda na reunião foi acordada, por unanimidade, a decisão de que cada associada iria contribuir com o valor de R\$: 1,00 (um real) para o primeiro ano de exercício social da Associação (ATA 2000).

A construção da sede da associação só aconteceu no ano de 2006 (figura 30), com a conquista de um espaço físico as rendeiras passaram a ter um local próprio para reuniões, produção do artesanato e oficinas para ensinar a produzir a renda (VIEIRA, 2014).

A ASDEREN surgiu para auxiliar a sanar as dificuldades no âmbito da comercialização, preservação e continuação da tradição do artesanato em renda no município. Conforme Cardoso (2001), com a globalização o lado danoso da revolução tecnológica mostrou sua face ao ameaçar a criatividade das comunidades tradicionais, sendo o artesanato um elemento de resistência, assim:

A revolução tecnológica, se, por um lado encurtou distâncias e aproximou pessoas, por outro, gerou profundas mudanças nos modos de produção, empobrecendo a criatividade e favorecendo a repetição. O artesanato de raiz constitui um contraponto a esse processo ao ressaltar identidades locais ligada à experiência de cada um e de sua comunidade no espaço que lhe cabe viver (CARDOSO, 2001, p.07).

Com o avanço da tecnologia nota-se a mudança tanto nos espaços físicos com a melhoria de equipamentos que facilitam a produção, como no âmbito intangível que compreende a velocidade das informações, a conexão entre redes, a praticidade de fazer registros em vídeos, fotografias e áudios com os *smartphones*.

Trazendo essa reflexão para o estudo das rendeiras de Divina Pastora, alinhando ao pensamento de Cardoso, nota-se que a tecnologia oferece benefícios e malefícios para aquelas mulheres. Se por um lado o uso da tecnologia facilita na divulgação do produto, o alcance maior dos limites territoriais, oferecendo novos meios de comercialização, entretanto, como pontua Cardoso (2001), a mesma tecnologia favorece a repetição e a falta de criatividade.

Desse modo, nos dias de hoje, as máquinas fotocopiadoras, reproduzem em segundos inúmeras cópias de desenho de debuxo, que antigamente eram realizados manualmente, tornando mais difícil a cópia idêntica do produto, essa repetição também engloba a cópia e a

reprodução de técnicas, características regionais, objetos e produtos por pessoas de outras regiões que até então ainda não possuíam conhecimento dos mesmos.

Se a tecnologia pode oferecer riscos no que diz respeito à preservação do reconhecimento da tradição local por aquele nicho produtor, os limites da Indicação Geográfica da Renda Irlandesa não garantem que outros lugares não copiem os desenhos característicos e reproduzam o mesmo tipo de artesanato.

Porém a IG garante que caso outras regiões produzam a mesma categoria de produto ou serviço, a região que possui IG receba um selo que lhe dá um destaque de qualidade por indicar que aquela região é referência na produção daquele produto ou serviço. Um reconhecimento de exclusividade no valor cultural e que incide sobre o valor monetário de consumo, tornando-o mais atrativo para seus produtores.

Figura 30- Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa



Fonte: Foto da autora. 2017.

No século XXI, o artesanato ganha um novo sentido quando avaliada a confecção das peças no seio familiar, as jovens já não demonstram interesse em apreender o saber, sem o incentivo das matriarcas, diferentemente do que acontecia nas décadas anteriores.

O papel da Associação como incentivador na continuidade das tradições, ultrapassa as questões econômicas, como sede fixa e local para reuniões essas mulheres encontram espaço

para discussões e momentos de reflexões sobre a importância da continuidade de transmitir o saber fazer para jovens da localidade.

Desta maneira nota-se a importância das atividades desenvolvidas pela ASDEREN para a manutenção e a preservação de um artesanato conhecido e valorizado no estado de Sergipe, tanto em seu valor cultural e econômico. Graças às conquistas e ao reconhecimento desse artesanato que o município de Divina Pastora foi consagrado como o maior polo produtor de Renda Irlandesa do Brasil (BRASIL, 2014).

4 CONQUISTAS DAS RENDEIRAS: PATRIMONIALIZAÇÃO DA RENDA E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

A Renda Irlandesa Produzida no município de Divina Pastora (SE) ganhou um destaque ainda maior na esfera local, nacional e internacional a partir do momento que seu “modo de fazer” foi considerado patrimônio imaterial brasileiro. Esse reconhecimento aconteceu em 2009, após as rendeiras do município apresentarem e cumprirem todos os requisitos exigidos no Inventário Nacional Referências Culturais (INRC).

O INRC é uma metodologia desenvolvida pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que tem como objetivo fazer um levantamento para produzir conhecimento sobre “os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social”. Outro fato que merece ser mencionado é que a delimitação da área do inventário ocorre em função das referências culturais presentes num determinado território. Dessa forma, o registro do modo de fazer a Renda Irlandesa junto ao IPHAN foi inserido no livro de saberes (IPHAN, 2000).

Outra valorização, mais recente e ligada ao potencial comercial da renda, foi a obtenção da Indicação Geográfica (IG) na modalidade Indicação de Procedência (IP) concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) em 2012.

Diferente do INRC que confere ao produto um valor cultural vinculado ao patrimônio, a Indicação Geográfica (IG) é “utilizada para identificar a origem de produtos ou serviços quando o local tenha se tornado conhecido ou quando determinada característica ou qualidade do produto ou serviço se deve a sua origem” (INPI, 2015).

A classificação das IGs como Indicação de Procedência (IP) pelo INPI “refere-se ao nome do local que se tornou conhecido por produzir, extrair ou fabricar produtos e também prestar determinado serviço”, enquanto a denominação de origem (DO) compreende o nome do local “que passou a designar produtos ou serviços, cujas qualidades ou características podem ser atribuídas a sua origem geográfica”. Assim a Indicação de Procedência concede aos produtos fabricados na região do município de Divina Pastora um *status* de qualidade (INPI, 2015).

Uma questão a ser analisada por estudiosos e pesquisadores da Renda Irlandesa em Sergipe é que tanto o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) quanto a Indicação Geográfica (IG) trabalham com delimitações territoriais.

O que difere o trabalho realizado pelo IPHAN do INPI é o fato do INRC trabalhar com uma escala mais diversificada, pode ser uma vila, um bairro, uma zona, mancha urbana ou uma região geográfica. A Indicação Geográfica (IG) trabalha com uma escala mais restrita, ou seja, uma região geográfica.

O fato da Indicação de Procedência (IP) ter sido concedida somente na região do município de Divina Pastora chama atenção, por causa de municípios vizinhos, dentro dos limites da área do município (Figura 31) citando Maruim e Laranjeiras, também produzem o artesanato e não integram este processo.

Figura 31-Mapa de Divina Pastora (SE)



Fonte: Site Brasil Turismo. 2017.

Apesar do número de mulheres que confeccionam o artesanato ser de maior concentração no município de Divina Pastora, que possui a Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa, o IPHAN-SE (informação verbal) aponta que os demais municípios também já se organizam em formato de associação e cooperativa em prol de um objetivo comum que é a valorização, disseminação e comercialização da Renda Irlandesa. Em Maruim existe a Associação de Renda Irlandesa, Artes e Talentos de Maruim (ARIATAM) e em Laranjeiras a Cooperativa de Rendeiras de Laranjeiras (COOPELAR) no Povoado Estiva (Nossa Senhora do Socorro) existe a CAD, mas as rendeiras, não souberam explicar a sigla (SILVA, entrevista, 2017).

As possíveis causas para essa “exclusão” dos municípios vizinhos que também se tornaram bastantes conhecidos por confeccionar a Renda Irlandesa podem estar relacionadas às questões políticas ou culturais da localidade.

Para responder esse questionamento se fez necessário fazer algumas reflexões sobre: Como é realizado o processo de INRC? O que é necessário para requerer a Indicação de Geográfica (IG)? Como as rendeiras de Divina Pastora tomaram conhecimento do INRC e IG? As artesãs obtiveram apoio de algum órgão ou alguém?

4.1 Inventário Nacional de Referências Culturais: salvaguarda e valorização

Como mencionado anteriormente o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo IPHAN compreendida como:

O instrumento oficial da política federal de patrimônio imaterial para a produção de conhecimento sobre bens culturais de natureza imaterial. A sua utilização implica o trabalho em três dimensões fundamentais: a produção de conhecimento para subsídio de políticas públicas; a produção de documentação (escrita e audiovisual) das práticas culturais e processos; e a mobilização dos grupos sociais envolvidos (IPHAN, 2017).

Sabendo do que se trata o INRC, a reflexão que se faz é sobre o ponto de partida que o IPHAN trilhou para conceber um método com a intenção de proteger bens de natureza imaterial. Brayner (*apud* IPHAN, 2012) em seu trabalho “Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais”, um jornal publicado pelo IPHAN/MINC, que tem como objetivo facilitar o conhecimento do trabalho desenvolvido pelo INRC cita o entendimento do termo cultura, definindo-o como ações em que os indivíduos (povo) expressam sua “forma de criar, fazer e viver”, refletindo sobre as configurações da sociedade em grupos que se diferem por características peculiares da sua identidade.

A partir da definição do que é cultura, a autora explica que o Brasil é um país rico em diversidade cultural e em cada região do país as pessoas têm seu modo de viver, fazer e criar distintos entre si, sendo exemplo dessa percepção as diversas tribos indígenas com diferentes modos de falar, jeitos de construir casas, rituais, pinturas, dentre outros costumes. A diversidade do nosso país possui traços étnicos e sociais de vários povos: indígenas, portugueses, holandeses, italianos, africanos, árabes, japoneses, judeus, ciganos, que participaram na formação do nosso país e incorporaram costumes nas nossas raízes culturais (BRAYNER *apud* IPHAN, 2012, p.8-9). Salienta ainda que:

Durante um longo período, essa diversidade cultural do Brasil, não foi valorizada. Afirmava-se, quando muito, uma identidade nacional formada a partir da contribuição de três raças: a indígena, a portuguesa e africana. Isso começou a mudar quando, na década de 1920 do século XX, um grupo de artistas e intelectuais se reuniu no que veio a se chamar de movimento modernista, que passou a buscar e a valorizar as diferentes raízes da cultura brasileira. Integrantes desse movimento também participaram, em 1937, da criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, entre os quais merece destaque o escritor e pesquisador Mário de Andrade. Hoje, com o nome Instituto Histórico e Artístico Nacional, o Iphan desenvolve ações de preservação do patrimônio cultural em todo o território nacional (BRAYNER *apud* IPHAN, 2012, p.10).

Compreende-se que o conceito de “Patrimônio Cultural” é algo que se cria e recria com as mudanças do tempo e da história dos indivíduos envolvidos, que incorporam e ampliam iniciativas diferentes do usual. No caso da Renda Irlandesa de Divina Pastora, as mulheres incrementaram o uso do lacê, fazendo com isso, que o seu “modo de fazer” fosse diferente de outros artesanatos de agulha e linha.

Nessa perspectiva o intuito do INRC se direciona para conhecer, reconhecer e preservar o patrimônio cultural. Quanto à noção de como este patrimônio está representado por lei, Brayner (*apud* IPHAN, 2012) reforça que:

A constituição Federal de 1988, artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, e, também ao estabelecer outras formas de preservação - como o registro e o inventário - além do tombamento, instituído pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e que é adequado principalmente à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. Nesses artigos da Constituição, reconhece-se também a necessidade de se incluir, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, bens culturais que sejam referências dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira (BRAYNER *apud* IPHAN, 2012p. 18).

Tendo em vista a importância da legislação e da Constituição para a preservação do patrimônio o IPHAN, seu estudo colaborou para a edição do decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). No mesmo ano foi implementado pelo mesmo órgão o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e em 2004 foi criada uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática que começou a ser implantada a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) (IPHAN, 2018a).

O Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) surgiu a partir da aprovação, no dia 04 de agosto de 2000, do Decreto nº 3.551. O documento tem o “propósito de viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro”, garantindo a proteção dos direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso desse bem (IPHAN, 2018b).

Assim, sendo considerado como um programa de apoio e fomento que “busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa” (IPHAN, 2018b).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ao explicar o programa, define como estrutura: objetivos, diretrizes e linhas de ações que devem ser seguidas. Para melhor compreensão de como se organiza o PNPI segue uma tabela explicativa.

Tabela 7- Categorias do programa nacional de patrimônio imaterial

OBJETIVOS	DIRETRIZES	LINHAS DE AÇÃO
Elaborar política de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial.	Desenvolver a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial.	Pesquisa, documentação e informação.
Colaborar com a preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade.	Ampliar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio.	Sustentabilidade
Captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro.	Promover a salvaguarda de bens culturais imateriais por meio do apoio às condições materiais que propiciam sua existência, bem como pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação.	Promoção
Fomentar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.	Programar mecanismos para a efetiva proteção de bens culturais imateriais em situação de risco. E respeitas e proteger direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso do patrimônio cultural imaterial.	Capacitação

Fonte: Elaborado pela autora- Adaptado do IPHAN, 2008.

Para requerer o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), as rendeiras precisaram que contemplar todos os requisitos exigidos na metodologia que consiste em pesquisas bibliográficas e de campo, cujos resultados tem que ser apresentados através de fichas, relatórios e documentos áudio visuais.

Segundo o IPHAN o INRC é uma pesquisa etnográfica, enquadrada na perspectiva patrimonial em conjunto com o estado, resultando numa política pública (IPHAN, 2017). A metodologia é baseada no aspecto territorial e se estrutura em torno do conceito de referência cultural. Para se concretizar é necessária à formação de uma equipe técnica de pesquisa, que conforme IPHAN:

Serão encarregadas do planejamento e da coordenação dos trabalhos, nossa recomendação é que elas sejam constituídas por pessoas com conhecimento da temática do patrimônio nas seguintes áreas: ciências sociais (particularmente antropologia), história, arqueologia, letras, museologia, arquitetura e geografia, em número e proporção variáveis de acordo com cada situação considerada. Ao participarem do levantamento preliminar, esses profissionais estarão sendo capacitados para atuar posteriormente como supervisores do trabalho de campo, acompanhando, revendo e sistematizando os Processo de Trabalho Inventário Nacional de Referências Culturais Departamento de Identificação e Documentação IPHAN 36 dados obtidos pelos demais pesquisadores ao longo de todo o processo de investigação (IPHAN, 2000, p.29).

Em seguida é necessário contemplar mais três etapas:

1-Levantamento Preliminar: tem como finalidade mapear as referências culturais;
2-Identificação: realizar o aprofundamento da investigação dos bem culturais selecionados, com o objetivo de compreender a sua inserção no universo cultural inventariado;
3-Documentação: Sistematização e tratamento dos dados produzidos, elaboração do conteúdo para os grupos envolvidos.

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é um documento importante para registrar os bens e a cultura local, servindo como instrumento de salvaguarda de um patrimônio imaterial que representa a identidade do seu povo (IPHAN, 2017). Brayner (2012) sustenta que:

Ao se inventariar um bem cultural, trata-se de descrever, documentar uma manifestação cultural por meio da realização de entrevistas, produção de textos, fotografias, desenhos, gravações sonoras, filmagens, entre outros recursos de documentação. Trata-se também de levantar todas as fontes de informação possíveis já produzidas sobre aquele bem. Produz-se assim um conhecimento atual de como é aquele bem cultural e também uma memória das coisas que foram vistas e estudadas durante a realização do inventário (2012, p.21).

A autora observa que o INRC não é só importante para inventariar com objetivo de produzir uma pesquisa sobre um bem imaterial, mas também serve como um importante documento para conscientizar os indivíduos sobre a importância de preservação dos bens.

Como exemplo dessas iniciativas Brayner (2012) cita casos de manifestações culturais que dependem da preservação de espécies vegetais (bioma) que servem de matéria prima para

confeção de instrumentos musicais, espaços onde festas eram tradicionalmente realizadas e com o passar do tempo deixaram de existir ou adquiriram uma nova função, ou aqueles que com a modernização e o avanço da tecnologia passaram a ser substituídos.

Porém, quando os indivíduos de uma comunidade sabem da importância dessas iniciativas para manter viva a tradição, eles possuem um aliado (inventário) na continuidade da tradição.

Assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2009, considerou o modo de fazer a Renda Irlandesa como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, inscrevendo-o no livro de Registro dos Saberes (CGE, 2015).

Para registrar bens imateriais, o IPHAN (2018c) elaborou categorias para melhor organizar os registros, especificadas como:

- **Livro de Registro dos Saberes:** Tem como objetivo incluir os registros de bens imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Ou seja, trata-se da apreensão dos saberes e dos modos de fazer, relacionados à cultura, memória e identidade de grupos sociais;
- **Livro de Registro das Celebrações:** Visa incluir os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social e que são consideradas importantes para a sua cultura, memória e identidade. Outra característica é que essas celebrações podem ou não, está relacionado à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, dentre outros;
- **Livro de Registro das Formas de Expressão:** Propõem-se registrar as manifestações artísticas em geral, exemplos dessas expressões são: as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, que são reconhecidas pela sua comunidade como importantes para a sua cultura, memória e identidade;
- **Livro de Registro dos Lugares:** Registra espaços como: os mercados, feiras, santuários e praças onde se concentram e/ou se reproduzem práticas culturais coletivas.

A certificação de patrimônio foi o primeiro grande reconhecimento das artesãs enquanto uma organização administrativa, sob forma de associação, servindo de estímulo e orgulho para traçar outras iniciativas. De acordo com resultado das entrevistas em campo, nota-se que o material elaborado pela metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) para a qualificação do modo de fazer a Renda Irlandesa enquanto patrimônio imaterial dos brasileiros serviu de documento base para solicitação da Indicação Geográfica (IG) junto ao INPI. Isto posto que:

O INRC é, antes, um instrumento de conhecimento e aproximação do objeto de trabalho do IPHAN, configurado nos dois objetivos principais que determinaram sua concepção: 1. Identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e 2. Apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios

tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferências de sua preservação (IPHAN, 2000, p.8).

O processo em tramitação no IPHAN levou alguns anos para ser concluído visto que foram realizadas pesquisas para a comprovação de que o “modo de saber fazer” o artesanato renda, enquanto bem imaterial ⁶ que representa a nacionalidade brasileira, de um povo como todo, mantinha os traços da sua cultura, identidade, memória e tradição.

Desse modo, o estudo durou aproximadamente três anos seguindo as etapas discriminadas na figura 32:

Figura 32: Processo de solicitação do PNPI



Fonte: Elaborado pela autora- A partir de informações do dossiê de solicitação de IG da renda.

A cidade de Divina Pastora, com a certificação do IPHAN, passou a ser considerada polo referencial de uma tradição que tem seu modo de saber fazer representativo das práticas e domínios da cultura de um povo.

Foram os marcos legais definidos pela elaboração das políticas públicas brasileiras ao longo do século XX, como o Decreto-lei nº 25, de 1937, responsáveis pela criação do SPHAN (atual IPHAN) e a instituição do Tombamento; o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 3.551/2000, que instituiu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e criou o

⁶ Título de Patrimônio Cultural Brasileiro. Informações extraídas da documentação de solicitação do pedido de Indicação Geográfica (INPI).

Registro como instrumento de reconhecimento específico para o Patrimônio Imaterial que reuniram estados, municípios e União na salvaguarda patrimonial (IPHAN, 2014, p.20).

A Renda Irlandesa é tributária desses instrumentos de proteção e difusão cultural, todavia, para proteger a Propriedade Intelectual e inserir o produto na dinâmica da valorização/qualidade do mercado de consumo, é à IG – conferida pelo INPI – que as rendeiças irão recorrer.

4.2 Indicação Geográfica: proteção e potencial econômico

O ato de proteger produtos e serviços contra a falsificação, bem como indicar a região na qual os mesmos foram produzidos ou executados, inspirou uma ação que auxiliasse na concretização desses dois objetivos, tendo como resultado o surgimento das Indicações Geográficas. A associação de produtos ou serviços às localidades de produção remonta às práticas utilizadas desde a antiguidade. Conforme Costa (2014, p.27), naquela época as indicações geográficas conferiam uma espécie de sobrenome ao produto valorizando-o por sua qualidade.

Para Bruch (*apud* COSTA, 2014, p.27) o pesquisador dá exemplos de produtos reconhecidos na antiguidade e inscritos nos textos bíblicos, como o Cedro do Líbano (REIS, V, CÂNTIGOS, III, 9) e os vinhos de En-Gedi (CÂNTIGOS, I,14). De acordo com Siqueira (2014) a delimitação se torna ainda mais específica ao afirmar que:

Na realidade, a origem da relação entre produtos específicos e as áreas geográficas onde são produzidos remonta a antiguidade na Europa e Ásia, observando-se exemplos como: vinhos de Corinto e Rhodes na Grécia, Mármore de Carrara e vinho de Falerno na Roma Antiga, chá da Índia e rota da seda e tinta da cidade de Nanquim na China. O próprio nome Lusitânia, denominado pelos romanos, para o território que atualmente é o de Portugal era uma referência a Luso filho de Baco, Deus do vinho, evidenciando, assim, a relação daquela área geográfica com a produção de uva e vinho desde a antiguidade (SIQUEIRA, 2014, p.2).

Com a globalização, o crescimento acelerado de mercados cada vez mais competitivos, a facilidade de obter informações que incitam a reprodução/cópias de produtos ou serviços, as Indicações Geográficas conferem ao mercado consumidor a garantia do consumo de um produto de qualidade.

Este reconhecimento pode ser considerado de mão dupla, tanto para os produtores que asseguram a proteção de seu produto contra a falsificação e garantem um mercado competitivo mais justo, já que distingue a qualidade do produto, quanto para o consumidor

que recebe a garantia de que o produto que está consumindo tem procedência concedida por um órgão que emite uma certificação. Segundo Maiorki e Dallabrida (2015, p.15):

No ano 1967, é promulgado o Código de Propriedade Industrial (CPI) brasileiro, com o qual se passa a reconhecer e a proteger a produção nacional contra a falsificação dos produtos e da procedência dos mesmos. Atualmente, no Brasil, a Lei nº 9279, de 14 de maio de 1996, é que regulamenta os direitos e obrigações sobre propriedade intelectual. A Indicação Geográfica está disciplinada no Título IV, nos Art. 176 a 182. O parágrafo único do Art. 182 estabelece que o órgão responsável pela concessão e registro das Indicações Geográficas é o INPI.

Corrêa (2006, p.3) afirma que as Indicações Geográficas estão inseridas como parte do direito de propriedade intelectual definido pela convenção da União de Paris - CUP de 1883, mas ressalva que essa participação é dada de maneira indireta, visto que tutelou a repressão à falsa indicação e compôs com o acordo de Madri medidas “relativas à repressão às falsas indicações de procedência, assinado em 1891, tendo o Brasil como país signatário”.

O autor esclarece que com o acordo de Madri, que atualmente ainda se encontra a vigor, há a obrigação dos países membros em efetivar ações contra o uso direto ou indireto de indicações geográficas falsas, aplicando medidas de restrição para impedir a importação de produtos falsos. Ainda a legislação brasileira, pautada pelo Decreto nº 9.233 de 28 de junho de 1884, “internalizou a convenção da União de Paris ao sistema jurídico do nosso país”. Com este instrumento legal surge o Decreto n.º 16.264, de 19 de dezembro de 1923, incumbido de criar a Diretoria Geral da Propriedade Industrial, e no artigo 80 do mesmo decreto, no item quatro, estavam previstas as primeiras advertências ao uso indevido das Indicações Geográficas (CORRÊA, 2006, p.3). Na atualidade:

[...] o tratado mais influente que regulou a propriedade intelectual, ocorreu no âmbito da OMC, na Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. O Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (conhecido pela sigla em inglês TRIPS) começou a vigor na esfera nacional em 1º de janeiro de 1995, efetivado através do Decreto n.º 1.355 de 30 de dezembro de 1994. O mencionado acordo estabelecia patamares mínimos de proteção aos direitos da propriedade intelectual, ainda que de forma diversa para os países-membros 5. Atualmente, a Lei da Propriedade Industrial, Lei n.º 9.279/96, revogou o Código da Propriedade Industrial de 1945. A atual lei reconhece a indicação de procedência e a denominação de origem como ramificações das indicações geográficas; diferentemente do Código anterior que estabelecia apenas proteção as indicações de procedência (CORRÊA, 2006, p.03).

A década de 1990 impulsionou os debates no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) e o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio

(TRIPS). No Brasil, a lei nº 9.279, que regulamenta os direitos e obrigações sobre a propriedade intelectual data de 1996, definindo um quadro importante no que diz respeito às Indicações Geográficas e suas modalidades (IP e DO).

Sob esse aspecto Medeiros e Passador (2015, p.59) reforçam o impacto dos anos 1990, com a edição da lei de propriedade intelectual, como o marco inicial das primeiras ações de proteção. Mas pontuam que somente a partir dos anos 2000 que as Indicações Geográficas começaram a ser registradas no país.

A primeira Indicação Geográfica concedida no Brasil, no ano de 2002, na modalidade de Indicação de Procedência, partiu do Vale dos Vinhedos, região produtora de vinhos situada entre os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, no Rio Grande do Sul (RS). Dez anos depois, os vinhos desse Vale conseguiram a Denominação de Origem, concedida em 2012. Nos dois casos, o processo de solicitação durou dois anos até a concessão da IP, solicitada no ano de 2000 e concedida em 2002, bem como a DO solicitada em 2010 e concedida em 2012. (CHIMENTO; VIEIRA; MOREIRA, 2015 p.194).

Em 2014 o SEBRAE e o INPI se uniram para apresentar uma publicação específica que mapeava nacionalmente as IGs concedidas nas modalidades de IP e DO até aquela data. Eram aproximadamente 30 IGs e ainda foi elaborada uma segunda obra contendo somente as IGs destinadas ao artesanato. Esse indicador foi importante por visualmente demonstrar a concentração dessa proteção, em grande parte, na costa litorânea, bem como sua maior incidência quantitativa nas regiões sudeste e sul. As regiões Norte e Centro-Oeste não apresentaram nenhum registro. A região Nordeste, embora tenha obtido algumas IGs importantes ainda ficou aquém do esperado dada a potencialidade e diversidade de seus produtos (figura 33).

Figura 33: Mapa das IGs na modalidade IP no Brasil



Fonte: SEBRAE; INPI, 2014, p.24.

Na Europa por muito tempo a IG se restringiu aos produtos agroalimentares e, conforme afirmou Belas (2013), apenas recentemente o tema da proteção aos produtos não agrícolas voltou a ser discutido como tema central. Essa realidade foi transformada, segundo a autora, devido:

[...] a inclusão da proteção às indicações geográficas no Acordo de Propriedade Intelectual relacionado ao Comércio (ADPIC) no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Para atender às disposições estabelecidas, todos os membros da OMC tiveram que adequar ou criar legislações nacionais de Propriedade Intelectual, garantindo, dessa forma, a proteção aos nomes de origem (BELAS, 2013, p.45).

Conforme Souza *apud* Corrêa (2006, p.6) as questões culturais que envolvem as Indicações Geográficas não se limitam apenas ao tipo de produto ou serviço oferecido, citando como exemplo: os artesanatos com as opalas azuis preciosas do Piauí, o capim dourado da região do Jalapão no Tocantins, as bonecas de pano e rendas em Alagoas e na Paraíba. Assim, as IGs atingem tanto a esfera geográfica, ou seja, o local onde o produto é

elaborado ou do qual emana, quanto a ambiência cultural no que diz respeito ao modo de confeccionar ou executar os produtos e serviços.

Por referir-se também aos aspectos culturais de produção, que incluem a obediência a padrões tradicionais e a características únicas de uma determinada região, a indicação geográfica se presta a angariar a confiança do público e oferecer opções às suas preferências individuais, contemplando, em sua essência, ideias como know-how, qualidade, extração controlada, além de outros predominantemente subjetivos, tais como tradição, charme, sofisticação e simpatia pessoal por uma determinada região ou país. Sendo assim, produtos ou serviços identificados por essas designações passam a ser objeto de uma produção ou prestação melhor organizada. Isso se deve não só em face dos requisitos existentes para se obter o registro oficial, mas também pela obrigação de se zelar pela sua reputação, preocupação essa que leva à maior racionalização dos meios de produção, bem como a produtos e serviços com maior preço de venda no mercado, fazendo com que tanto produtores como consumidores sejam beneficiados (SOUZA, 2006, p.06).

De acordo com Arantes (1981), falar de cultura é lembrar que a definição do termo envolve questões que diferenciam os sujeitos de comunidades e sociedades em sua pluralidade. A cultura está atrelada às questões de identidade, pertencimento dos grupos, ou seja, pode ser representada por um conjunto de ações que envolvem desde o modo de falar, vestir, orar, comer, se expressar, agir, dançar, cantar, dentre outros. E essa,

[...] diversidade que envolve processos históricos múltiplos, é o lugar privilegiado da cultura, visto que ela constrói os diversos núcleos de identidade dos vários agrupamentos humanos, ao mesmo tempo em que o diferencia uns dos outros (ARANTES, 1981, p.26).

Desse modo, os aspectos culturais na elaboração de produtos e serviços que recebem a Indicação Geográfica reforçam e destacam a identidade cultural de produtos enraizados tanto nos territórios quanto nos costumes locais.

4.3 O processo de solicitação das Indicações Geográficas no Brasil

No Brasil o órgão responsável por conceder as indicações geográficas é o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Para dar entrada junto ao INPI com a solicitação das IGs, o requisitante tem que ser uma entidade representativa e cumprir alguns requisitos.

Entre os requisitos exigidos está a posse de um regulamento de uso do nome geográfico e a comprovação da existência de uma estrutura de controle para a manutenção da qualidade. Também são necessárias comprovações específicas das modalidades solicitadas no caso da indicação de Procedência (IP) ou Denominação de Origem (DO).

Quando a organização (instituição, associação) já estiver com tudo definido, o próximo passo é agir conforme estabelecido na Instrução Normativa 25/2013, para solicitar o registro de Indicação Geográfica, deverá ser apresentada a guia de recolhimento da União (GRU) paga, em seguida preencher o formulário de solicitação de registro específico (IP ou DO) em duas vias, com os dados do requerente, modalidade de IG pretendida, nome geográfico que se quer proteger, delimitação da área e produto. Feito isso se deve anexar os seguintes documentos (INPI, 2015):

- Instrumento comprobatório da legitimidade da entidade requerente;
- Documentos referentes aos atos constitutivos da entidade requerente (ex: estatuto social);
- Documento que identifique o representante legal da entidade requerente;
- Procuração, se for o caso;
- Regulamento de uso do nome geográfico;
- Instrumento oficial que delimita a área geográfica;
- Descrição do produto ou serviço;
- Características do produto ou serviço;
- Representação gráfica ou figurativa da Indicação Geográfica caso exista;
- Comprovação de que os produtores ou prestadores de serviços estão estabelecidos na área geográfica demarcada e exercendo a atividade econômica no local que buscam proteger;
- Existência de uma estrutura de controle sobre os produtores ou prestadores que tenham o direito ao uso exclusivo da Indicação Geográfica bem como ao produto ou prestação do serviço distinguido pela IG.

Ainda segundo o INPI todos os documentos deverão ser cópia dos originais e devem ser enviados juntamente com a declaração de autenticidade. O órgão ainda faz uma ressalva ao explicar, passo a passo a solicitação do registro, uma vez que é importante saber que no caso da Indicação de Procedência (IP), será necessária, além dos documentos descritos, a adição de elementos que comprovem “ter o nome geográfico se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou prestação do serviço”.

Para a Denominação de Origem (DO), “deverão ser apresentados elementos que comprovem que as qualidades e/ou características do produto ou serviço se devam, exclusiva ou essencialmente, ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos” (INPI, 2015).

Com o intuito de compreender o funcionamento do processo de solicitação, a figura 34, apresenta-se como um fluxograma de análise do pedido de Indicação Geográfica, criado por Clovis Guimarães Filho, com as informações disponíveis pelo INPI de forma detalhada.

A parceria entre o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e o Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE) tem incentivado e impulsionado o processo de solicitação de Indicações Geográficas desde 2003.

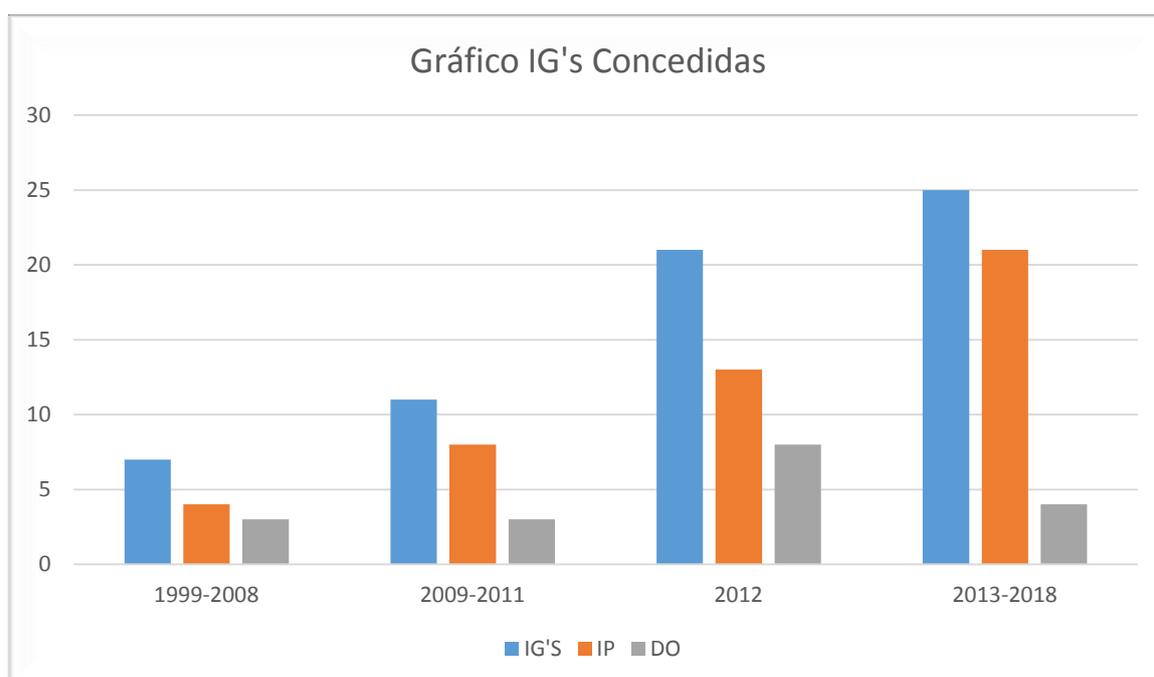
Segundo dados que constam no site do INPI as indicações geográficas concedidas no Brasil registram os seguintes números:

- **1999 há 2008:** houve o registro de 4 indicações de procedência (IP) e 3 denominações de origem (DO);
- **2009 há 2011:** esse número sobiu para 8 indicações de procedência (IP) e 3 denominações de origem (DO);
- **2012:** decorrente da simplificação do processo de solicitação das IG's o número cresceu surpreendentemente para 13 indicações de procedência (IP) e 8 denominações de origem (DO) em um único ano;
- **2013 há 2018:** houve o registro de 21 indicações de procedência (IP) e 4 denominações de origem (DO).

Atualmente, em março de 2018, somando o número de Igs concedidas pelo INPI, registra-se o total de 64 Igs. Sendo 46 Indicação de Procedência (IP) e 18 Denominação de Origem (DO).

O gráfico (figura 35) e o mapa (figura 36), com dados do INPI e elaboração do IBGE, ajudam a visualizar como o processo de concessão de Indicações Geográficas foi se consolidando no território brasileiro.

Figura 35- Gráfico das Indicações Geográficas no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora- A partir de dados do INPI, 2018.

Apesar de apresentar uma constância entre 1999 e 2011, a Denominação de Origem é modalidade de registro no INPI com menor incidência, somente demonstrando elevação em 2012, para decair entre 2013 e 2018. Por outro lado, o registro da Indicação de Procedência apresentou um contínuo crescimento entre 1999 e 2017. E a concessão de IG's acompanhou esse crescimento de modo significativo.

Desse panorama depreende-se que houve não somente maior interesse nas solicitações de registro, bem como maior informação e iniciativa de políticas públicas (gestões municipais e estaduais), bem como participação da academia, do SEBRAE e do INPI nesse processo, com oficinas de diagnóstico e instrumentalização das comunidades produtoras.

4.4 Indicação Geográfica da Renda Irlandesa de Divina Pastora

A solicitação da IG da Renda Irlandesa de Divina Pastora, Sergipe, partiu da Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora. Na Ata da Assembleia Geral, realizada no dia 05 de junho de 2009, na sede da ASDEREN, relata-se que a reunião contou com a presença de 30 associadas e teve como pauta as discussões sobre as “alterações do estatuto da ASDEREN”.

As modificações foram propostas pela diretoria visando atender as exigências solicitadas para de Indicação de Procedência (IP) da Renda Irlandesa de Divina Pastora.

A documentação para solicitação de Indicação Geográfica (IG) contém em média mais de 300 páginas, agregando como anexo os materiais de divulgação, levantamentos históricos, ata de eleição da diretoria executiva da ASDEREN, Instituto Social, documento comprovativo de que as rendeiras estavam inseridas e produzindo na área delimitada (declaração da Prefeitura de Divina Pastora), dentre outros.

Dentre as exigências do INPI para a concessão do título de indicação Geográfica, está a criação do “Regulamento de Uso” da IG de Divina Pastora. Para entender o funcionamento desse processo, se faz necessário apresentar alguns parágrafos do documento para acompanhar a proposta inicial da IG e as possíveis falhas na continuidade da verificação das peças (DOSSIÊ, 2011). Conforme o documento o:

- **Artigo 9º:** dispõe que a ASDEREN será constituída por quatro categorias de associados:

- 1º- Fundadores;
- 2.º- Efetivos;
- 3º Parceiros;
- 4º Beneméritos.

Quando questionadas sobre a composição da associação presente no artigo 9º, em entrevista realizada em maio de 2017, as rendeiras associadas, no que se referia ao item 4º que diz respeito às beneméritos⁷, não souberam explicar, quem seriam as pessoas nesta categoria. Isso levanta a hipótese de que o modelo utilizado para a criação da ASDEREN, tenha sido uma cópia de um outro documento, já que as mesmas que participaram da criação desconhecem tal enquadramento, já outras supõem que as beneméritas possam ser as rendeiras mais antigas da cidade, mas sem atestar segurança quanto à informação.

⁷ Beneméritos são consideradas pessoas que possuem mérito a receber, ou seja recompensas ou louvores pela contribuição por seu trabalho ou ajuda financeira em prol de alguma causa.

Além da composição dos associados, apresentam-se como parte fundamental os deveres de cada sócio personificados no Artigo 18º, que devem:

- a) Contribuir com a importância em dinheiro fixada de acordo com o artigo 14º (valor a ser definido pela diretora executiva e aprovado em assembleia geral) deste Estatuto;
- b) Acatar as normas estatutárias e regimentais da associação, assim como todos os atos dos órgãos administrativos;
- c) Colaborar com a associação visando a difusão dos seus princípios, normas e vantagens sociais e econômicas.

§ 1º Os associados que possuem autorização do conselho regulador para utilizar em seus produtos indicação geográfica de “Divina Pastora” serão ainda obrigados a:

- a) Zelar pela imagem da indicação geográfica “Divina Pastora”
- b) Prestar as informações cadastrais previstas no regulamento da indicação;
- c) Adotar as medidas normativas do regulamento de indicação além daquelas necessárias ao controle da produção por parte do conselho regulador.

No que diz respeito ao artigo 18º, na entrevista realizada em maio de 2017, a presidente da ASDEREN Maria José (Zezá), confirmou que as rendeiras associadas cumprem alguns itens que estão dispostos no parágrafo. Existe uma escala das rendeiras associadas, na qual todas devem colaborar para que associação permaneça funcionando, garantindo que sempre esteja alguém presente no horário comercial. Há também uma escala para manutenção e limpeza da associação na qual as mulheres dividem as tarefas. Outra contribuição é o pagamento de um carnê mensal com a quantia de R\$ 5,00 (cinco reais) assumido por cada rendeira. Ainda no documento ao tratar do procedimento de manutenção do direito da IG na modalidade de IP:

• **Artigo 40º:** Dispõe sobre as atribuições e competências do conselho regulador da Indicação Geográfica:

- a) Elaborar e instruir o regulamento da Indicação Geográfica da Renda Irlandesa de Divina Pastora;
- b) Orientar e controlar a produção e qualidade dos produtos amparados pela IG de Divina Pastora, nos termos definidos no regulamento;
- c) Zelar pelo prestígio da Indicação Geográfica da Renda Irlandesa de Divina Pastora no mercado nacional e internacional e orientar a diretoria executiva a adotar medidas cabíveis visando evitar o uso indevido da IG;
- d) Elaborar e manter atualizados os registros cadastrais definidos no regulamento, bem como adotar as medidas necessárias para o controle da produção visando ao atendimento disposto no regulamento próprio;
- e) Propor medidas para regular a produção da IG Divina Pastora, de forma harmônica com a demanda do mercado;
- f) Emitir os certificados de conformidade dos produtos amparados pela IG, bem como o selo de controle;
- g) Elaborar relatório anual de atividade;
- h) Propor melhorias no regulamento;
- i) Adotar medidas para preservar e estimular a qualidade de produtos da IG;

- j) Implantar uma comissão de controle de qualidade;
- k) Elaborar, aprovar e implantar normas internas do próprio conselho regulador para a operacionalização de atribuições estabelecidas no regulamento;
- l) Instituir uma comissão permanente e temporária para tratar de temas específicos de interesse da IG;
- m) Implantar medidas de autocontrole, visando ao cumprimento do regulamento da IG.

No que constitui o “artigo 40º” sobre as atribuições e competências do Conselho Regulador da Indicação Geográfica, a Presidente da associação Maria José (Zezá), chama atenção para o fato que a ASDEREN funciona como um órgão regulador para concessão do selo.

Já que a indicação de Procedência (IP) foi concedida por região e qualquer rendeira que produza a renda na delimitação territorial tem o direito de uso do selo, inclusive as rendeiras não associadas. Mas para que a peça receba o selo, é necessário que a rendeira leve o produto até a associação para que o mesmo seja avaliado em sua qualidade pelo conselho regulador, para aprovação ou não de seu uso. A composição do conselho regulador em Divina Pastora é definida segundo o:

- **Artigo 41º:** Dispõe sobre a formação do conselho regulador e sua estrutura que é constituído por:
 - a) Três membros eleitos pela assembleia geral ordinária dentre os associados efetivos e fundadores;
 - b) Um membro de instituição técnica, com conhecimento em artesanato e eleito em assembleia geral;
 - c) Um membro representante de instituição de desenvolvimento ou divulgação ligada ao setor de artesanato, eleito pela assembleia geral;
- § 1º- Os membros do conselho elegerão, entre eles, um conselheiro presidente e um conselheiro vice-presidente.

Até o momento (fevereiro de 2018) não houve uma nova eleição para o Conselho Regulador e por isso mantêm-se a composição original. Esta informação foi concedida pela presidente da Associação Maria José e as rendeiras Alzira Santos e Aldecélia Machado na entrevista realizada no município, em 2017 e 2018.

O pedido de registro de Indicação Geográfica da Renda Irlandesa foi encaminhado em 2011 e concedido no ano de 2012. Com a certificação em mãos, as rendeiras começaram a se organizar para pôr em prática as exigências contidas no documento mencionado a cima.

A Indicação Geográfica (IG) no caso da Renda Irlandesa na modalidade Indicação de Procedência (IP) é uma certificação que exige uma fiscalização e manutenção contínua, visto que o descumprimento de qualquer uma das etapas contidas no documento acarretará danos ou até mesmo a perda da certificação.

Com o selo em mãos, as rendeiras têm que cumprir as exigências cobradas pelo INPI, através do Conselho Regulador de fiscalização do produto, como previsto no artigo 40º do estatuto social da Associação.

O Conselho tem como função atuar na inspeção das peças que irão pleitear o selo e caso considere que a peça foi confeccionada dentro do padrão de qualidade estabelecido, a mesma irá receber o selo e será comercializada como o número da IG (IP) de Divina Pastora (figura 37). Entretanto, se o produto não atingir a qualidade desejada a peça não deixará de ser comercializada, porém não receberá o selo.

Figura 37-Selo da IG da Renda Irlandesa de Divina Pastora/SE



Fonte: Foto da autora. 2015.

O grupo fiscal é formado por três pessoas: a presidente, a vice-presidente e a conselheira da associação, como previsto no artigo 41º e, como mencionado no artigo 18º, as artesãs associadas possuem direitos e deveres a serem cumpridos visando à continuidade das atividades da associação e a manutenção da Indicação Geográfica da renda. Deste modo, a ASDEREN deve atuar defendendo os direitos e concorrendo para a ampliação das conquistas da Renda Irlandesa do município de Divina Pastora (DOSSIÊ, 2011).

Em Sergipe a Renda Irlandesa é o único produto a receber a IG, um dado importante visto que já entramos no ano de 2018 e até o momento nenhum outro produto sergipano encaminhou ao INPI outra solicitação de IG, apesar das potencialidades da terra.

Supõe-se que a ausência de mais pedidos de registro de IG para Sergipe ocorra ainda em função do desconhecimento dos produtores, bem como da falta de uma política pública específica que norteie municípios e estado na prospecção de produtos, instrumentalização técnica dos produtores, investimento nos custos dos primeiros registros e parcerias contínuas

com SEBRAE, INPI, Núcleos de Inovações Tecnológicas (NIT) de Universidades e Institutos Federais de educação na promoção de oficinas formativas, acompanhamento e avaliações periódicas do processo.

Figura 38: Processo de solicitação da IG



Fonte: Elaboração pela autora- A partir de informações contidas no dossiê de IG da renda.

A Renda Irlandesa de Divina Pastora (SE) com o nº de IG201107 foi o 6º produto na categoria “artesanato” a conseguir o título no Brasil. Normalmente os produtos que mais requisitam IG no Brasil são produtos na categoria “agroalimentar”, ou seja, café, queijos, carne bovina e derivados, frutas, doces, cachaça, vinhos entre outros produtos. Já os serviços estão associados à tecnologia de informação e comunicação.

5 OS FIOS, O LACÊ E O INPI

A Fábrica Ypu (figura 39), localizada em Nova Friburgo no Rio de Janeiro, foi fundada pelo berliense Maximiliano Falck, em 1912. Na época instalou-se em um sítio denominado Ypu, mesmo nome que décadas depois se tornaria um dos maiores complexos industriais de Nova Friburgo. O incentivo para Maximiliano Falck a investir em Nova Friburgo partiu de seu conterrâneo Julius Arp, proprietário da Fábrica de Rendas Arp, ao mesmo tempo em que apoiava Gustav Otto Siems, este último com a Fábrica Filó (BOTELHO, 2014).

Figura 39: Fábrica Ypu



Fonte: Foto da autora, 2017.

Para Janaína Botelho (2014) havia vários motivos para os alemães investirem na cidade veranista. Julius Arp teria se tornado proprietário da companhia de eletricidade (força motriz das máquinas alemãs, favorecendo a confiança de seus conterrâneos em também montarem suas empresas), a cidade possuía um clima agradável similar ao da Alemanha, farto manancial de água, rio para despejar dos dejetos químicos das indústrias têxteis, linha férrea para o transporte das mercadorias, passado histórico significativo, mão de obra composta por

descendentes de europeus que vieram como colonos (suíços e alemães) e imigrantes (italianos, portugueses e espanhóis).

No século XIX, Friburgo possuía colégios para a educação da elite (Anchieta, N.S. das Dores e Colégio Braune) e os empresários alemães contavam ainda com o apoio político de Galdino do Vale, que usou o incentivo à indústria como plataforma política contra seu rival, o coronel Chon Chon, da família Galiano das Neves (BOTELHO, 2014). Assim, a fábrica Ypu tornou-se um grande complexo industrial, pois:

A indústria, fundada em 1912 por Maximiliano Falck ainda sob a razão social M. Falck e Cia. iniciou as atividades com apenas 12 funcionários, e, ano após ano, viu sua produção se expandir. Assim, no final da década de 1920, a fábrica já contava com as seções de tecelagem, trançadeiras, passamanarias, cintos, elásticos, ligas, braçadeiras, embalagem, medição de artigos têxteis, estamparias, tipografias e encadernação, cartonagem, oficina mecânica, carpintaria e manutenção e fabricação de caixas para o transporte de mercadorias. Como marca, a Ypu surgiu em 1954, passando a ser referência no mercado de manufaturados de couro, inclusive, internacionalmente (O GLOBO, 2014).

O fundador da fábrica Ypu, senhor Falck, apresentou problemas de saúde e decidiu passar a administração para as mãos de Antônio Edmundo Pockstaller e Max Georges Cliff, entretanto a mudança não prejudicou o andamento da indústria, tendo sido seu período de maior destaque o início da década de 1980, quando chegou a empregar 1.400 funcionários (O GLOBO, 2014).

Em 1986 a fábrica foi vendida ao grupo Sayonara (RJ), que iniciou o processo de demissão de operários em larga escala, contribuindo assim para o declínio da Ypu. A fábrica se afundou em dívidas, impostos sonegados e débito com ex-funcionários. Com sérios problemas financeiros, o terreno e outros bens da Ypu foram penhorados, sendo colocados em leilão com o objetivo de sanar dívidas trabalhistas. Em 2004 a 2ª Vara do Trabalho concedeu uma liminar para que a associação de funcionários passasse a administrar a indústria, que alugou maior parte do imóvel e focou sua produção nos bordados (O GLOBO, 2014).

5.1 O fio do lacê e a relação de dependência com a Fábrica Ypu

O lacê para as rendadeiras de Sergipe tem um papel importantíssimo, já que as mesmas se diferenciaram e destacaram pelo uso deste produto, como aponta nas pesquisas de Isa Maia

(1981). Esta relação entre o lacê e a produção da Renda Irlandesa em Sergipe, tem um ponto negativo: a fabricação do lacê cilíndrico utilizado pelas rendeiras é confeccionada na fábrica Ypu, localizada em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Essa exclusividade na produção da matéria-prima criou uma relação de dependência entre artesãs e a empresa que produz a matéria-prima.

Notícias sobre o fechamento da fábrica Ypu que há décadas vem passando por dificuldades atormentam as rendeiras de Sergipe. Dantas (2009) cita algumas destas crises quando expõe que em 1980, no auge da produção da renda, a fábrica Ypu interrompeu a fabricação do lacê gerando pânico entre as artesãs.

No dia 24 de maio de 2004, foi publicada no Jornal Correio de Sergipe, a matéria de Luzinete Silva: “Fechamento de fábrica ameaça cobiçado artesanato Sergipano” e em 2016 uma nova crise atormentou as artesãs de Sergipe com a notícia que a fábrica Ypu iria encerrar suas atividades.

A notícia do encerramento da produção do lacê pela fábrica Ypu, em 2016, foi divulgada pelas próprias rendeiras. Através de telefonema para aquisição do material as mesmas foram informadas que eles não estariam mais produzindo o lacê e que em determinado momento iriam parar de fabricar definitivamente o lacê (SILVA, entrevista, 2017).

O papel do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na esfera de Sergipe tem sido decisivo na busca por soluções, já que as artesãs envolvidas neste processo depositam uma confiança muito grande no órgão que acompanha e atende as demandas apresentadas por essas artesãs.

Em 2016, o IPHAN realizou no Centro Cultural de Aracaju (CCA) uma reunião com artesãs que produzem Renda Irlandesa em Sergipe, assim, representantes do instituto, da Universidade Federal de Sergipe e convidados estiveram presentes a fim de encontrar respostas para preservação do bem.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem se empenhado para sanar a dependência das rendeiras de Sergipe com a Fábrica Ypu, apesar de funcionários da fábrica, em entrevista realizada em outubro de 2017, informarem que não irão mais parar a produção do lacê. As mudanças nas características do produto foram justificadas como decorrentes da alternância da matéria prima utilizada, o “*Raiom Viscose*”, sendo posteriormente substituída pelo “fio poliéster 300 x 250” devido ao preço elevado do material anterior. Afirmaram ainda que o novo material passou por testes e pela aprovação dos clientes (BELO, entrevista, 2017).

Em outubro de 2017 foi realizada uma pesquisa de campo na fábrica Ypu, a visita se fez necessário devido a existência de informações vagas sobre o maquinário, sobre a especulação do fechamento da fábrica e qualidade do produto. A Priore, durante meses foram realizadas diversas tentativas de falar com coordenadores da fábrica, mas o responsável em nenhuma das tentativas esteve disponível para prestar esclarecimentos, posteriormente o telefone da fábrica devido problemas na fiação ficou indisponível (BELO, 2017).

Mesmo sem agendamento prévio no dia 25 de outubro de 2017, depois de conversar com responsáveis de diversos setores, consegui autorização para entrada na fábrica e realização de entrevistas com os responsáveis do setor que produz o lacê, devido a problemas com dívidas trabalhistas, como já foi explicado anteriormente a fábrica ficou subdivida por setores de produção, no setor que produz o Lacê a fábrica conta 4 funcionários responsáveis pela produção do produto e outros aviamentos. Foi constatada a existência de duas máquinas que produzem o lacê (figura 40). Em entrevista de campo, as funcionárias Thais Belo (11 anos de empresa) e Eliana Barbetto, funcionária desde 1965 (53 anos) trabalhando na produção do lacê, foram indagadas sobre: desde quando a fábrica produz o lacê? E qual a idade do maquinário?

As mesmas apontaram a possibilidade de a fabricação do produto ocorrer desde a fundação da empresa em 1912, visto que quando as mesmas foram contratadas o lacê já era confeccionado, e sobre a datação do maquinário seguiram mesma hipótese.

No momento de discussões em busca de soluções para a crise da Ypu, foi apontada como solução uma provável aquisição do maquinário por Sergipe, possibilidade descartada já que máquina que produz o lacê é responsável pela produção de outros materiais e o tempo de uso do maquinário sendo bastante antigo (não se sabe a idade da mesma, mas há especulações de origem por volta da década de 1940) poderia não resistir ao processo de desmontagem, transporte e montagem em outro espaço.

Figura 40- Máquina que produz o lacê



Fonte: Foto da autora, 2017.

A saída encontrada pelo IPHAN/SE foi adotar uma estratégia tecnológica para prover a independência das rendeiras. Para que isso de fato se concretize, houve o estudo e testes com metalúrgicas para criação do maquinário que elaborasse fio trançado, sendo selecionada uma empresa de São Paulo.

O IPHAN/SE contou com ajuda do IPHAN/DF para a tomada de decisões. O papel do Distrito Federal foi de suma importância, pois o órgão implantou o Termo de ajuste de Conduta (TAC), aplicado para quem não cumpre a licença ambiental. Isto, visto que o IPHAN tem como incumbência resguardar e proteger o patrimônio brasileiro, principalmente depois da Instrução Normativa nº 001 de 25 de março de 2015, que “estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe”.

Com a possibilidade de cobrança do TAC, o IPHAN/SE acordou com uma empresa de Sergipe, o pagamento da multa com 10 máquinas trançadeiras que posteriormente serão entregues aos núcleos de produção de Renda Irlandesa (SILVA, entrevista, 2017).

5.2 Desafiando a trama: o preço do lacê e a qualidade do artesanato

Quando se trata da dinamicidade cultural, das inovações aliadas à introdução, deve-se considerar suas aplicações no artesanato em renda. No caso sergipano, não há uma data que mencione o início das modificações pelas artesãs que as conduziram ao uso do lacê.

Entretanto, Alencar (2014) menciona a existência de enxovais realizados com o lacê no início da década de 1950 e essas informações reforçam a importância da matéria-prima para as mulheres que produzem a Renda Irlandesa, pois sua valorização e preço final do produto dependem muito da utilização do lacê que em momentos de crise estão sujeitos ao aumento de preço (IPHAN, 2014b, p.65).

Com base na Instrução técnica do processo de registro do modo de fazer Renda Irlandesa tendo como referência o ofício das rendeiras de Divina Pastora/SE, publicada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (2009), e o levantamento feito em armarinhos de Aracaju em 2017 (tabela 8), os produtos utilizados para confeccionar a Renda Irlandesa passaram por um considerável aumento de preço, no período de 17 anos.

Nota-se que alguns produtos continuaram com a média de valor estabilizada, fato considerado positivo para a produção do artesanato, mesmo com a notícia de crise da fábrica Ypu, responsável pela confecção do lacê.

Tabela 8-Comparação de preços dos materiais em: março de 2000 e agosto de 2017

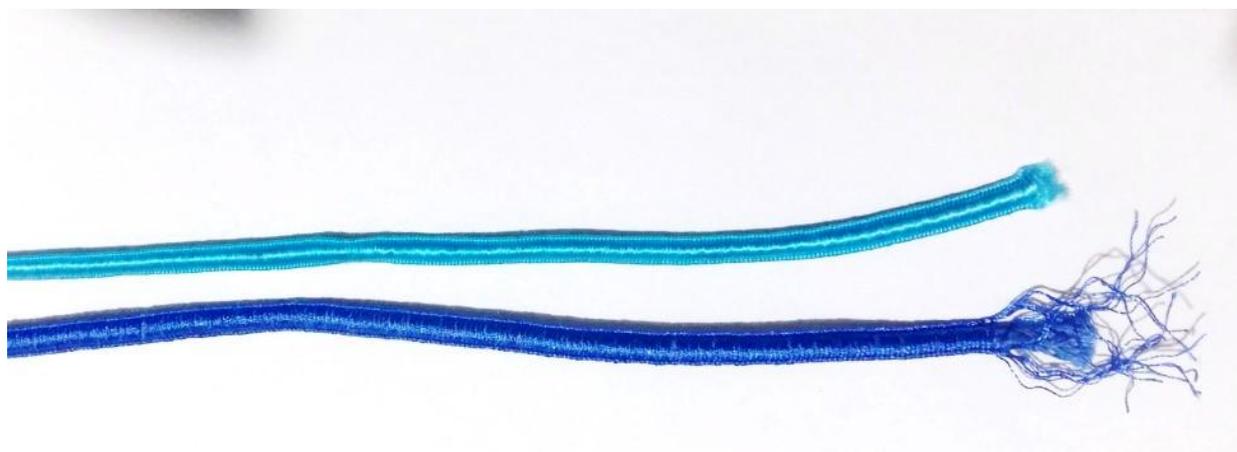
Matéria prima	Referência	Preço em 2000	Preço em 2017
Lacê	Rolo (50 metros)	20,00	38,00
Lacê	Peça (10 metros)	05,00	7,90
Linha Mercer-Crochet	Caixa	Com 10 unidades=21,00	Com 06 unidades=78,00
Linha Mercer-Crochet	Novelo	02,10	*
Linha Zebra	Carretel	02,20	10,90
Linha Cléa	Novelo	03,50	03,20
Linha Âncora	Caixa (20 meados)	09,50	56,00
Papel de desenho (risco)	Folha	0,50	0,50
Papel chumbo (madeira)	Metro	01,00	01,00

Fonte: Elaborado pela autora- A partir de informações da publicação: Instrução técnica do processo de registro do modo de fazer Renda Irlandesa tendo como referência o ofício das rendeiras de Divina Pastora/SE. (IPHAN) p.50 e pesquisa em armarinhos de Aracaju em agosto de 2017.

Tem sido motivo de preocupação para as rendeiras o fato do lacê, que apesar das crises que a fábrica Ypu não saiu das prateleiras, é a redução da qualidade do produto. Pois, as

características do lacê que chega até as rendeiras de Sergipe nos últimos anos tem apresentado um aspecto propenso ao desfió, sem brilho e áspero.

Figura 41- Qualidade do Lacê



Fonte: Foto da autora, 2017.

Em entrevista algumas artesãs pontuam que quando lavam a peça com o lacê de baixa qualidade, o mesmo encolhe, apresenta cores diferentes (o traçado de uma cor e as linhas que envolvem o lacê de outra) e outro fato a ser mencionado é o desfió com maior facilidade (figura 41) interferindo na qualidade final da peça.

5.3 O que fica na memória: benefícios e problemáticas da IG da Renda Irlandesa

Para historicizar a solicitação da Indicação Geográfica da Renda Irlandesa de Divina Pastora, foi preciso recorrer à história oral, pois a dificuldade de acesso às bibliografias, fotografias, documentos e textos é algo bastante comum quando se lida com “saberes e fazeres” inseridos no cotidiano comum das comunidades.

Assim, a busca de informações percorreu as memórias das mulheres que participaram desta etapa, sendo necessário o recorte e a junção de informações a fim de registrar os fatos significativos que ajudaram a consolidar as rendeiras de Divina Pastora como sujeitos de sua própria história. E essa relação entre história e memória é sempre complexa, uma vez que:

A memória possui linguagens onde subjetivações, esquecimentos, iluminações e ucronias afloram nas falas. Alessandro Portelli, discutindo o uso da memória nos relatos orais, advertiu para o fato de que vivenciar um evento não garante, por si, obter a veracidade, pois os narradores são apoiados pelas estruturas mediadoras da

linguagem da narrativa, do ambiente social, da religião e da política (GAETA, 2002, p.13).

Para Cynara Silva (2017), funcionária do IPHAN/SE, a subjetividade da oralidade é algo já percebido pela instituição no trato com a “memória viva”, pois a falta de documentos dificulta a precisão da informação, visto que o que fica na memória, acaba se tornando algo muito peculiar, fluido e flexível para quem vive, mas ao tornar-se história escrita, publicada e divulgada torna mais fácil sua continuidade e ao mesmo tempo legitima certas versões e discursos.

Devido a isto, o IPHAN vem mudando a sua forma de acompanhar comunidades, trabalhando com vários modelos de fichários, marcas digitais (foto, documentários, vídeos), atas, dentre a variedade de documentos que lhe é possível produzir (SILVA, 2017).

Quando questionadas em entrevistas sobre como ocorreu o processo de solicitação da IG de Divina Pastora, muitas rendeiras não souberam explicar, afirmando que não “lembravam” mais quando e como aconteceu, que “sabia-se” que foi há “alguns anos atrás” e “IPHAN e SEBRAE que organizou tudo”. O processo em suas distintas fases (o que foi, como aconteceu, a importância do título para IG para o artesanato em renda, o que elas podem usufruir deste título) é algo que para maioria “só a presidente da ASDEREN vai saber responder” ou “o pessoal do SEBRAE”.

Nota-se pelos depoimentos da maioria das rendeiras entrevistadas que o “desconhecimento” sobre a IG é algo decisivo para que o selo e Conselho Regulador não estejam ativos. A maioria dessas mulheres nem sabe para que serve a IG, talvez pela falta da continuidade de atualização e orientação em cursos que deveriam ser ofertados não só para as rendeiras associadas, mas para toda a população local. É de fundamental importância que a comunidade conheça as potencialidades do produto com IG. Sabe-se que o SEBRAE apoia as iniciativas do artesanato no país e a sugestão não inviabiliza as ações já concretizadas pelo órgão em relação à participação em cursos e eventos, todavia, há certamente algum desconcerto que deve ser corrigido para a manutenção do interesse no selo de qualidade da renda. (Figura 42).

Figura 42- Cartaz do 2º Seminário Internacional de Indicações Geográficas

Fonte: Foto da autora, 2017.

Em entrevista com Maria José (2018), atual presidente da Associação, identificou-se que na prática a fiscalização das peças foi suspensa há mais de seis anos, implicando nas rendeiras de Divina Pastora não utilizarem mais os selos e nem venderem as peças com o registro concedido pelo INPI.

Uma justificativa que pode ser apontada para a suspensão do uso do selo, é a rigidez das regras a serem cumpridas para recebimento do mesmo. Talvez, se o processo fosse simplificado, por exemplo não havendo necessidade de três fiscais para verificação da peça, as concessões de peças com selos seriam mais simples.

Uma das poucas rendeiras a falar sobre o assunto com mais detalhes é Maria José, que possui uma boa memória da época da solicitação da IG, a mesma relata que o INPI acompanhou a rotina das rendeiras de Divina Pastora durante aproximadamente dois anos. Afirma que um rapaz chamado Pablo Regalado, do Rio de Janeiro, visitava o município de Divina Pastora e conversava com as rendeiras se apresentando como “pesquisador” durante todo o período. Posteriormente, o mesmo informou que as visitas à cidade e a pesquisa com as rendeiras eram na verdade parte do seu trabalho no INPI para solicitação da IG.

No ano de 2011, a dissertação: “Indicação Geográfica: um instrumento de suporte ao desenvolvimento socioeconômico e humano das rendeiras de Divina Pastora em Sergipe?” foi defendida no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa por Pablo Ferreira Regalado. Explicando, talvez, que a intenção de Pablo abrangia dois aspectos, ou seja, fazer suas pesquisas de Mestrado e trabalhar para o INPI, fato este que contribuiu para a elaboração de um material denominado “pré-titulação de IG” já que o selo da Renda Irlandesa somente foi concedido em 2012.

Sobre a delimitação territorial da IG da Renda Irlandesa em Sergipe, saber o que motivou as rendeiras em conjunto com os gestores públicos locais na tomada de uma decisão que envolveu práticas individualizadas, sem levar em conta os municípios vizinhos, talvez esclareça a construção do processo que gerou a concessão apenas para Divina Pastora. Isto posto que,

Quanto aos titulares de uma indicação geográfica, Rodrigues e Menezes (2000) relatam que, no caso da indicação de procedência, são todos os produtores ou prestadores de serviço que forem estabelecidos na região demarcada; e na denominação de origem há a mesma ideia de titularidade presente na indicação de procedência, com a diferença da importância de que sejam atendidos os requisitos de qualidade. No entendimento de Lages e Braga (2005), o carácter colectivo da titularidade se explica pela vontade compartilhada pelo grupo de produtores ou prestadores de serviço em defender seus produtos e serviços, que são inconfundíveis. E os mesmos autores acrescentam que essa vontade se perpetua graças ao respeito às regras de produção, que estão presentes no regulamento de uso da indicação geográfica (REGALADO, 2011, p.22).

O fato da IG da Renda Irlandesa incorporar com o conceito de “municipalidade” e não de “regionalidade” como é costumeiro verificar quando se trata da solicitação de Indicação Geográfica, se deu ao fato da “região demarcada” abarcar somente o município de Divina Pastora, excluindo os municípios vizinhos que também produzem o artesanato na região.

Representantes da ASDEREN justificam que isto aconteceu no caso do selo da IG da renda, na modalidade Indicação de Procedência (IP), pela localidade ser a fonte e a irradiadora da tradição, ou seja, por ter surgido no município e possuir a maior concentração de mulheres rendeiras. Discurso este, também incorporado pelas rendeiras de Divina Pastora.

As rendeiras confirmam que na época em que circularam notícias sobre a obtenção da IG, a popularidade do artesanato despontou de forma bastante positiva para o comércio da cidade e do produto, pois os turistas visitavam a cidade de Divina Pastora a fim de adquirir peças de Renda Irlandesa.

Claramente não houve um “interesse político” e mesmo intelectual em Divina Pastora no compartilhamento do processo de obtenção da IG, pois isso ao invés de concentrar poderes,

visibilidade e benefícios econômicos em uma única área, terminaria socializando-os para toda a região produtora. O individualismo suplantou a coletividade no estado de Sergipe.

Corá (2011) abordou em sua tese de Doutorado nomeada “Do material ao Imaterial: Patrimônios Culturais do Brasil” o papel que os técnicos do IPHAN tiveram na proposta e projetos para garantir a salvaguarda do bem cultural após o registro de Patrimônio imaterial. Afirmou a pesquisadora que:

No caso da Renda Irlandesa, que tem como referência definida como ofício das rendeiras do município de Divina Pastora, em Sergipe, a discussão da abrangência territorial do bem cultural se deu após o registro, quando as rendeiras do município de Laranjeiras, argumentaram que havia também renda irlandesa em seus municípios, não devendo se fazer referência apenas as rendeiras de Divina Pastora (CORÁ, 2011, p.214).

Para Corá (2011) Laranjeiras foi o primeiro município a se manifestar contrariamente à exclusividade de Divina Pastora, posteriormente mais cinco municípios também se pronunciaram desejando participar da referência local do registro.

A mesma pontua que isso se dá pelo fato de que abrangência dos bens culturais tende a ser algo que sempre causará desconforto para as áreas que não foram contempladas pelo Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI). De acordo com a pesquisa, esse desconforto acaba gerando duas possibilidades:

- 1º- O Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) acaba despertando interesse de novos grupos para participar do programa;
- 2º- As pesquisas de Inventários não conseguem contemplar a abrangência real do bem cultural, havendo necessidade posterior de complementar os estudos referentes ao bem (CORÁ, 2011).

Apesar da Pesquisa de Corá (2011) tratar apenas do caso do registro do Patrimônio Cultural Imaterial, concedido pelo IPHAN, levando em consideração os documentos e entrevistas realizadas, nota-se que o processo de solicitação de Indicação Geográfica (IG) sendo concedida também exclusivamente para o município de Divina Pastora não foi diferente. Talvez pelo fato da documentação utilizada no processo de solicitação da IG, ter sido parte do material do INRC apresentado ao IPHAN para a obtenção do título de Patrimônio Imaterial Brasileiro.

Para responder esse questionamento foram realizadas entrevistas com rendeiras de três municípios considerados polos de produção da renda (Divina Pastora, Laranjeiras e Povoado Estiva/ Nossa Senhora do Socorro). Como resultado da análise da pesquisa, nota-se

que as artesãs atribuíram o fato de Divina Pastora ter conseguido o título de Patrimônio Imaterial Brasileiro (2009) e Indicação Geográfica (2012) a dois argumentos principais.

Primeiro por Divina Pastora ter na sua história a tradição de confeccionar a Renda Irlandesa há mais tempo que os demais municípios e segundo por ter uma concentração (número) de rendeiras maior.

Entretanto, é notório que políticas públicas voltadas para o interesse de todos envolvidos, e não apenas um determinado grupo, criaria a possibilidade de incluir os municípios vizinhos de Laranjeiras e Maruim, visto que a proposta da IG conforme dita o INPI deve proteger produtos e serviços produzidos na “região” demarcada.

As entrevistadas de Laranjeiras enfatizaram que atuaram junto ao IPHAN para tentar sua inclusão no registro e que o IPHAN- SE tem dado uma atenção maior a elas em relação a essas demandas (PNPI e IG). Já as rendeiras do Povoado Estiva manifestaram um desconhecimento sobre o assunto e sobre a possibilidade de serem incluídas nos processos de reconhecimento via titulação de patrimônio e selo de qualidade do INPI.

Com essas informações nota-se que as reivindicações que essas mulheres têm buscado ultrapassam a questão territorial. O ofício de saber rendar é uma prática que faz parte da identidade dessas mulheres e, independente da limitação territorial, o apego à tradição, ao saber e ao fazer também estão presentes nas rendeiras de Laranjeiras, Maruim, Povoado Estiva (Nossa Senhora do Socorro) Riachuelo, Santa Rosa de Lima e outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os fios, lacês e a aquisição do selo concedido pelo INPI, esta pesquisa buscou analisar as histórias de vida das mulheres que participaram do processo de solicitação da IG de Divina Pastora. Os métodos utilizados para coleta de informações foram as entrevistas em áudio, anotações da autora e registros fotográficos, tendo posteriormente sido realizado o cruzamento de dados com livros, atas, leis, decretos, matérias publicadas, relatórios dentre outros documentos.

Cada fala, gesto, modo de saber fazer o ofício de rendar, memória e, claro, as “histórias de vida” das rendeiras contribuíram para a análise e o registro da fase que correspondeu ao período de 2000 a 2017, referente ao processo de concessão da Indicação Geográfica do Artesanato em Sergipe. A memória viva do saber transforma a visão do pesquisador que acessa a informação na timidez da sua acolhida inicial, no sorriso largo que vai despontando com a imersão na pesquisa de campo, enquanto as mãos não param de rendar durante a entrevista.

As mais experientes possuem uma certa resistência em abordar assuntos da atualidade, no caso em questão, a concessão do título da IG, pois o tempo presente remonta tensões e conflitos com outras rendeiras de outras geografias que não foram incorporadas no processo. Já as mais jovens revelam uma espontaneidade maior ao falar sobre o tema.

Outro fato importante para se mencionar é que a faixa etária das mulheres que produzem a renda, principalmente as associadas, começa a se enquadrar em uma nova faixa etária, pois a maioria apresenta-se entre os 30 e 50 anos, o que indica renovação e continuidade da tradição do ofício na fase adulta.

Ao mesmo tempo que se evidencia o desinteresse pela aprendizagem do ofício da renda na faixa etária mais jovem (dos 10 aos 25 anos), também se revela que houve uma renovação da composição da Associação até o momento.

Os questionários aplicados na pesquisa contêm, em muitas das respostas, o clamor das rendeiras por políticas públicas que visem apoiar a continuidade do ofício na região e algumas sugerem que o artesanato em renda seja ensinado na grade de disciplinas cursadas nas escolas do município.

No final do ano de 2016, a notícia do fechamento da fábrica Ypu, responsável pela confecção do lacê utilizado pelas rendeiras, causou surpresa. Mas, apesar do fato ser preocupante, serviu para verificar que naquele momento de risco os núcleos de produção no

estado (as rendeiras de Divina Pastora, Laranjeiras, Maruim e Povoado Estiva) se uniram em busca da solução para a continuidade do uso do lacê, demonstrando sua preocupação com os títulos concedidos (patrimônio cultural e IG-IP).

Talvez, esse princípio de união possa se fortalecer na resolução das tensões, reconhecendo a necessidade da coletividade tanto na luta quanto nas conquistas. E que esta consciência seja algo que emane das próprias rendeiras e não de uma imposição de órgãos governamentais, pois afinal, são elas as produtoras das rendas de sua própria história.

Todavia, ainda se mantêm o não uso do selo e a ineficácia do Conselho Regulador, o que pode inferir diretamente na perda da concessão da IG pelo INPI, por não estarem cumprindo o regulamento de uso em Divina Pastora.

Repensar o processo de obtenção do selo, refletir sobre o papel da coletividade na continuidade do ofício, realizar uma autocrítica e reivindicar sua autonomia nas decisões sobre os destinos futuros à respeito da IG da renda irlandesa sergipana são premissas indispensáveis para que os pontos em lacê de suas vidas não desfiem com o passar do tempo.

REFERÊNCIAS

A VOZ DA SERRA. **O dia do trabalho e a memória da fábrica Ypu (texto Janaína Botelho)**.2014. Disponível no site: <http://avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/o-dia-do-trabalho-e-a-memoria-da-fabrica-ypu> Acesso em: 18/08/2017.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: A fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALEXANDRE, Lilian Maria Mesquita de; SANTOS, Claudefranklin Monteiro. Patrimônio Cultural e Turismo Religioso em Divina Pastora – SE: uma história de fé e desenvolvimento local. **Revista do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe**, Sergipe, nº 03, 2013, p.213-229.

AMARAL, Jorge Luiz do. **A produção de renda irlandesa e seu aprendizado em Campos dos Goytacazes-RJ**. Dissertação de Mestrado em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Patrimônio e Museologia da UNIRIO, 2011.

ANDRADE, Elza Guimarães. **Entre o risco e o ponto: o intangível consumido**. São Cristovão/SE, 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia / UFS. Disponível em: https://bdtd.ufs.br/bitstream/tede/557/1/ELZA_GUIMARAES_ANDRADE.pdf. Acesso em: 10/02/2017.

ANDRADE, Fabiane Vasconcelos. **A docência na Escola Normal Rui Barbosa nas primeiras décadas do século XX**. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/390.pdf>, acesso em: 20/02/2018.

ANDRADE, Mário de. **O artista e o artesão**. Aula inaugural dos cursos de Filosofia e História da arte, do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal, 1938.

ARANTES, Antônio. Apresentação sobre a Renda Irlandesa. In: Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular (CNFCP). **Renda de Divina Pastora**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

ARANTES, Antônio. **O que é cultura popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

ASDEREN. Divina Pastora Livro de Atas da Associação para o Desenvolvimento da Renda de Divina Pastora (Asderen), 05/12/2000.p.01-05.

_____. Livro de Atas da Associação para o Desenvolvimento da Renda de Divina Pastora (Asderen), 05/06/2009.p.01-11.

BARBETTO, Eliana Cordeiro. **Fabricação do Lacê**. Nova Friburgo/RJ, 2017. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:25/10/2017.

BARBOSA, Maria Amélia. **Renda Irlandesa de Divina Pastora**. Divina Pastora/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:22/02/2018.

BELAS, Carla Arouca. **Indicações Geográficas e a salvaguarda do Patrimônio Cultural: artesanato de capim dourado Jalapão-Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: 2012. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

BELAS, Carla Arouca. Renda de Divina Pastora: Interfaces entre a indicação geográfica e a salvaguarda Cultural. In: IPHAN/CNFP. **Divina Pastora: Caminhos da Renda Irlandesa**. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2013.

BELO, Thaís Cordeiro. **Fabricação do Lacê**. Nova Friburgo/RJ, 2017. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:25/10/2017.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (SE) 1891-1930**. 1930. Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720534&pesq=Renda%20irlandesa>. Acesso em: 09/02/2018.

BRASIL TURISMO. **Cidade de Divina Pastora (SE)**. S/d. Disponível em:
<http://www.brasil-turismo.com/sergipe/divina-pastora.htm> acesso em: 11/09/2017.

BRASIL. Decreto nº 1.355 de 30 de dezembro de 1994. Promulgo a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguaí de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 de dez. 1994. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1355.htm . Acesso em :09/02/2018.

BRASIL. Lei 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 de mai. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm. Acesso em :09/02/2018.

BRASIL. **Principal Polo de Renda Irlandesa do Brasil**. 2014. Disponível em:
<http://www.brasil.gov.br/cultura/2014/11/divina-pastora-se-e-principal-polo-de-renda-irlandesa-no-brasil>. Acesso em: 15 /08/2016.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2011.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARDOSO, Flávio Teles. **Traduzindo a tradição: a construção do significado do artesanato no Ceará contemporâneo (1987-2002)**. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza, 2010. Universidade Estadual do Ceará.

CARDOSO, Ruth. Introdução do Projeto Artesanato Solidário. In: Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular (CNFCP). **Renda de Divina Pastora**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

CEDRAN, Lourdes (Coord.) **Divina Pastora: Renda Irlandesa e Redendê**. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1979.

CENTRO DE ARTE E CULTURA DE SERGIPE (CACSE). **Artesanato de Sergipe**. Sergipe: CACSE, s/d.

CHIMENTO, Marcelo Rutowitsch; VIEIRA Eliciana Selvina Ferreira Mendes, MOREIRA, Graciosa Rainha. Vale dos Vinhedos como Indicação Geográfica: Caminhos da Indicação de Procedência à Denominação de Origem. In **Latin American Journal Of Business Management**. V.6, Nº 3, Taubaté-SP, p.191-2012, 2015.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE). **Modo de fazer Renda Irlandesa de Divina Pastora (SE) Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://www.cge.se.gov.br/index.php/noticias/836-renda-irlandesa-e-considerada-patrimonio-cultural-do-brasil>>. Acesso em: 16/08/2016.

CORÁ, Maria Amélia Jundurian. **Do Material ao Imaterial: Patrimônios Culturais do Brasil**. São Paulo.2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Católica de São Paulo-PUC.

CORRÊA, Gustavo Bahuschewskyj. **A proteção Legal das Indicações Geográficas**. 2006. Disponível em: http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2006_1/gustavo.pdf. Acesso em: 24/04/2017.

COSTA, Ewerton Rubens Coelho. As Indicações Geográficas (IGS) como elementos fortalecedores para a atividade turística. In **Revista Turismo: Estudos & Práticas**. Mossoró/RN, vol. 3, n. 1, p. 25-50, jan. / Jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/viewFile/1073/588>. Acesso em: 18/08/2016.

CULTURA. **Artesanato de Sergipe recebe selo do INPI**. 2013. Disponível em: <http://cultura.se.gov.br/noticias/renda-irlandesa-produzida-em-sergipe-recebe-selo-do-inpi#>, acesso em: 06/11/2015.

DANTAS, Beatriz Góis. As Rendeiras de Divina Pastora, In Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular (CNFCP). **Renda de Divina Pastora**. 2ed. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2001.

DANTAS, Beatriz Góis. Dos baús às passarelas: trajetória e desafios da renda irlandesa, In Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular. **Divina Pastora: Caminhos da Renda Irlandesa**. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2013, p.15-41.

DILLMONT, Thérèse de. **Encyclopédie des Ouvrages des Dames**. Grands Magasins de La Samaritaine, Paris, [1886?].

DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ, 1993.

FERREIRA, Jurandyr Pires (Or.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, V.XIX.1959.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. São Cristóvão: EDUFS, 2013.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **“Vestidas de azul e branco”**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério, 1920-1950. Dissertação de Mestrado em Educação. Campinas/SP: Faculdade de Educação/UNICAMP, 1995.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. “Entre rendas e bordados: memórias de uma disciplina escolar” In: **II Congresso Nacional de História da Educação: História e Memória da Educação Brasileira**. Natal-RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, V.1.2002.

GIEBRECHT, Hulda Oliveira *et all*. **Indicações Geográficas Brasileiras**. SEBRAE; INPI. Brasília/DF.2014.

GUIMARÃES FILHO, Clovis. Uma estratégia de inserção no mercado para produtos do Semiárido. In **Revista Socioeconomia**. V 2, n 9. s/d. p.42-49. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/4_socioeconomia02v9n1.pdf. Acesso em 21/04/2017.

GULLAR, Ferreira. O artesanato e a crise da arte. In: **Revista de Cultura e Vozes**, Petrópolis: s.n, v. 88, n. 4, p. 7-12, jul. / ago. 1994.

HISTÓRIA DE FRIBURGO.A **Trindade Teutônica: A era Industrial no limbo da História (texto Janaína Botelho)** 2011. Disponível no site: <http://historiadefriburgo.blogspot.com.br/2011/06/trindade-teutonicaa-era-industrial-no.html>. Acesso em: 14/08/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Município de Divina Pastora**. 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=280200&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>. Acesso em 30/11/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. Perfil dos Municípios Brasileiros – 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Sistema Nacional de Informação de Gênero** – análise dos resultados do censo demográfico de 2000 e 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) / MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC) (Org). **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: IPHAN, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Editais do PNPI**.2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo%201%20PNPI.pdf> Acesso em: 18/02/2018.

_____. **Patrimônio Imaterial**. S/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/>. Acesso em: 14/02/2018.

___ . **Processo de registro de Indicação Geográfica (IG) na modalidade de “Indicação de Procedência” (IP)**, em 26/12/2012, sob o número de IG201107, da Renda Irlandesa de Divina Pastora- SE (INPI). Acordo de Cooperação Técnica INPI-IPHAN.

___ . **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**. 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 20/09/2017.

___ . **Modo de fazer a Renda Irlandesa:** Tendo como ofício em Divina Pastora; Texto de Aglaé d’avilla Fontes de Alencar. Brasília/DF: IPHAN, 2014(b).

___ . **Patrimônio Cultural Imaterial:** para saber mais. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Texto e revisão de Natália Guerra Brayner. 3 ed. Brasília/DF, Iphan,2012.

___ . **Patrimônio imaterial:** fortalecendo o Sistema Nacional. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, 2014 (a).

___ . **Renda Irlandesa:** Catálogo de produtos da Renda Irlandesa em Sergipe. Produzido por Marina Sallovitz Zacchi, Marta Maria Chagas e Rosangela Barreto. Aracaju: IPHAN-SE, 2014(c).

___ . **Renda Irlandesa:** Instrução técnica do processo de registro do modo de fazer renda irlandesa, tendo como referência o ofício das rendeiras de Divina Pastora /SE. 2009.

___ . **Informações sobre o INRC.** S/d. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo%205\(4\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo%205(4).pdf). Acesso em: 22/09/2017.

___ . **Livro de registros.** s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em: 14/02/2018.

___ . **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).** S/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/>. Acesso em: 18/02/2018.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (INPI). **Indicação Geográfica (IG)**.2015. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 23/08/2016.

___ . Processo de solicitação de IG da Renda Irlandesa de Divina Pastora-SE (INPI), 22/09/2011, 307p.

JESUS, Ivanilde Leandro de. **Renda Irlandesa do Município de Laranjeiras.** Laranjeiras/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:23/02/2018.

JESUS, Maria Ivanilde Cardoso de Jesus. **Renda Irlandesa de Divina Pastora.** Divina Pastora/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:22/02/2018.

JESUS, Marinez Santana de. **Renda Irlandesa do Município de Laranjeiras.** Laranjeiras/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:23/02/2018.

JESUS, Mikaelen Stefany de. **Renda Irlandesa de Divina Pastora**. Divina Pastora/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:22/02/2018.

LANGER, Johnni. A Nova História Cultural: origens, conceitos e críticas. In: **História e história**. UNICAMP. 2012. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=186>. Acesso em: 28/03/2017.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novas abordagens** (tradução de Henrique Mesquita). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976(a).

_____. **História: novos objetos** (tradução de Teresinha Marinho). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976(b).

_____. **História: novos problemas** (tradução de Theo Santiago). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976(c).

LEMOS, Maria Edny Silva. **O artesanato como alternativa de trabalho e renda**. Subsídios para Avaliação do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato no Município de Aquiraz-Ce. Fortaleza- CE, 2011. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Ceará.

LIMA, Ricardo. **Artesanato: cinco pontos para discussão**. 2005. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Artesanato__Cinco_Pontos_para_Discussao.pdf Acesso em: 20/03/2017.

LOURDES, Maria de. **Renda Irlandesa do Povoado Estiva**. Nossa Senhora do Socorro/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:23/02/2018.

MAIA, Isa. **Artesanato Brasileiro: rendas**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.

MAIORKI, Giovane José; DALLABRIDA, Valdir Roque. A Indicação Geográfica de Produtos: Um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. In: **Interações**, V.16, Nº1, Campo Grande- MS, p.13-25. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v16n1/1518-7012-inter-16-01-0013.pdf>. Acesso em: 18/08/2016.

MALAVOTA, Leandro Miranda. **A criação do INPI: um estudo sobre propriedade industrial e comércio de tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro, 2003. Monografia (História). UFRJ.

_____. **Inovar, modernizar, civilizar: considerações sobre o sistema de patentes no Brasil (1809-1882)**. Niterói-RJ, 2011. Tese (Doutorado em História). UFF.

_____. **Patentes, marcas e transferência de tecnologia durante o regime militar: um estudo sobre a atuação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (1970-1984)**. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ.

MALTA, Marina Oliveira. **O ensino Profissionalizante em Sergipe: Contribuição do Instituto Profissional Coelho e Campos (1922-1944)**. São Cristóvão/SE. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) Núcleo de Pós-Graduação em Educação, UFS.

MATIAS, Gilda Santos. **Renda Irlandesa do Município de Laranjeiras**. Laranjeiras/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:23/02/2018.

MEDEIROS, M.L; PASSADOR, J.L. Indicações Geográficas e Turismo: Possibilidades no Contexto Brasileiro. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, V.10, Nº3, p.56-76, 2015. Disponível:<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/1906>. Acesso em: 18/08/2016.

MELLO, Janaina Cardoso de; SILVA, Estefanni Patrícia Santos. Artesanato de Renda Irlandesa em Sergipe: História de vida, histórias de ofício. In **História, Histórias**. Brasília, UnB, vol. 2, n. 4, p.131-148, 2014.

MENDONÇA, Jouberto Uchoa de; SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz. **Sergipe Panorâmico**. Aracaju: UNIT, 2002.

MOREIRA, Sérgio. Projeto Artesanato Solidário e Sebrae. In: Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular (CNFCP). **Renda de Divina Pastora**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

NOGUEIRA, Edna Cristina. **Renda Irlandesa do Município de Laranjeiras**. Laranjeiras/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:23/02/2018.

O GLOBO. **Imóvel histórico de Nova Friburgo, Fábrica Ypu não tem destino certo**.2014. Disponível no site:<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/imovel-historico-de-nova-friburgo-fabrica-ypu-nao-tem-destino-certo-12490421>_Acesso em: 14/08/2017.

OLIVA, Terezinha Alves. Renda Irlandesa: Dos Enxovais às Passarelas de moda. *In*: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Renda Irlandesa: Catálogo de produtos da renda Irlandesa em Sergipe**. Aracaju: IPHAN, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Patrimônio Cultural no Brasil**. s/d. Disponível no site: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>. Acesso em: 14/02/2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PREFEITURA DE DIVINA PASTORA (SE). **Cidade de Divina Pastora**. Seção História. S/d. Disponível em: <http://www.divinapastora.se.io.org.br/> . Acesso em: 15/08/2016.

___. **Economia de Divina Pastora**. Seção Economia. S/d. Disponível em: <http://www.divinapastora.se.io.org.br/economia/>. Acesso em: 30/11/2016.

REGALADO, Pablo Ferreira. **Indicação Geográfica: um instrumento de suporte ao desenvolvimento socioeconômico e humano das rendeiras de Divina Pastora em Sergipe?** Lisboa, 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional). Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

REIS, Fabiana de Arruda Resende; SILVA, Elza de Souza; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. **Estudo do Ensino Profissional (feminino) no Brasil: A Escola Profissional Feminina Nilo**

Peçanha (Campos, 1922-1930). VII Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE7). Cuiabá/MT. 2013.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL UFSC. Recorte do Diário Oficial do dia 7 de junho de 1923: **Referente ao Decreto nº 519 de 6 de julho de 1923** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/124886> acesso em:28/02/2018.

RIBEIRO, B. (Org.). **O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE. 1984.

SANTOS, Alenalda Felix dos. **Renda Irlandesa do Povoado Estiva**. Nossa Senhora do Socorro/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:23/02/2018.

SANTOS, Alzira Alves. **Renda Irlandesa de Divina Pastora**. Divina Pastora/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:22/02/2018.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. Patrimonialização da Peregrinação ao Santuário Nossa Senhora Divina Pastora – SE. **Revista de Teologia e Ciências da Religião**, V. 6, n. 1, janeiro-junho/2016, p. 033-044. Disponível em: <file:///C:/Users/bom%20dia/Downloads/758-2899-1-PB.pdf>. Acesso em: 20/03/2017.

SANTOS, Edinalva Batista dos. **Renda Irlandesa do Município de Laranjeiras**. Laranjeiras/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:23/02/2018.

SANTOS, Elizabeth. **Associação para o Desenvolvimento de Renda irlandesa de Divina Pastora. /SE**. Entrevista concedida a Ivan Vieira. Seção biblioteca, 2014. Disponível em: http://www.acasa.org.br/biblioteca_texto.php?id=484. Acesso em: 31/11/2016.

SANTOS, Francielle Leonardo. **Renda Irlandesa do Povoado Estiva**. Nossa Senhora do Socorro/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:23/02/2018.

SANTOS, Gilmar dos. **Renda Irlandesa de Divina Pastora**. Divina Pastora/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:22/02/2018.

SANTOS, Gilsa Maria. **Renda Irlandesa do Povoado Estiva**. Nossa Senhora do Socorro/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em:23/02/2018.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **A peregrinação à Divina Pastora**. Aracaju: EDISE, 2015.

SANTOS, Maria Edilene. **Renda Irlandesa de Divina Pastora**. Divina Pastora/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em: 22/02/2018.

SANTOS, Maria José. **Renda Irlandesa de Divina Pastora**. Divina Pastora/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em: 22/02/2018.

SANTOS, Maria Silva dos. **Renda Irlandesa do Município de Laranjeiras**. Laranjeiras/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em: 23/02/2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Artesãs Recebe Selo do INPI**. 2013. Disponível no site: <http://www.se.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/SE/renda-irlandesa-recebe-selo-de-indicacao-geografica,68efe89343c06410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 25/09/2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE); INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Cartilha: Indicação Geográfica** s/d. Disponível no site: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b74012230b8bc7857e72bafed82a4388/\\$File/5615.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b74012230b8bc7857e72bafed82a4388/$File/5615.pdf). Acesso em: 25/09/2017.

SILVA, Clodomir de Souza e. **Álbum de Sergipe**: 1820-1920. São Paulo: Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1920.

SILVA, Cynara Ramos. **Renda Irlandesa em Sergipe**. Aracaju/SE, 2017. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em: 14/06/2017.

SILVA, Daniela Gonçalves da; MARTÍNEZ, Silvia Alicia; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. A dupla missão formativa da Escola Industrial Feminina “Nilo Peçanha” (1947-1956): apreciações sobre currículo e cultura escolar in **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 270-300, set. /dez. 2016.

SILVA, Maria do Socorro Freitas da. **Renda Irlandesa do Município de Laranjeiras**. Laranjeiras/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em: 23/02/2018.

SILVA, Neidiele de Jesus. **Renda Irlandesa de Divina Pastora**. Divina Pastora/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em: 22/02/2018.

SIQUEIRA, Tagore Villarim. Indicações Geográficas e Desenvolvimento Regional: Uma estratégia para o desenvolvimento regional a partir da valorização da cultura, da natureza e da história local. In: **55º ENPECON**. 2014.

SOUZA, Iveraldo Rodrigues. **O trabalho das rendeiras em Divina Pastora**. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Aracaju/SE: Dept. Ciências Sociais/UFS, 1996.

SOUZA, Marcos Antônio de. **Memória sobre a Capitania de Sergipe**. Aracaju: SECULT-SE, 2005.

SOUZA, Maria José. **Renda Irlandesa de Divina Pastora**. Divina Pastora/SE, 2018. Entrevista concedida a Heyse Oliveira. Em: 22/02/2018.

WIKIPEDIA. **Encyclopédie des Ouvrages de Dames de Thérèse de Dillmont**. s/d. Disponível no site: https://en.wikipedia.org/wiki/Th%C3%A9r%C3%A8se_de_Dillmont. Acesso em :09/02/2018.

REFERÊNCIAS CONSULTADA

SEBRAE/SE. Ofícios e Relatórios do Sebrae- SE, referentes ao artesanato em renda de Divina Pastora – SE (2000-2015).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA (SE). Atas da Câmara Municipal de Divina Pastora (2000-2015).

APÊNDICES

APÊNDICE A- Roteiro da Entrevista Município Divina Pastora. Transcrição 1.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ROTEIRO DA ENTREVISTA MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

1. **Nome Completo:** Alzira Alves Santos
2. **Idade:** 69 anos
3. **Nível de escolaridade:** Segunda série
4. **Classe social a qual está inserido (baixa, média, alta)?** Eu acho que é média.
5. **Qual a origem da renda Irlandesa em Divina Pastora (se)?** A origem, oí eu não sei a data né? Porque eu tenho a mente muito esquecida, não lembro, mas na associação deve ter. Eu me lembro que foi umas missionárias que aparecem aqui e ensinou a minha tia Marocas. Ai minha tia Marocas aprendeu e ensinou a irmã Sinhá, que chama Ercília e tia sinhá ensinou a minha irmã. Minhas 2 irmãs, já eu aprendi com uma prima chamada Lurdes, e aí a renda continuou né? O processo era, vinha as encomendas a gente fazia né e aí por diante. Depois eu cheguei até ser mestra que começa a ensinar a renda né e já ensinei até do risco e aí ainda continuo.
6. **Há quanto tempo você produz a Renda Irlandesa? E com quem aprendeu o saber?** Olhe, eu tinha acho que era uns 12 anos.
7. **Qual a moradora mais antiga da cidade de Divina Pastora que produz a renda?** Eu acho que é, ou dona Tereza e Vitu, acho que são as mais antigas.
8. **A população de Divina Pastora valoriza o produto?** A juventude de hoje eu não sei bem sabe, antes tinha interesse, agora hoje eu estou achando meio fraco por causa do celular que o “nego” só quer está no celular, e não querem trabalhar. ((a autora pergunta como os pais incentivava aprender a fazer a renda)). Eu mesmo meu pai disse assim: olha eu vou botar você, porque eu não fui muito de leitura né, eu vou botar você para aprender a renda, ele não dizia a renda, era bordado, e vocês vão ter que aprender, se vocês não aprender eu vou botar vocês para plantar “oi de cana”. Eu que

não queria ir plantar “oi de cana” né aprendi a renda. As amigas foram do mesmo jeito. Que não tinha as mães e os pais não tinha como doar, a gente tinha que trabalha né.

9. **Você saberia explicar quando e porque as rendeiras de Divina Pastora começam a utilizar o lacê na confecção da renda?** Não sei dizer. ((a autora pergunta se as rendeiras de Divina Pastora Já usaram outros materiais)) Bom eu mesma já aprendi com o lacê. Mas antes elas faziam com uns fitilhozinho, com uma fita né, como a renascença. ((a autora pergunta pelo rabo de rato)) O rabo de rato foi uma época que a Ypu estava sem fornecer o lacê. Ai a gente usou rabo de rato. ((a autora pergunta se as artesãs já usaram bilro)) minha mãe fazia, minha tia Dina fazia com o bico, que fazia os tecidinhos assim umas fitinhas e aí produzia. ((a autora pergunta se as rendeiras ainda utilizam a almofada)) é agora aqui não tem quem faça mais com almofada mais, a almofada era para fazer a renda do bilro, e aí aqui morreu, ninguém usa mais.
10. **Qual a idade média das mulheres que produzem a renda?** ((Pulei a pergunta)).
11. **Qual a importância da Indicação Geográfica para Renda Irlandesa de Divina Pastora?** Eu achei que foi bom. Porque no fundo o foco mesmo da renda começou aqui né? Em Divina Pastora, teve outros lugares que queriam tomar as vezes das rendeiras daqui, aí fizeram assim para pelo menos ter a origem mesmo que é daqui.
12. **Saberia informar se as rendeiras do município obtiveram apoio de órgãos ou prefeitura para obter IG?** A prefeitura sempre coisa né. Agora, mas de apoio assim e o SEBRAE, e do IPHAN que foi quem fez as pesquisas né. Só esses órgãos.
13. **Qual o papel da ASDEREN?** Eu não sei. ((risos)). Eu só sei que ela que trabalha em todos sentidos, mas não sei a função direito assim dela.
14. **Após o título de IG a Renda Irlandesa sofreu algum impacto?** A gente é bem vista né. Só que não sei se é por causa da época né, eu não tô vendo muito sucesso. Assim de vendas né, acho que caiu muito.
15. **Porque municípios vizinhos como Laranjeiras, Maruim e Riachuelo que também produz a Renda Irlandesa não foram incluídos no processo de solicitação da IG?** Não sei.

“Alzira Alves dos Santos. Rendeira de Divina Pastora, mãe de família, 6 filhos. ”

APÊNDICE B: Roteiro da Entrevista Município Divina Pastora. Transcrição 2.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ROTEIRO DA ENTREVISTA MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

1. **Nome completo:** Maria Amélia Barbosa
2. **Idade:** 60 anos
3. **Nível de escolaridade:** Segundo grau completo
4. **Classe social a qual está inserido (baixa, média, alta)?** Média
5. **Qual a origem da Renda Irlandesa em Divina Pastora (Se)?** Eu “tô” esquecida agora o ano. Mais tem muitos anos, que surgiu essa renda aqui. Foi na época de uma beata que chegou aqui em Divina Pastora, na igreja e teve contato com uma senhorinha que “toma conta, que zela pela igreja”. Aí ela viu a senhora fazendo bilro, aí perguntou se ela queria aprender Renda Irlandesa, se ela conhecia, aí ela disse que não, aí ela disse quer que eu ensine, aí ela disse quero e já passou para a gente.
6. **Há quanto tempo você produz Renda Irlandesa? E com quem aprendeu o saber?** Ah, eu mesma “tô” com... 50 anos, ((silêncio)) foi com 10 ((aprendeu com 10 anos de idade)). Aprendi olhando e para se aperfeiçoar procurei essa mulher da igreja dona. Maroca.
7. **Qual a moradora mais antiga da cidade de Divina Pastora que produz a renda?** Que está atuando mesmo é Dona Alzira.
8. **A população de Divina Pastora valoriza o produto? Os jovens possuem interesse de aprender o saber fazer?** Poucos jovens, poucos. Porque, por causa hoje tudo usando celular aí um WhatsApp que as meninas ficam com uma preguiça de fazer a renda.

9. **Você saberia explicar quando e porque as rendeiras de Divina Pastora começaram a utilizar o lacê na confecção da renda?** Quando essa beata entendeu, é inventou essa renda aqui da Irlanda, que descobrimos que tinha uma fábrica esse lacê, aí a gente “começamos” a fazer pedido.
10. **Qual a idade média das mulheres que produzem a renda?** Hoje é 50, 40 é 30 é 25. ((a autora pergunta quantas rendeiras existe na cidade)). Na minha base assim que eu ainda não fiz o levantamento pelo que tem na associação é mais de 200, agora são antigas, jovens são poucas.
11. **Qual a importância da Indicação Geográfica para Renda Irlandesa de Divina Pastora?** A divulgação né. E a divulgação e assim, ((a pergunta gera indignações, dúvida)) agora esqueci.
12. **Saberia informar se as rendeiras do município obtiveram apoio de órgãos ou prefeitura para obter o IG?** É tem o SEBRAE, tem o IPHAN e a Prefeitura.
13. **Qual o papel da ASDEREN?** Ói eu sou sincera, em nada. Porque não tem vantagem para gente, a vantagem é o que elas ganharem encomenda e repassar os pedaços para a gente fazer por peça, e a gente não ganha quase nada.
14. **Após o título de IG a Renda Irlandesa sofreu um impacto?** Teve turistas. Agora hoje como diz que é uma crise, que realmente os turistas estão muito pouco.
15. **Porque municípios vizinhos como Laranjeiras, Maruim e Riachuelo que também produz a Renda Irlandesa não foram incluídos no processo de solicitação do IG?** Porque pelo que eu sei a prioridade é na cidade onde foi surgida essa renda.

“Eu sou Amélia e faço renda há 50 anos e hoje estou com 60. Comecei com 10 né. Moro aqui em Divina Pastora há mais de 50 anos cheguei aqui com mais ou menos 2 anos”.

APÊNDICE C-Roteiro da Entrevista Município Divina Pastora. Transcrição 3.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROTEIRO DA ENTREVISTA MUNÍCIPIO DE DIVINA PASTORA

1. **Nome Completo:** Neidiele de Jesus Silva (Atual Vice-Presidente da ASDEREN)
2. **Idade:** 19 anos
3. **Nível de escolaridade:** Ensino médio completo.
4. **Classe social a qual está inserido (baixa, média, alta)?** Média.
5. **Qual a origem da Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE)?** A origem é que assim, é que a gente tem os conhecimentos é que ela vem da Irlanda através de freiras que ensinavam as senhoras de engenho, e as senhoras de engenho na época tinha escravas né, essas escravas aprenderam e passaram para as outras mulheres da comunidade.
6. **Há quanto tempo você produz a Renda Irlandesa? E com quem aprendeu o saber?** Eu produzo desde meus 13 anos. Eu aprendi com minha mãe Maria Ivaneide Cardoso de Jesus.
7. **Qual a moradora mais antiga da cidade de Divina Pastora que produz a renda?** A que eu mais conheço assim, é dona Alzira
8. **A população de Divina Pastora valoriza o produto?** Tem assim algumas pessoas, sim. Agora a gente está incentivando mais os jovens a aprender.
9. **Você saberia explicar quando e porque as rendeiras de Divina Pastora começam a utilizar o lacê na confecção da renda?** Não.
10. **Qual a idade média das mulheres que produzem a renda?** Temos rendeiras de todos os tipos de idade. Desde os 8 anos até os 70-60 anos, mais geralmente é entre os 22 - 40 anos.

- 11. Qual a importância da Indicação Geográfica para Renda Irlandesa de Divina Pastora?** A indicação geográfica é bom porque é um reconhecimento a mais né, hoje em dia somos bem reconhecidas. Os turistas vêm justamente por conta da indicação geográfica. É deu um valor a mais ao nosso artesanato né? Que é a Renda Irlandesa.
- 12. Saberá informar se as rendeiras do município obtiveram apoio de órgãos ou prefeitura para obter IG?** Não, não sei informar.
- 13. Qual o papel da ASDEREN?** Vamos dizer que é uma das coisas mais importante porque aqui a gente vem, se reúne, produz, vende e abre assim a mente de várias pessoas tanto aquelas que não tinha nada para fazer na vida, e hoje em dia faz renda irlandesa, como aquelas que tem depressão que atualmente estão curadas por conta da Renda Irlandesa, é um meio de gerar mais recursos porque tem muitas pessoas que não tem emprego então já é um auxílio para a família né.
- 14. Após o título de IG a Renda Irlandesa sofreu algum impacto?**
(Pulei a pergunta).
- 15. Porque municípios vizinhos como Laranjeiras, Maruim e Riachuelo que também produz a Renda Irlandesa não foram incluídos no processo de solicitação da IG?** Assim é mais daqui né, Divina Pastora. A gente não impede ninguém de aprender, a gente ensina qualquer pessoa que tenha interesse. Mas tem aquele todo processo desde a qualidade até o aperfeiçoamento da técnica. Nem sei explicar direito porque a gente se dedica, tipo assim a gente tem um padrão de qualidade.

“Meu nome é Neidiele de Jesus Silva, tenho 19 anos sou artesã, amo fazer Renda Irlandesa. Não pretendo parar e a minha renda atualmente é só da Renda Irlandesa porque não tenho emprego fixo.”

APÊNDICE D- Roteiro da Entrevista Município Divina Pastora. Transcrição 4.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROTEIRO DA ENTREVISTA MUNÍCIPIO DE DIVINA PASTORA

1. **Nome Completo:** Maria José dos Santos
2. **Idade:** 47 anos
3. **Nível de escolaridade:** Eu terminei com o segundo ano, porque virei mãe cedo, novinha.
4. **Classe social a qual está inserido (baixa, média, alta)?** Baixa.
5. **Qual a origem da Renda Irlandesa em Divina Pastora (Se)?** A única que eu sei só é a Renda Irlandesa mesmo. Eu comecei com 10 anos a renda irlandês, porque não tinha mais outro emprego então eu comecei com 10 anos.
6. **Há quanto tempo você produz a Renda Irlandesa? E com quem aprendeu o saber?** Comecei com 10 anos. Aprendi sozinha mesmo, vendo outra colega fazendo.
7. **Qual a moradora mais antiga da cidade de Divina Pastora que produz a renda?** A mais antiga mesmo, assim foi quem ensinou tudo era uma idosa mais eu não sei explicar o nome dela eu sei que era dona Sinhá, mas já se foi, aí depois dela foi Dona Alzira que ficou com a cabeça de tudo, depois Elizabeth e outras mais antigas.
8. **A população de Divina Pastora valoriza o produto?** Muitas sim e muitas não. Tem muitas que tem interesse, tem muitas que não tem. Porque é pouco sabe, é pouco mais dá para viver.
9. **Você saberia explicar quando e porque as rendeiras de Divina Pastora começam a utilizar o lacê na confecção da renda?** Eu sei que eu mesmo estou dizendo né, eu conheci depois com 10 anos a Renda Irlandesa.

10. **Qual a idade média das mulheres que produzem a renda?** Rapaz, muitas né assim agora eu não sei o valor assim das peças né.
11. **Qual a importância da indicação geográfica para Renda Irlandesa de Divina Pastora?** Para mim muita coisa né.
12. **Saberia informar se as rendeiras do município obtiveram apoio de órgãos ou prefeitura para obter IG?** Ói não posso nem assim dizer que não. Eu não vou dizer que sim.
13. **Qual o papel da ASDEREN?** ((pulei a pergunta)).
14. **Após o título de IG a Renda Irlandesa sofreu algum impacto?** Para mim sim, pouca coisa.
15. **Porque municípios vizinhos como Laranjeiras, Maruim e Riachuelo que também produz a Renda Irlandesa não foram incluídos no processo de solicitação da IG?** Não. Não posso. Eu sei mesmo que a cidade certa é aqui Divina Pastora.

APÊNDICE E- Roteiro da Entrevista Município Divina Pastora. Transcrição 5.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ROTEIRO DA ENTREVISTA MUNÍCIPIO DE DIVINA PASTORA

1. **Nome Completo:** Gilmara dos Santos
2. **Idade:** 34 anos
3. **Nível de escolaridade:** Quinto ano.
4. **Classe social a qual está inserido (baixa, média, alta)?** Média.
5. **Qual a origem da Renda Irlandesa em Divina Pastora (Se)?** A Renda Irlandesa é uma renda que produz muita coisa para Divina Pastora e para as meninas. ((A entrevista não entende a pergunta)).
6. **Há quanto tempo você produz a Renda Irlandesa? E com quem aprendeu o saber?** A mais de 10 anos. Com dona Alzira.
7. **Qual a moradora mais antiga da cidade de Divina Pastora que produz a renda?** Dona Alzira.
8. **A população de Divina Pastora valoriza o produto? Os jovens possuem interesse de aprender o saber fazer?** As jovens não. Mais produz aqui na cidade
9. **Você saberia explicar quando e porque as rendeiras de Divina Pastora começam a utilizar o lacê na confecção da renda?** Não.
10. **Qual a idade média das mulheres que produzem a renda?** De 30 a 20, não de 25 a 30 ((a autora pergunta quantas rendeiras tem na cidade)) não sei tem um bocado eu acho que tem mais de umas 50.
11. **Qual a importância da Indicação Geográfica para Renda Irlandesa de Divina Pastora?** Eu não sei também.

- 12. Saberá informar se as rendeiras do município obtiveram apoio de órgãos ou prefeitura para obter IG? Sim.** ((mas não quis complementar)).
- 13. Qual o papel da ASDEREN?** O papel da associação é um papel que está dando emprego para gente, que está tendo a oportunidade, porque na cidade não tem emprego aí está sendo a renda.
- 14. Após o título de IG a Renda Irlandesa sofreu algum impacto? Não.**
- 15. Porque municípios vizinhos como Laranjeiras, Maruim e Riachuelo que também produz a Renda Irlandesa não foram incluídos no processo de solicitação da IG?** Eu acho porque a cidade foi aonde fundou a Renda Irlandesa aí eu acho que está dando mais oportunidade para cidade de Divina

“Eu sou uma mulher de 34 anos que aprendi a renda nova e dou valor e ela está sendo um emprego para mim porque eu sou desempregada e estou tendo a renda”.

APÊNDICE F- Roteiro da Entrevista Município Divina Pastora. Transcrição 6.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROTEIRO DA ENTREVISTA MUNÍCIPIO DE DIVINA PASTORA

1. **Nome Completo:** Maria Ivanilde Cardoso de Jesus
2. **Idade:** 36 anos
3. **Nível de escolaridade:** Terceiro ano completo.
4. **Classe social a qual está inserido (baixa, média, alta)?** Baixa.
5. **Qual a origem da Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE)?** A origem é que é uma fonte de renda né. ((a autora pergunta se ela sabe quando começou)) já tem muito tempo já.
6. **Há quanto tempo você produz a Renda Irlandesa? E com quem aprendeu o saber?** Aprendi olhando minha mãe fazer, já tem uns 18 anos. Rapaz com uns 17 para uns 18.
7. **Qual a moradora mais antiga da cidade de Divina Pastora que produz a renda?** Acho que é Alzira, esse povo antigo.
8. **A população de Divina Pastora valoriza o produto?** Não, não valorizam não.
9. **Você saberia explicar quando e porque as rendeiras de Divina Pastora começam a utilizar o lacê na confecção da renda?** Não, não sei.
10. **Qual a idade média das mulheres que produzem a renda?** A idade média quem se interessa logo a partir dos 8 anos tem muitas crianças que já. Tenho sobrinha que já faz com 8 anos. Em média mesmo certa, 60. ((a autora pergunta se é 60 na cidade toda)) na cidade toda não, tem mais de 200 rendeiras.

- 11. Qual a importância da Indicação Geográfica para Renda Irlandesa de Divina Pastora?** É importante porque é bastante divulgação, aumento de pedido é bastante importante.
- 12. Saberá informar se as rendeiras do município obtiveram apoio de órgãos ou prefeitura para obter IG?** Eu acho que sim. ((mas não quis complementar)).
- 13. Qual o papel da ASDEREN?** Sei nem explicar. ((a autora pergunta se ela ajuda de alguma forma)) ajuda, é ajuda. A gente aqui a gente pega o material né, faz o trabalho, o material todo doado daqui a gente só recebe o trabalho.
- 14. Após o título de IG a Renda Irlandesa sofreu algum impacto?** Não.
- 15. Porque municípios vizinhos como Laranjeiras, Maruim e Riachuelo que também produz a Renda Irlandesa não foram incluídos no processo de solicitação da IG?** Não sei dizer, só que a renda saiu daqui né e daqui foi passada para lá.

APÊNDICE G- Roteiro da Entrevista Município Divina Pastora. Transcrição 7.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ROTEIRO DA ENTREVISTA MUNÍCIPIO DE DIVINA PASTORA

01.Nome Completo: Maria Edilene Santos

02.Idade: 47 anos

03.Nível de escolaridade: Só estudei até a segunda série por causa do meu trabalho, eu trabalhei muito quando era pequena.

04.Classe social a qual está inserido (baixa, média, alta)? Baixa

05.Qual a origem da Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE)? Ah, agora eu não sei não responder quando surgiu aqui, dos anos eu não sei não, quantos anos tem não. Olhe tem 30 anos que eu moro aqui em Divina Pastora, que eu não sou daqui né, eu sou de Dores. Quando eu vim morar aqui já via o povo fazendo essa costura, fazendo a Renda Irlandesa. Eu sei fazer o ponto de cruz e o ponto de marca, mas a Renda Irlandesa não sabia fazer. Foi quando deram um curso aqui, dona Alzira e Edileusa que foi as professoras. Eu vim, me interessei e vim aprender o curso, desse curso eu comecei a trabalhar entendeu? Aqui dentro da associação até hoje estou, graças a deus já estou com quase 20 anos que estou aqui na associação fazendo Renda Irlandesa. E a Renda Irlandesa para mim graças a deus é o meu pão de cada dia, porque nem trabalha eu, nem trabalha meu esposo, mas ela me ajuda muito. E eu também trabalho com outras coisas a mais eu sou ambulante e trabalho com a Renda Irlandesa.

06.Há quanto tempo você produz a Renda Irlandesa? E com quem aprendeu o saber? Tem uns 18 anos, dona Alzira e Edileusa.

07.Qual a moradora mais antiga da cidade de Divina Pastora que produz a renda? ((pulei a pergunta)).

08.A população de Divina Pastora valoriza o produto? Rapaz tem. É porque aqui a gente não tem recurso para ter os professores para ensinar.

09.Você saberia explicar quando e porque as rendeiras de Divina Pastora começam a utilizar o lacê na confecção da renda? Não. Ai eu não sei não. Só quem poderia te explicar só era a presidente.

10.Qual a idade média das mulheres que produzem a renda? Aqui tem mulher até de 80 anos, que está fazendo a renda ainda. Aqui o que eu saiba tem na associação 65 associadas, agora tem as independentes que faz por fora.

11.Qual a importância da Indicação Geográfica para Renda Irlandesa de Divina Pastora? Você tem que me explicar porque eu não sei entender direito. ((a autora explica sobre o título concedido)). Ah tem aqui a Renda Irlandesa começou de Divina Pastora o patrimônio dela é daqui de Divina Pastora. Então ela tem qualidade muita, porque é uma renda original daqui de Divina Pastora.

12.Saberia informar se as rendeiras do município obtiveram apoio de órgãos ou prefeitura para obter IG? Tem. Nós “tem” o apoio da prefeitura, nós “tem” apoio do SEBRAE, tem apoio do IPHAN e de outras coisas mais aí.

13.Qual o papel da ASDEREN? Aqui elas “quer” que entre recurso que é para ajudar as rendeiras né. Porque a associação só ela não caminha, ela tem que caminhar com a ajuda de recursos com a ajuda da Petrobrás com as prefeituras que é para renda crescer mais ainda.

14.Após o título de IG a Renda Irlandesa sofreu algum impacto? Mudou muito. Para mim mudou porque a renda cresceu mais um pouco, rendeu mais dinheiro para a gente, está entendendo.

15.Porque municípios vizinhos como Laranjeiras, Maruim e Riachuelo que também produz a Renda Irlandesa não foram incluídos no processo de solicitação da IG? Laranjeiras, porque já foi daqui de Divina Pastora.

“Eu sou Maria Edilene dos Santos da cidade de Divina Pastora sou rendeira e ambulante, gosto de trabalhar muito com a minha renda porque para mim é uma profissão e uma terapia”.

APÊNDICE H- Roteiro da Entrevista Município Divina Pastora. Transcrição 8.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROTEIRO DA ENTREVISTA MUNÍCIPIO DE DIVINA PASTORA

01.Nome Completo: Maria José Souza (Atual Presidente de ASDEREN)

02.Idade: 44 anos

03.Nível de escolaridade: Nível superior

04.Classe social a qual está inserido (baixa, média, alta)? Nos tempos de hoje, baixa.

05.Qual a origem da Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE)? Foi trazida com as freiras, com as missionárias no século passado.

06.Há quanto tempo você produz a Renda Irlandesa? E com quem aprendeu o saber? Bom, tem mais de 30 anos que eu aprendi, na verdade, eu aprendi com 8, 10 anos, eu aprendi com minha mãe e aprendi com dona Alzira, e também com tia Cleidja. É, naquela época era assim, a gente tinha que fazer um pouquinho de renda, para juntar o dinheiro para comprar alguma coisa. Na verdade, a gente se programava para festa né, de Divina Pastora que era uma festa bem concorrida, era uma festa bem animada, então todo mundo precisava estar bonito, chique. Então o que que a gente fazia, a gente fazia peças pequenas e minha mãe dizia bem assim: Oi faça isso que você vai ganhar dinheiro que eu vou comprar seu vestido, então já era da Cultura aqui do município, as mães incentivarem as crianças a fazer renda em troca de um dinheiro. Dinheiro na verdade a gente não via, na verdade, a gente via o vestido, o sapato, alguma coisa desse tipo que a gente tinha que ir para festa bonito. ((a autora pergunta hoje em dia você ainda nota que as mães incentivam

dessa forma ou de alguma outra forma as crianças a fazer renda?) Na verdade, dessa forma como minha mãe me ensinava, não, né? É uma preocupação nossa incentivar as adolescentes ou as crianças a fazer renda, isso é muito peculiar e cada família, tem família que tem criança de 8 anos fazem renda e tem outra família que não se importa né e a gente tem essa preocupação.

07.Qual a moradora mais antiga da cidade de Divina Pastora que produz a renda?

Olhe, te, algumas senhoras, tem dona Alzira, tem tia Cleidja não é tão velha mas faz renda a muito tempo.

08.A população de Divina Pastora valoriza o produto? Valoriza sim, os jovens não têm tanto interesse como da minha época, mas ainda tem.

09.Você saberia explicar quando e porque as rendeiras de Divina Pastora começam a utilizar o lacê na confecção da renda? Nossa aí você me pegou, mas acho que foi na época dos anos 70 eu acho foi mais ou menos nessa época. ((a autora questiona antes elas utilizavam algum produto?)) Usavam rabo de rato e tinha outro que eu me esqueci o nome.

10.Qual a idade média das mulheres que produzem a renda? Ah, tem de 10 anos até 50, 60 anos. ((A autora pergunta quantas associadas tem aqui?)) No momento 70, ((e no município?)) Tem mais de 200.

11.Qual a importância da Indicação Geográfica para Renda Irlandesa de Divina Pastora? A importação é você saber que a renda irlandesa tem o seu valor né, é uma afirmação que a gente precisa realmente está perpetuando em Divina Pastora e também o valor econômico para a gente é muito importante.

12.Saberia informar se as rendeiras do município obtiveram apoio de órgãos ou prefeitura para obter IG? Sim, tivemos o apoio do SEBRAE, do INPI e da prefeitura.

13.Qual o papel da ASDEREN? Acho que perpetuar a nossa quantidade de renda, é, transmitir o saber, estar unida a todas as rendeiras, independente que esteja associada ou não, para novos comércios, para uma integração maior. O papel também da associação é abrir espaço para toda a parte de Cultura.

14.Após o título de IG a Renda Irlandesa sofreu algum impacto? Sim, na época mudou para melhor, porque a gente foi valorizada não só no Estado, mas sim,

nacionalmente e algumas pessoas que conhecem Indicação Geográfica da Europa já trazia consigo, e já dava valor adequado a nossa renda. ((vocês estão colocando selo da Renda Irlandesa?)) No momento não, já está suspensa faz um bom tempo de 6 a 8 anos. As rendeiras suspenderam porque faltou mais a continuidade do que a gente aprendeu.

((Autora afirma notar que na maioria das entrevistas percebe as rendeiras não saber o que é o título da IG)) porque Quando a IG chegou com todo o programa, com todo o seu ensinamento, muitas delas não estavam aqui, então houve uma mudança na época as pessoas que estavam aqui saíram, muitas saíram. ((Autora pede sugestão do que ela acha que deve ser feito para melhorar o reconhecimento para que as rendeiras entendessem a importância da valorização da IG para renda)) precisava de um trabalho permanente, não de 1 mês, 2 meses, mas pelo menos um trabalho de 2, 3 ou 4 anos. Para que as rendeiras se apossassem do que realmente de fato é uma indicação geográfica (a autora pergunta o que você acha que falta) falta, falta porque como é uma associação todas devem estar unidas, não é uma ou outra saber, são todas saber, todas tem que saber o que está acontecendo, todas tem que saber a propriedade do que realmente é uma indicação geográfica do que é realmente de valor, a importância, estudo né, É o saber mesmo. Ter a ciência do que realmente é a IG. ((a autora pergunta, mas vocês têm o interesse de voltar a colocar a peça caso tivessem apoio?) Sim, com certeza, eu estou pedindo um apoio a pessoal do Sebrae, nos ajudaram muito, sempre nos ajuda e tentando nós organizar porque na verdade a IG precisa de uma organização contínua para você poder usar esse selo. ((a autora questiona vocês têm um Conselho fiscal regulador né)) sim, no caso qualquer pessoa que produzir uma peça aqui em Divina Pastora é, independentemente de ser associada ou não elas podem trazer a peça para poder, ela pode. Independentemente de ser associada ou não se ela traz a peça para ser avaliada pelo conselho fiscal, e o conselho fiscal aprova ela tem o seu registro e o selo é apropriado com o nome dela, com tudo. ((o Conselho fiscal mesmo estando inativo ele ainda é composto por quem?) Na verdade, ele está inativo algumas pessoas que participavam desse conselho já faleceram então a gente precisa reformular, reavivar, enfim toda essa parte de Indicação Geográfica. ((a autora pergunta, em outra entrevista a gente conversando, você me falou que alguns itens do regulamentos da Indicação Geográfica continua sendo mantido como cobrança de taxas, que ficou acordado no valor de 5 reais mensal, algumas divisões das tarefas daqui, como é essa divisão de tarefa?)) a parte administrativa tem conhecimento de tudo, se a gente tem encomenda, se a agente precisa comprar lacê, se a gente precisa linha, então não se atenta

a uma pessoa, se atenta a parte administrativa que é a presidente, a tesoureira, as 3 conselheiras, que todo mundo tem que falar a mesma linguagem, ((a autora pontua em outra entrevista também, você chegou a contar que você participou na época do processo do estudo INPI para concessão da IG, você poderia me contar um pouquinho como foi naquela época, se teve alguma pessoa que você me citou até o nome do Pablo, como foi você lembra?)) O processo desse selo foi mais ou menos uns 2 anos. Então teve muitas etapas, etapa de ver como era feito a renda, a etapa de como era que se comercializava, a etapa de quem são as rendeiras, como elas trabalham. O nome dele é Pablo Regalado, o pessoal do SEBRAE veio também, trouxe o programa em computador, porque tinha todo o registro e o programa próprio) ((a autora pergunta ficou quanto tempo dando esse acompanhamento aqui) ficou um bom tempo, mais de 2 anos, Pablo morava no Rio de Janeiro e tempos em tempos ele vinha passava tempo voltava, ficava hospedado em Divina Pastora.

15. Porque municípios vizinhos como Laranjeiras, Maruim e Riachuelo que também produz a Renda Irlandesa não foram incluídos no processo de solicitação da IG?

Porque nosso selo é de procedência, tem uma limitação territorial, essa limitação territorial cabe só a divina pastora.

“A Maria José é uma mulher, uma dona de casa, uma mãe, técnica de enfermagem, rendeira por gosto, mas não é a minha primeira opção como renda financeira, na minha primeira gravidez eu tive início de depressão pós parto, então foi uma forma de sair daquele estado de tristeza, então foi a forma de me tirar de uma depressão e também uma forma de voltar de voltar às origens porque quando eu fazia renda quando era pequena então era uma festa principalmente como a gente acertava o ponto e a nossa mãe dizia está perfeito continue assim ou então era uma tristeza quando dizia desmancha está errado pode desmanchar não é assim. Então tudo tem assim, uma volta ao passado que é muito boa né. Que e o convívio com a família, convívio com mãe”.

APÊNDICE I-Roteiro da Entrevista Município Laranjeiras. Transcrição 9.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ROTEIRO DA ENTREVISTA MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS

1. DADOS DO ENTREVISTADO

- 1. Nome Completo:** Maria do Socorro Freitas da Silva
- 2. Idade:** 48 anos
- 3. Nível de escolaridade:** Sétima série.
- 4. Profissão?** Artesã.
- 5. Estado civil?** Casada.
- 6. Possui filhos?** Três.
- 7. Classe social a qual está inserido (baixa, média, alta)?** Baixa.

2. SOBRE A RENDA IRLANDESA:

- 8. Qual a origem da Renda Irlandesa no município?** Como assim? ((a autora explica)). Eu não sei quando surgiu. ((a autora incentiva a resposta)). Porque assim eu aprendi em Pernambuco. Sou pernambucana, ((a autora pergunta se lá faz Renda Irlandesa)) lá faz a renascença que é a mesma renda, só muda o lacê que é, eu vou lhe mostrar ((a entrevistada mostra o produto que está sendo feito, no caso a Renda Renascença)) que é a diferença, só é isso. Aí eu tenho 28 anos que eu moro aqui e foi que comecei a trabalhar com renda. Mas eu tenho 40 anos que trabalho com renda.

((quando você chegou aqui, quem foi seu primeiro contato para trabalhar com a renda)) foi Nalva e Gilda.

9. **Qual a artesã mais antiga?** Ói eu não sei o nome dela. Só sei que é uma senhora que é deficiente, que foi quem ensinou a Nalva.
10. **Quantas artesãs existe no município?** Tem muitas. Umas 30.
11. **Qual a idade média dessas artesãs?** Eu acho que a mais velha é Nalva, eu acho que ela tem 60 anos. ((a autora pergunta e a mais nova)) a mais nova deve ter uns 20 anos.
12. **Existe homens na produção? Se a resposta for não, porque só mulheres produzem?** Não.
13. **Qual o preço médio das peças?** O mais caro é toalha R\$: 8 mil/ R\$:10 mil.
14. **Onde vocês compram o lacê?** ((Pulo a Pergunta)).
15. **Qual o preço dos produtos?** ((Pulo a Pergunta)).
16. **Com que idade você aprendeu e com quem?** 40 anos com renda e 28 com irlandesa. Nalva e Gilda.

3.SOBRE A ASSOCIAÇÃO

17. **Quantas associações existem no município?** Não tem.
18. **Qual o papel da associação?** ((a pergunta não se aplica)).
19. **Quantas artesãs são associadas?** ((a pergunta não se aplica)).
20. **Qual a idade média dessas mulheres?** ((a pergunta não se aplica)).
21. **Quais os benefícios e deveres das associadas?** ((a pergunta não se aplica)).
22. **As rendeiras contribuem de alguma forma para a manutenção da associação?** ((a pergunta não se aplica)).
23. **Os lucros dos produtos têm repasse para associação?** ((a pergunta não se aplica)).
24. **Associação recebe apoio de algum órgão?** ((a pergunta não se aplica)).

4.SOBRE A POPULAÇÃO:

25. **A comunidade adquire os produtos?** Não. Só os turistas.
26. **A população valoriza o artesanato?** Sim.
27. **As jovens têm interesse de aprender?** Não.

28.A prefeitura investe na tradição? Não.

5.SOBRE A IG:

29.Em 2012 as rendeiras de Divina Pastora receberam a IG, porque você acha que Laranjeiras ficou de fora, já que produz a renda? Porque elas se dedicam mais, tem mais união.

30.Você pensa que elas se organizam de forma diferenciada? Se organizaram. ((a autora estimula a complementação)) porque assim, quando tem uma feira elas tão tudo junto né. E aqui é dificuldade para gente ir para feira, umas querem ir e outras não querem.

31.Você acredita que elas tiveram apoio de alguém o de alguém órgão? Não sabe informar.

32.Pesquisas apontam que a tradição no município de Divina Pastora começou antes dos demais municípios, você acha que isso interferiu? Sim. ((silêncio))

33.Em 2009 o IPHAN considerou o modo de fazer a renda Irlandesa tendo como referência o município de Divina Pastora como patrimônio imaterial, você acha que isso interferiu? Eu acho certo. Se começou lá, a gente já faz lá já por causa de lá.

“Eu sou Maria do Socorro, tenho 48 anos, sou casada e tenho 3 filhos e faço renda para distrair. Porque nós não estamos vendendo nada.”

APÊNDICE J-Roteiro da Entrevista Município Laranjeiras. Transcrição 10.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROTEIRO DA ENTREVISTA MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS

1. DADOS DO ENTREVISTADO:

1.Nome Completo: Edna Cristina Nogueira

2.Idade: 46 anos

3.Escolaridade: 1º ano.

4.Profissão: Rendeira e autônoma.

5.Estado Civil: Solteira

6.Possui filhos? Três

7.Você se considera uma pessoa de classe baixa, média ou alta? Baixa.

2.SOBRE A RENDA IRLANDESA:

8.Qual a origem da Renda Irlandesa no município? ((não entende a pergunta. A autora pergunta quanto tempo a renda chegou no município)) eu sei que tem mais de 20 anos.

9.Quem é a artesã mais antiga? As artesãs mais antigas que eu conheço é Nalva e Gilda, agora delas duas qual é mais antiga, eu não sei.

10. Quantas artesãs existe no município? Varia de 20-22-23 que realmente sabe fazer.

11. Qual a idade média das artesãs? Todas são de maior. Tem nenhuma de menor não. ((a autora pergunta a idade das mulheres)) 20 a 45, tem até de 50 anos.

12. Existe homens na produção? Se a resposta for não, porque só mulheres produzem? Não. Até o momento não. ((não sabe explicar o porquê)).

13. Qual o preço médio das peças? Varia de R\$:10,00 reais para cima né. Porque tem os marcadores que é R\$:10,00, R\$:12,00, R\$: 15,00. ((qual a produto mais caro)) os coletes R\$:500,00 R\$:600,00 e as passadeiras.

14. Onde vocês compram o lacê? Em Aracaju, nos armarinhos.

15. Qual o preço dos produtos? ((Pulo a Pergunta)).

16. Com que idade você aprendeu e com quem? Eu fiz o curso lá no CAIQUE com Nalva. Depois fiz outro com Gilda e a filha de seu Zé mar daí para cá pronto. ((a autora pergunta qual idade ela tinha na época)) tinha 32. Parece que era 32 se não me engano.

3.SOBRE A ASSOCIAÇÃO:

17.Quantas associações existem no município? Tem. [...] daqui de Laranjeiras não, tem no povoado em Pedra Branca, associação das costureiras de Patchwork. Aqui mesmo da Renda Irlandesa é a cooperativa, cooperativa e as demais que trabalha por si.

18.Qual o papel da associação? ((pulo a pergunta)).

19.Quantas artesãs são associadas? ((pulo a pergunta)).

20.Qual a idade média dessas mulheres? ((pulo a pergunta)).

21.Quais os benefícios e deveres das associadas? ((pulo a pergunta)).

22.As rendeiras contribuem de alguma forma para a manutenção da associação? ((pulo a pergunta)).

23.Os lucros dos produtos têm repasse para associação? ((pulo a pergunta)).

24.Associação recebe apoio de algum órgão? ((pulo a pergunta)).

4.SOBRE A POPULAÇÃO:

25.A comunidade adquire os produtos? Não. É mais turista.

26.A população valoriza o artesanato? Alguns.

27.As jovens têm interesse de aprender? Não. Antes tinha, mas agora... ultimamente.

28.A prefeitura investe na tradição? Assim né, apoia porquê de certo modo temos isso aqui, que não pagamos água, energia, aluguel, de certa forma é uma ajuda. Quando tem as feiras ele disponibiliza o transporte né, de certa forma ajuda.

5.SOBRE A IG:

29.Em 2012 as rendeiras de Divina Pastora receberam a IG, porque você acha que Laranjeiras ficou de fora, já que produz a renda? Acho que ficou de fora porque não foi comunicado.

30.Você pensa que elas se organizam de forma diferenciada? Com certeza. O grupo é bem maior. É como se diz a união faz a força né. Tem mais pessoas, e lá o foco maior é isso, o emprego maior é esse. Aqui muitas fazem, mais não é assim com aquele interesse dobrado para aquilo, faz mais por amor, por querer fazer.

31.Você acredita que elas tiveram apoio de alguém o de alguém órgão? Lá em Divina Pastora? Com certeza. Bom, eu presenciei quando teve a eleição lá para...foi um ônibus daqui, com as rendeiras daqui e quem estava lá o tempo todo era a prefeita de lá, na época né, não sei se até hoje se é ela ou outras pessoas que ajuda, teve também um apoio muito grande do pessoal da Petrobrás, assim eu soube.

32.Pesquisas apontam que a tradição no município de Divina Pastora começou antes dos demais municípios, você acha que isso interferiu? Interferiu, com certeza.

33.Em 2009 o IPHAN considerou o modo de fazer a renda Irlandesa tendo como referência o município de Divina Pastora como patrimônio imaterial, você acha que isso interferiu? Eu acho como é, que isso aí eles não deveriam ter feito. No meu ponto de vista, porque no dia que foi para resolver isso tinha pessoas de laranjeiras lá, deixaram a gente de fora porque quis. ((a autora pergunta se elas fizeram algo para serem incluídas)) não porque, até porque quando tem assim reuniões, que chamavam a gente, no caso eu mesma e Telma que era uma das pessoas de lá do IPHAN da salvaguarda, entendeu... e ninguém sabe, porque a mulher que organizava lá que era de frente do IPHAN, ela se aposentou, se afastou aí ninguém sabe, não sei se isso vem ao caso.

APÊNDICE K- Roteiro da Entrevista Município Laranjeiras. Transcrição 11.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ROTEIRO DA ENTREVISTA MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS

1.DADOS DO ENTREVISTADO:

1.Nome completo: Marinez Santana de Jesus.

2.Idade: 55 anos

3.Escolaridade: Analfabeta (escreve o nome)

4.Profissão: Rendeira

5.Estado civil: Separada

6.Possui filhos? Três

7.Você se considera uma pessoa de classe baixa, média ou alta? Baixa

2.SOBRE A RENDA IRLANDESA:

8.Qual a origem da Renda Irlandesa no município? ((Não Entende. A Pergunta a autora pergunta a quando tempo se faz renda Irlandesa em Laranjeiras)). Nessa parte aqui eu sou novata, mas tem gente muito mais velha.

9. Quem é a artesã mais antiga? Artesã mais antiga... eu acho minha filha, entre as que tem aqui era aquela de blusa vermelha (Nalva).

10. Quantas artesãs existe no município? Acho que tem numa faixa de umas 20.

11. Qual a idade média das artesãs? ((silêncio)) ((consulta outra rendeira)) eu nem sei assim.

12. Existe homens na produção? Se a resposta for não, porque só mulheres produzem? Renda Irlandesa não.

13. Qual o preço médio das peças? Depende do valor porque aqui tem de R\$:100,00/ 60,00/ 80,00 até R\$:300,00 tem, aí vai variando ((a autora pergunta e a mais barata)) a mais barata é R\$:50,00 temos aí vai diminuindo, tem marcador R\$:10,00.

14. Onde vocês compram o lacê? Em Aracaju.

15. Qual o preço dos produtos? ((Pulo a Pergunta)).

16. Com que idade você aprendeu e com quem? Em Divina Pastora eu aprendi com Adélia e aqui com a professora Gilda. ((a autora pergunta a idade)) eu tinha 20 anos com Adélia.

3. SOBRE A ASSOCIAÇÃO:

17. Quantas associações existem no município? ((Pulo a Pergunta)).

18. Qual o papel da associação? ((Pulo a Pergunta)).

19. Quantas artesãs são associadas? ((Pulo a Pergunta)).

20. Qual a idade média dessas mulheres? ((Pulo a Pergunta)).

21. Quais os benefícios e deveres das associadas? ((Pulo a Pergunta)).

22. As rendeiras contribuem de alguma forma para a manutenção da associação?
((Pulo a Pergunta)).

23. Os lucros dos produtos têm repasse para associação? ((Pulo a Pergunta)).

24. Associação recebe apoio de algum órgão? ((Pulo a Pergunta)).

4.SOBRE A POPULAÇÃO:

25.A comunidade adquire os produtos? Não entendi. ((a autora explica)) compra...os turistas que vem de fora.

26.A população valoriza o artesanato? Uns sim outros não.

27.As jovens têm interesse de aprender? Tem.

28.A prefeitura investe na tradição? Aí eu tenho que perguntar as colegas.

5.SOBRE A IG:

29.Em 2012 as rendeiras de Divina Pastora receberam a IG, porque você acha que Laranjeiras ficou de fora, já que produz a renda? Já ouvir falar [...]minha filha aí é outra coisa que eu não sei. Quer dizer se a pessoa correr atrás, se também não corre atrás também não consegue.

30.Você pensa que elas se organizam de forma diferenciada? Eu acho que sim.

31.Você acredita que elas tiveram apoio de alguém o de alguém órgão? É como digo eu acho que sim.

32.Pesquisas apontam que a tradição no município de Divina Pastora começou antes dos demais municípios, você acha que isso interferiu? ((pulo a pergunta)).

33.Em 2009 o IPHAN considerou o modo de fazer a Renda Irlandesa tendo como referência o município de Divina Pastora como patrimônio imaterial, você acha que isso interferiu? Mais uma pergunta que eu acho que não sei.

APÊNDICE L- Roteiro da Entrevista Município Laranjeiras. Transcrição 12.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ROTEIRO DA ENTREVISTA MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS

1.DADOS DO ENTREVISTADO:

- 1.Nome completo:** Gilda Santos Matias
- 2.Idade:** 45 anos
- 3.Escolaridade:** 2º grau completo
- 4.Profissão:** Eu sou auxiliar de serviços gerais e Rendeira
- 5.Estado civil:** Casada
- 6.Possui filhos?** Dois, nenhum faz renda.
- 7.Você se considera uma pessoa de classe baixa, média ou alta?** Média

2.SOBRE A RENDA IRLANDESA:

- 8.Qual a origem da Renda Irlandesa no município?** Eu não sei assim quando ela surgiu. Mais assim, foi trazida de onde começou tudo, que foi em Divina Pastora. Eu fui umas das rendeiras que morava próximo a Divina Pastora e trouxe aqui para Laranjeiras.
- 9.Quem é a artesã mais antiga?** É uma que veio de Divina Pastora, que é a primeira rendeira assim que eu conheço que morou aqui, que deu curso e fez um grupo grande aqui em Laranjeiras ((a autora pergunta o nome da rendeira)) Adélia.((a autora pergunta a

quanto tempo a renda existe no município)) acho que mais ou menos, eu tenho 30 anos que moro aqui, acho que tem mais de 30 anos.

10.Quantas artesãs existe no município? Acho que umas 30-35.

11.Qual a idade média das artesãs? De 16/17 até 55 anos.

12.Existe homens na produção? Se a resposta for não, porque só mulheres produzem? Não, que eu conheça não.

13.Qual o preço médio das peças? Depende, varia muito. Peça grande, peça pequena de R\$:10 reais a R\$: 2/ 3/ 4 mil e vai subindo. Um vestido de noiva R\$: 12 mil/ R\$: 10 mil.

14.Onde vocês compram o lacê? Eu já comprei na Ypu. Na fábrica Ypu, na Nova Friburgo. E agora mesmo, estamos comprando em armarinho.

15.Qual o preço dos produtos? ((resposta na pergunta número 13)) ((a autora pergunta se a rendeira acha o preço do produto caro)) eu não acho caro não. Porque quem conhece mesmo e valoriza sabe que é um trabalho que requer muita atenção. É delicado, porque você passar 2, 3 meses para ganhar 40, 50 reais não é caro.

16.Com que idade você aprendeu e com quem? Eu aprendi com nove anos. Com minha irmã, que aprendeu em Divina Pastora. Então como a gente era bem daquelas pessoas bem... como a gente era uma família de dezesseis irmãos, então ela disse Gilda você tem que aprender alguma coisa para ter uma renda, porque mamãe não vai poder lhe dá tudo. Então foi assim que eu aprendi, na marra, sem querer ((a autora pergunta o que incentivou a aprender mesmo foi o valor econômico, ganhar dinheiro)) foi..o valor, o dinheiro.

3.SOBRE A ASSOCIAÇÃO:

17.Quantas associações existem no município? Tem a cooperativa aqui né. Na casa de artesanato.

18.Qual o papel da associação? Bem, ajuda na renda né.

19.Quantas artesãs são associadas? Acho que tem umas 20-25.

20.Qual a idade média dessas mulheres? ((Pulo a pergunta)).

21.Quais os benefícios e deveres das associadas? Não a gente não paga nada. O prédio é servido pela prefeitura, quando a gente precisa de alguma ajuda a prefeitura está sempre pronta a ajudar.

22.As rendeiras contribuem de alguma forma para a manutenção da associação? Não, tudo pela prefeitura.

23.Os lucros dos produtos têm repasse para associação? ((Pulo a pergunta)).

24.Associação recebe apoio de algum órgão? ((Pulo a pergunta)).

4.SOBRE A POPULAÇÃO:

25.A comunidade adquire os produtos? Não, mais turistas.

26.A população valoriza o artesanato? Não.

27.As jovens têm interesse de aprender? Ói eu acho que tem né. Falta um incentivo assim da prefeitura, porque agora mesmo tem três meses que eu parei de dar o curso. Estava com pessoas de mais ou menos 26 às 65 anos, ensinando. ((a autora pergunta se elas fazem esse curso com frequência se as turmas são grandes)) não, assim mais ou menos 10-20 pessoas ((a autora pergunta como é o curso, se a prefeitura paga as rendeiras para dar o curso)) é a prefeitura dá o material e paga a pessoa. ((a autora pergunta quem são as professoras/ mestras)) tem eu e tem Nalva, até com as meninas assim, chegou, quer aprender a gente ensina. (([...] quando foi o último curso)) foi o ano passado, outubro, novembro e dezembro ((a autora foram três meses)) foi, três meses ((esse ano ainda não teve)) Bom eu ensinei essa semana uma moça que sempre vem todo ano de São Paulo para me ensinar, ela teve essa semana passada aqui. ((a autora pergunta se ela já está levando a Renda Irlandesa para São Paulo)) é porque como ele tem assim um trenzinho no mercado lá em São Paulo, aí ela queria aprender né.

28.A prefeitura investe na tradição? A prefeitura dá o material e paga a pessoa para ensinar no curso.

5.SOBRE A IG:

29.Em 2012 as rendeiras de Divina Pastora receberam a IG, porque você acha que Laranjeiras ficou de fora, já que produz a renda? Não sei acho foi egoísmo das pessoas de Divina Pastora entendeu. Tudo bem todo mundo sabe que começou por lá,

porque as missionárias levaram para lá, trabalhou com as rendeiras de lá, mas assim poxa, é uma coisa que se espalhou, tem vários polos agora né. Então acho que deveria ser tudo por igual.

30. Você pensa que elas se organizam de forma diferenciada? Eu acho que tem apoio assim do IPHAN. O IPHAN apoia lá mais porque foi lá que tudo começou então eles se acham assim no direito de apoiar sempre o polo de Divina Pastora.

31. Você acredita que elas tiveram apoio de alguém o de alguém órgão? ((resposta na pergunta 30)).

32. Pesquisas apontam que a tradição no município de Divina Pastora começou antes dos demais municípios, você acha que isso interferiu? Olhe é porque assim, não acho que não.

33. Em 2009 o IPHAN considerou o modo de fazer a renda Irlandesa tendo como referência o município de Divina Pastora como patrimônio imaterial, você acha que isso interferiu? Não acho que foi mais em falta de interesse da parte do IPHAN. Na parte de pesquisar, de vim nos polos saber, entender o trabalho das rendeiras. ((a autora pergunta se elas fizeram alguma coisa para ser incluídas no processo)) é a gente teve assim várias reuniões com o pessoal do IPHAN, exposição, mostramos o desenho, teve todo um trabalho, mas na hora de dar o título a gente soube que só foi dado para Divina Pastora.

“Eu sou Gilda Santos Matias, sou de família pobre de 16 filhos, de 26 filhos. E assim, lutei muito para chegar até aqui, é, sou casada mora a 30 anos aqui em laranjeiras, faço renda desde dos 9 e estou aí pegando gosto por tudo que aparecer. “

APÊNDICE M- Roteiro da Entrevista Município Laranjeiras. Transcrição 13.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROTEIRO DA ENTREVISTA MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS

1.DADOS DO ENTREVISTADO

1.Nome Completo: Vanusa Silva dos Santos

2.Idade: 43 anos

3.Nível de escolaridade: Até a segunda série

4.Profissão? Rendeira

5.Estado civil? ((pulo a pergunta))

6.Possui filhos? Três filhos.

7.Classe social a qual está inserido (baixa, média, alta)? Média

2.SOBRE A RENDA IRLANDESA:

8.Qual a origem da Renda Irlandesa no município? Nem sei. ((a autora pergunta quando tempo tem que fazem a renda em Laranjeiras)) uns 25-30 anos.

9.Qual a artesã mais antiga? Nalva.

10.Quantas artesãs existe no município? ((pulo a pergunta)).

11.Qual a idade média dessas artesãs? Agora você me pegou, assim como? ((a autora explica dando um exemplo)) a mais velha aqui é Nalva.

12.Existe homens na produção? Se a resposta for não, porque só mulheres produzem? Que eu saiba não.

13.Qual o preço médio das peças? Vai de R\$: 10,00 reais até R\$:1 mil.

14.Onde vocês compram o lacê? Em Aracaju.

15.Qual o preço dos produtos? ((Pulo a Pergunta)).

16.Com que idade você aprendeu e com quem? Eu aprendi com Gilda e com Nalva, foi duas vezes. E a idade filha eu não me lembro não, tem o que uns 10 anos, 12 anos que eu aprendi.

3.SOBRE A ASSOCIAÇÃO

17.Quantas associações existem no município? Não tem.

18.Qual o papel da associação? ((a pergunta não se aplica)).

19.Quantas artesãs são associadas? ((a pergunta não se aplica)).

20.Qual a idade média dessas mulheres? ((a pergunta não se aplica)).

21.Quais os benefícios e deveres das associadas? ((a pergunta não se aplica)).

22.As rendeiras contribuem de alguma forma para a manutenção da associação? ((a pergunta não se aplica)).

23.Os lucros dos produtos têm repasse para associação? ((a pergunta não se aplica)).

24.Associação recebe apoio de algum órgão? ((a pergunta não se aplica)).

4.SOBRE A POPULAÇÃO:

25.A comunidade adquire os produtos? “Qui.”

26.A população valoriza o artesanato? Uns sim, outro não.

27.As jovens têm interesse de aprender? (Silêncio) aqui o que mais tem interesse são as pessoas que são mais idosas.

28.A prefeitura investe na tradição? É na feira.

5.SOBRE A IG:

29.Em 2012 as rendeiras de Divina Pastora receberam a IG, porque você acha que Laranjeiras ficou de fora, já que produz a renda? (Silêncio) isso aí eu não sei responder.

30.Você pensa que elas se organizam de forma diferenciada? 31.Você acredita que elas tiveram apoio de alguém o de alguém órgão? ((Não sabe informar.))

32.Pesquisas apontam que a tradição no município de Divina Pastora começou antes dos demais municípios, você acha que isso interferiu? ((Não sabe informar.))

33.Em 2009 o IPHAN considerou o modo de fazer a renda Irlandesa tendo como referência o município de Divina Pastora como patrimônio imaterial, você acha que isso interferiu? ((Não sabe informar.))

“Meu nome é vanuzia sou rendeira da Renda Irlandesa, mãe de família, sou de Laranjeiras. ”

APÊNDICE N: Roteiro da Entrevista Município Laranjeiras. Transcrição 14.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ROTEIRO DA ENTREVISTA MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS

1.DADOS DO ENTREVISTADO

1.Nome Completo: Edinalva Batista dos Santos

2.Idade: 55 anos

3.Nível de escolaridade: Ensino médio incompleto

4.Profissão? Rendeira

5.Estado civil? Solteira

6.Possui filhos? 3 filhos

7.Classe social a qual está inserido (baixa, média, alta)? Média

2.SOBRE A RENDA IRLANDESA:

8.Qual a origem da Renda Irlandesa no município? A Renda Irlandesa do Município aqui de Laranjeiras ela veio através de uma pessoa de Divina Pastora. Porque a fundação da Renda Irlandesa foi em Divina Pastora. Que veio as missionárias de fora e ensinam o pessoal de lá. E eu aprendi com uma senhora de lá ((pergunto o nome da pessoa) o nome dela é Dona Adélia ((a autora pergunta se ela mora em laranjeiras)). Ela mora em

laranjeiras ainda, agora eu não sei se ela está aqui, porque teve um problema de saúde e a irmã levou para Aracaju, mas ela morava aqui. E teve um curso aqui em laranjeiras, que a prefeitura daqui na época, já tem 25 anos isso, colocou ela para ensinar as pessoas aqui em laranjeiras .E graças a Deus, como eu desde criança gosto muito e sei fazer vários tipos de bordado, eu me destaquei com a renda, aprendi rapidamente e como ela era deficiente, não andava, aí tinha que ter carro para locomover para lá e para cá, como eu aprendi rapidamente eu a substitui, aposentaram ela... ela já tinha 65 anos aposentaram ela e eu continuei sendo instrutora no lugar dela.

9.Qual a artesã mais antiga? A que faz, que começou a renda aqui fui eu.

10.Quantas artesãs existe no município? Eu acho que tem de umas 30 a 32 artesãs.

11.Qual a idade média dessas artesãs? Eu acho que... é porque varia muito, eu acho que tem de 20 a 55 anos.

12.Existe homens na produção? Se a resposta for não, porque só mulheres produzem? Não. Aqui em Laranjeiras não. Porque ultimamente ainda existe esse negócio de machismo, o homem é ainda é muito machista, porque só faz isso ou mulher, ou você sabe. É preconceito mesmo.

13.Qual o preço médio das peças? Aqui na casa de artesanato tem de R\$: 7,00 a R\$: 1.000,00 reais. [...]

14.Onde vocês compram o lacê? A gente já comprou diretamente da fábrica. Mas só que a Ypu é a aquela coisa, fecha não fecha...faz não faz. O lacê está vindo com a qualidade péssima. É e gente lá agora só tem mesmo um armarinho em Aracaju que realmente tem, que é o armarinho Carvalho. Os outros armarinhos só têm quantidades muito branco, bege, só lá que você ainda encontra uma variedade de cores escassa ainda.

15.Qual o preço dos produtos? Olhe, o lacê tem de 10 metros está custando R\$:7,90 e o rolo de 50 metros está R\$:38,00, agora a linha que a gente usa a “mercê crochê” está no valor de R\$:13,90 um novelo.

16. Com que idade você aprendeu e com quem? Eu aprendi eu acho que tinha quanto 30 anos ou foi 28. Estou entre 28 e 30, foi nessa faixa. Eu aprendi aqui em laranjeiras com dona Adélia.

3.SOBRE A ASSOCIAÇÃO

- 17. Quantas associações existem no município?** Aqui existe uma cooperativa dos artesões, não é de rendeiras, é dos artesões de laranjeiras. Mas só que eu não sou cooperada eu sou MEI, eu optei por ser MEI.
- 18. Qual o papel da associação?** Olhe ultimamente ela está desativada. Porque a presidente era para ter trocado de presidente, mas faltou uma documentação e essa documentação não chegou até hoje. Então ela está em meio termo não está totalmente funcionando.
- 19. Quantas artesãs são associadas?** Gente eu não tenho bem essa informação. Mas pelo que eu vejo falando tem de 18 a 20 pessoas, artesãs né. Mas não é só rendeira, é artesãs.
- 20. Qual a idade média dessas mulheres?** ((a pergunta não se aplica)).
- 21. Quais os benefícios e deveres das associadas?** ((a pergunta não se aplica)).
- 22. As rendeiras contribuem de alguma forma para a manutenção da associação?** ((a pergunta não se aplica)).
- 23. Os lucros dos produtos têm repasse para associação?** ((a pergunta não se aplica)).
- 24. Associação recebe apoio de algum órgão?** ((a pergunta não se aplica)).

4.SOBRE A POPULAÇÃO:

- 25. A comunidade adquire os produtos?** Não. Vou ser bem prática.
- 26. A população valoriza o artesanato?** Não. Não dá valor.
- 27. As jovens têm interesse de aprender?** Sim, até que tem. As meninas sempre têm interesse.
- 28. A prefeitura investe na tradição?** Eles apoiam muito a gente. A prefeitura apoia muito, primeiro que a gente trabalha em um prédio que é cedido pela prefeitura, nós não pagamos absolutamente nada, tem feira fora a agente quer um carro a gente quer uma coisa, a gente só corre lá e eles estão com a gente. Então a prefeitura é um parceiro muito forte dos artesões de Laranjeiras

5.SOBRE A IG:

29. Em 2012 as rendeiras de Divina Pastora receberam a IG, porque você acha que Laranjeiras ficou de fora, já que produz a renda? Então é esse ponto que a gente sempre bate. Tanto com o IPHAN, tanto com os outros órgãos que faz isso. É porque agora eles estão tratando um pouco melhor, mais é de tanto a gente procurar, da gente batalhar atrás, porque como lá tem até selo de qualidade porque é que os produtos daqui não tem.

30. Você pensa que elas se organizam de forma diferenciada? Pode ser, e também pela quantidade de pessoas que também fazem a renda lá. Porque aqui tem uma quantidade menor de rendeiras, então eu acho que é mais por isso pela quantidade de mulheres rendeiras que tem lá e a quantidade de mulheres rendeiras que tem aqui.

31. Você acredita que elas tiveram apoio de alguém o de alguém órgão? Sim. Do IPHAN. O IPHAN que correu atrás junto com elas, eu sei a história, eu corri atrás, eu sei como é.

32. Pesquisas apontam que a tradição no município de Divina Pastora começou antes dos demais municípios, você acha que isso interferiu? Sim, sim.

33. Em 2009 o IPHAN considerou o modo de fazer a renda Irlandesa tendo como referência o município de Divina Pastora como patrimônio imaterial, você acha que isso interferiu? Também. ((a autora pergunta se ela pensa se existiu outro motivo para a IG ter sido exclusiva em Divina Pastora)). Não, eu não... acho que o que o grande motivo foi que começou lá, então eles dão muito mais valores a renda de lá, que as dos outros municípios. Que não é só lá que faz, faz em Laranjeiras, faz em Maruim, faz num povoado que tem aqui, Estiva, todos esses povoados também fazem renda, então eu acho que estes também tinham que estar incluídos nisso, não só Divina Pastora. ((a autora pergunta se elas estão fazendo algo para serem incluídas nos títulos)). Exatamente a gente “tamo” correndo atrás, a gente já bateu muito no IPHAN sobre isso e agora está com uma outra direção né, que é o seu Erick que está lá, e seu Erick já me prometeu que ele vai rever isso aí.

APÊNDICE O- Roteiro da Entrevista Município Nossa Senhora do Socorro.

Transcrição 15.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ROTEIRO DA ENTREVISTA POVOADO ESTIVA
NOSSA SENHORA DO SOCORRO**

1.DADOS DO ENTREVISTADO:

1.Nome completo: Maria de Lurdes

2.Idade: 63 anos

3.Escolaridade: não sei o que é. ((a autora explica)) analfabeta.

4. Profissão: Renda Irlandesa

5.Estado Civil: Solteira

6.Possui filhos? Uma

7.Você se considera uma pessoa de classe baixa, média ou alta? Média

2.SOBRE A RENDA IRLANDESA:

8.Qual a origem da Renda Irlandesa no município? Ah, pela NASSAL né que trouxe a renda para fazer.

9. Quem é a artesã mais antiga? Todas aprenderam ao mesmo tempo, no curso da NASSAL.

10. Quantas artesãs existe no município? Ah, agora eu não sei, é que nem a Alenalda disse começou com umas 12 ou mais. Agora é de seis a oito.

11. Qual a idade média das artesãs? Não sei.

12. Existe homens na produção? Se a resposta for não, porque só mulheres produzem? ((Pulo a pergunta, resposta na pergunta 9)).

13. Qual o preço médio das peças? É quem nem Alenalda explicou é aqueles preços mesmo.

14. Onde vocês compram o lacê? Aqui.

15. Qual o preço dos produtos? ((pulo a pergunta)).

16. Com que idade você aprendeu e com quem? ((Pulo a pergunta, resposta na pergunta 9)).

3. SOBRE A ASSOCIAÇÃO:

17. Quantas associações existem no município? Uma.

18. Qual o papel da associação? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

19. Quantas artesãs são associadas? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

20. Qual a idade média dessas mulheres? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

21. Quais os benefícios e deveres das associadas? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

22. As rendeiras contribuem de alguma forma para a manutenção da associação? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

23. Os lucros dos produtos têm repasse para associação? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

24.Associação recebe apoio de algum órgão? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

4.SOBRE A POPULAÇÃO:

25.A comunidade adquire os produtos? ((pulo a pergunta)).

26.A população valoriza o artesanato? ((pulo a pergunta)).

27.As jovens têm interesse de aprender? ((pulo a pergunta)).

28.A prefeitura investe na tradição? ((pulo a pergunta)).

5.SOBRE A IG:

29.Em 2012 as rendeiras de Divina Pastora receberam a IG, porque você acha que Nossa Senhora do Socorro ficou de fora, já que produz a renda? ((As rendeiras não possuem conhecimento)).

30.Você pensa que elas se organizam de forma diferenciada? ((As rendeiras não possuem conhecimento)).

31.Você acredita que elas tiveram apoio de alguém o de alguém órgão? ((As rendeiras não possuem conhecimento)).

32.Pesquisas apontam que a tradição no município de Divina Pastora começou antes dos demais municípios, você acha que isso interferiu? ((As rendeiras não possuem conhecimento)).

33.Em 2009 o IPHAN considerou o modo de fazer a renda Irlandesa tendo como referência o município de Divina Pastora como patrimônio imaterial, você acha que isso interferiu? ((As rendeiras não possuem conhecimento)).

APÊNDICE P- Roteiro da Entrevista Município Nossa Senhora do Socorro.

Transcrição 16.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ROTEIRO DA ENTREVISTA POVOADO ESTIVA
NOSSA SENHORA DO SOCORRO**

1.DADOS DO ENTREVISTADO:

- 1.Nome completo:** Gilsa Maria dos Santos
- 2.Idade:** 56 anos
- 3.Escolaridade:** 3º ano
- 4.Profissão:** Recepcionista e Rendeira
- 5.Estado civil:** Solteira
- 6.Possui filhos?** Um
- 7.Você se considera uma pessoa de classe baixa, média ou alta?** Baixa

2.SOBRE A RENDA IRLANDESA:

8.Qual a origem da Renda Irlandesa no município? Esse foi um projeto social que a fábrica proporcionou para desenvolver a comunidade de ESTIVA, porque é uma comunidade carente. E através disso fizeram diversos cursos junto com SEBRAE, SENAI, SENAC E a NASSAU também fez uns cursinhos básicos, negócio de karatê, tinha

também a física que a gente fazia na semana né. E de vez em quando tinha o lazer eles colocam festa, tinha a ação Global.

9. Quem é a artesã mais antiga? Aprenderam todos ao mesmo tempo. Foi um curso com o pessoal de Laranjeiras e uma senhora de Divina Pastora. ((a autora pergunta os nomes das professoras)) Uma era Socorro, outra Izabel e outras duas eu não lembro, a de Divina Pastora era Elizabeth.

10. Quantas artesãs existe no município? Na época do curso tinha mais de 40, só que a maioria ficou com problema de vista e saúde e não vieram ((a autora pergunta quantas se formaram)) se formou umas 12 por aí, ((a autora pergunta quantas ainda faz o artesanato atualmente)) tem 8.

11. Qual a idade média das artesãs? A partir de 24 até mais de 50 anos.

12. Existe homens na produção? Se a resposta for não, porque só mulheres produzem? ((Pulo a pergunta, resposta na pergunta 9)).

13. Qual o preço médio das peças? ((pulo a pergunta))

14. Onde vocês compram o lacê? ((pulo a pergunta))

15. Qual o preço dos produtos? ((pulo a pergunta))

16. Com que idade você aprendeu e com quem? ((Pulo a pergunta, resposta na pergunta 9)).

3. SOBRE A ASSOCIAÇÃO:

17. Quantas associações existem no município? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

18. Qual o papel da associação? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

19. Quantas artesãs são associadas? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

20. Qual a idade média dessas mulheres? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

21. Quais os benefícios e deveres das associadas? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

22.As rendeiras contribuem de alguma forma para a manutenção da associação? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

23.Os lucros dos produtos têm repasse para associação? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

24.Associação recebe apoio de algum órgão? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

4.SOBRE A POPULAÇÃO:

25.A comunidade adquire os produtos? Não compram não, só faz apreciar.

26.A população valoriza o artesanato? Só aprecia.

27.As jovens têm interesse de aprender? Algumas.

28.A prefeitura investe na tradição? A prefeitura só sede o carro se caso a gente for vender a renda em Aracaju. Aí eles cedem o carro, só isso.

5.SOBRE A IG:

29.Em 2012 as rendeiras de Divina Pastora receberam a IG, porque você acha que Nossa Senhora do Socorro ficou de fora, já que produz a renda? Eu acredito que porque Divina Pastora é o núcleo maior. Por isso que receberam.

30.Você pensa que elas se organizam de forma diferenciada? ((pulo a pergunta))

31.Você acredita que elas tiveram apoio de alguém o de alguém órgão? ((pulo a pergunta))

32.Pesquisas apontam que a tradição no município de Divina Pastora começou antes dos demais municípios, você acha que isso interferiu? ((pulo a pergunta resposta na pergunta 29))

33.Em 2009 o IPHAN considerou o modo de fazer a renda Irlandesa tendo como referência o município de Divina Pastora como patrimônio imaterial, você acha que isso interferiu?

34. Você pensa que existe outro motivo? Se sim qual? ((a autora pergunta se elas na época procuraram o IPHAN para ser incluídas nos títulos)) não nós não pedimos não, porque estávamos “desinformadas “

“ Eu sou Gilsa funcionária pública, trabalho em uma unidade de saúde, dona de casa e solteira e só tenho um filho. ”

APÊNDICE Q- Roteiro da Entrevista Município Nossa Senhora do Socorro.

Transcrição 17.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ROTEIRO DA ENTREVISTA POVOADO ESTIVA
NOSSA SENHORA DO SOCORRO**

1.DADOS DO ENTREVISTADO:

1. **Nome completo:** Ivanilde Leandro de Jesus
2. **Idade:** 34 anos
3. **Escolaridade:** Ensino médio completo
4. **Profissão:** Artesã
5. **Estado civil:** Solteira
6. **Possui filhos?** Não
7. **Você se considera uma pessoa de classe baixa, média ou alta?** Média

2. SOBRE A RENDA IRLANDESA:

8.Qual a origem da Renda Irlandesa no município? Ela surgiu desde 2009. ((a autora incentiva a complementação)) foi um curso realizado junto com o SEBRAE e a associação que foi formada nesse ano e a parceria junto com a Itaguaçu.

9.Quem é a artesã mais antiga? Todas aprenderam ao mesmo tempo através do curso.

10.Quantas artesãs existe no município? Na época a turma iniciou em média com 40 alunas, ((a autora pergunta quantas se formaram)) em média 18. ((a autora pergunta e hoje quantas ainda faz)) hoje só 8 produz a renda. ((a autora complementa você lembra o nome das professoras)) Edna, Socorro e também teve a professora de Divina Pastora Elizabeth, ((a autora incentiva a resposta, perguntando quanto tempo durou o curso)) o curso durou em média 2 anos, as aulas era 3 vezes na semana e acontecia na sede da associação, 2 às 5 horas.

11.Qual a idade média das artesãs? O mínimo é 24 e o máximo de 63 por aí.

12.Existe homens na produção? Se a resposta for não, porque só mulheres produzem? ((Pulo a pergunta, resposta na pergunta 9)).

13.Qual o preço médio das peças? A mais barata foi R\$:10 reais uma peça que foi um marcador de texto e a mais cara foi uma colcha, uma toalha de mesa no custo de R\$: 10.000 mil reais.

14.Onde vocês compram o lacê? ((Pulo a pergunta)).

15.Qual o preço dos produtos? ((Pulo a pergunta)).

16.Com que idade você aprendeu e com quem? ((Pulo a pergunta)).

3.SOBRE A ASSOCIAÇÃO:

17.Quantas associações existem no município? Uma.

18.Qual o papel da associação? A associação ela... a gente se reúne para fazer a renda, e também ela participava de vários cursos como o karatê, a informática, aula de lazer a gente tinha aqui.

19.Quantas artesãs são associadas? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

20.Qual a idade média dessas mulheres? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

21.Quais os benefícios e deveres das associadas? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

22.As rendeiras contribuem de alguma forma para a manutenção da associação? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

23.Os lucros dos produtos têm repasse para associação? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

24.Associação recebe apoio de algum órgão? Sim, à prefeitura de Socorro ela ajudava com transporte, tinha a parceria também com o SEBRAE, SENAC que oferecia cursos porque a gente precisava poder calcular os preços e saber manejar os tecidos aqui.

4.SOBRE A POPULAÇÃO:

25.A comunidade adquire os produtos? ((pulo a pergunta)).

26.A população valoriza o artesanato? ((pulo a pergunta)).

27.As jovens têm interesse de aprender? ((pulo a pergunta)).

28.A prefeitura investe na tradição? ((pulo a pergunta)).

5.SOBRE A IG:

29.Em 2012 as rendeiras de Divina Pastora receberam a IG, porque você acha que Nossa Senhora do Socorro ficou de fora, já que produz a renda? (Silêncio) ((a autora incentiva a pergunta, questionando qual motivo ela acredita que contribuiu)) eu acho que a gente não era informada, não tinha conhecimento.

30.Você pensa que elas se organizam de forma diferenciada? ((pulo a pergunta)).

31.Você acredita que elas tiveram apoio de alguém o de alguém órgão? ((pulo a pergunta)).

32.Pesquisas apontam que a tradição no município de Divina Pastora começou antes dos demais municípios, você acha que isso interferiu? ((pulo a pergunta resposta na questão 29)).

33.Em 2009 o IPHAN considerou o modo de fazer a renda Irlandesa tendo como referência o município de Divina Pastora como patrimônio imaterial, você acha que isso interferiu? ((a autora pergunta se elas na época procuraram o IPHAN para ser incluídas nos títulos)) não a gente não sabe.

“Meu nome é Ivanilde, tenho 34 anos, solteira, e moro aqui no povoado estiva”.

APÊNDICE R- Roteiro da Entrevista Município Nossa Senhora do Socorro.

Transcrição 18.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROTEIRO DA ENTREVISTA POVOADO ESTIVA
NOSSA SENHORA DO SOCORRO

1.DADOS DO ENTREVISTADO:

- 1.Nome completo:** Franciele Leandro dos Santos
- 2.Idade:** 24 anos
- 3. Escolaridade:** 2º ano incompleto
- 4. Profissão:** Renda Irlandesa
- 5. Estado civil:** Solteira
- 6. Possui filhos?** Não
- 7. Você se considera uma pessoa de classe baixa, média ou alta?** Média

2.SOBRE A RENDA IRLANDESA:

- 8.Qual a origem da Renda Irlandesa no município?** 2009. ((a autora estimula)) A gente teve aula de umas professoras que “vinheram” de Laranjeiras ((e qual o nome dos professores?)) Socorro e Edna.
- 9.Quem é a artesã mais antiga?** Todas aprenderam ao mesmo tempo.
- 10.Quantas artesãs existe no município?** ((pulo a pergunta)).

11.Qual a idade média das artesãs? Eu acho de que né 43,54 por aí.

12.Existe homens na produção? Se a resposta for não, porque só mulheres produzem? ((Pulo a pergunta, resposta na pergunta número 8)).

13.Qual o preço médio das peças? Depende. Se for com renda é mais caro um pouquinho até R\$:300, R\$:600, e se for com pano baixa mais um pouquinho.

14.Onde vocês compram o lacê? Nos armarinhos.

15.Qual o preço dos produtos? ((pulo a pergunta)).

16.Com que idade você aprendeu e com quem? ((Pulo a pergunta, resposta na pergunta número 8)).

3.SOBRE A ASSOCIAÇÃO:

17.Quantas associações existem no município? Uma. CAD ((não sabe explicar a sigla)).

18.Qual o papel da associação? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

19.Quantas artesãs são associadas? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

20.Qual a idade média dessas mulheres? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

21.Quais os benefícios e deveres das associadas? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

22.As rendeiras contribuem de alguma forma para a manutenção da associação? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

23.Os lucros dos produtos têm repasse para associação? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

24.Associação recebe apoio de algum órgão? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

4.SOBRE A POPULAÇÃO:

25.A comunidade adquire os produtos? Já compraram, raramente.

26.A população valoriza o artesanato? Sim.

27.As jovens têm interesse de aprender? Algumas.

28.A prefeitura investe na tradição? Apoia ((interferência das demais dizendo que não.)) Silêncio da entrevistada e risos.

5.SOBRE A IG:

29.Em 2012 as rendeiras de Divina Pastora receberam a IG, porque você acha que Nossa Senhora do Socorro ficou de fora, já que produz a renda? Sei dizer não.

30.Você pensa que elas se organizam de forma diferenciada? ((pulo a pergunta. A entrevistada demonstra desconhecimento no assunto))

31.Você acredita que elas tiveram apoio de alguém o de alguém órgão? ((pulo a pergunta)).

32.Pesquisas apontam que a tradição no município de Divina Pastora começou antes dos demais municípios, você acha que isso interferiu? ((pulo a pergunta)).

33.Em 2009 o IPHAN considerou o modo de fazer a renda Irlandesa tendo como referência o município de Divina Pastora como patrimônio imaterial, você acha que isso interferiu? ((pulo a pergunta)).

“Eu sou Francielle sou rendeira do povoado Esiva, tenho 24 anos, adorei muito aprender a renda e queria continuar fazendo isso por muitos anos.”

APÊNDICE S- Roteiro da Entrevista Município Nossa Senhora do Socorro.

Transcrição 19.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ROTEIRO DA ENTREVISTA POVOADO ESTIVA
NOSSA SENHORA DO SOCORRO**

1.DADOS DO ENTREVISTADO:

- 1. Nome completo:** Alenalda Felix dos Santos
- 2.Idade:** 47 anos
- 3.Escolaridade:** Terceiro médio
- 4.Profissão:** Artesã e Dona do lar.
- 5.Estado civil:** Solteira
- 6.Possui filhos?** Dois
- 7.Você se considera uma pessoa de classe baixa, média ou alta?** Média

2. SOBRE A RENDA IRLANDESA:

- 8.Qual a origem da Renda Irlandesa no município?** A Renda Irlandesa aqui começou assim, no momento eu estava trabalhando com ponto cruz, aí de repente a NASSAU

entrou contato assim, com esses projetos, aí então surgiu esse curso da Renda Irlandesa aqui. ((a autora pergunta quando foi)) em 2009.

9.Quem é a artesã mais antiga? Não tem. Foi tudo ao mesmo tempo aqui.

10.Quantas artesãs existe no município? No início umas 12, aí acabamos entre seis a oito.

11.Qual a idade média das artesãs? Ah tinha até de menor. Minha nora mesmo tinha 16 anos na época quando ela começou. ((a autora pergunta e a mais velha)) a mais velha diga ai vocês ((a entrevistada consulta as demais presente no local da entrevista)) até 50 anos, mais que isso não tinha não.

12.Existe homens na produção? Se a resposta for não, porque só mulheres produzem? ((Pulo a pergunta, resposta na pergunta 9)).

13.Qual o preço médio das peças? O mínimo vinha da presilhinha de R\$:5,00 reais quando a gente “começamos”, a R\$: 700,00, R\$:1.000,00. A gente já vendeu uma peça de R\$: 10.000 mil reais, uma toalha. ((a autora pergunta qual o tamanho)) 4 por 4.

14.Onde vocês compram o lacê? Nos armarinhos de Aracaju. Apesar que foi doado um monte do SEBRAE para gente no começo. ((a autora pergunta se já acabou)) já.

15.Qual o preço dos produtos? ((Pulo a pergunta)).

16.Com que idade você aprendeu e com quem? Foi em dois mil e nove, ((a autora faz a conta na época com 38 anos)).

3.SOBRE A ASSOCIAÇÃO:

17.Quantas associações existem no município? Não tem.

18.Qual o papel da associação? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

19.Quantas artesãs são associadas? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

20.Qual a idade média dessas mulheres? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

21.Quais os benefícios e deveres das associadas? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

22.As rendeiras contribuem de alguma forma para a manutenção da associação? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

23.Os lucros dos produtos têm repasse para associação? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

24.Associação recebe apoio de algum órgão? ((A pergunta não se aplica a realidade do povoado.))

4.SOBRE A POPULAÇÃO:

25.A comunidade adquire os produtos? Não.

26.A população valoriza o artesanato? Acham bonito, mas sem comentários.

27.As jovens têm interesse de aprender? No começo tinha, mais depois nenhum.

28.A prefeitura investe na tradição? Em nenhum momento. ((a autora pergunta quem apoia)) Daqui mesmo de dentro só a NASSAU ((a autora pergunta e fora a NASSAU)) fora é SEBRAE, IPHAN, SESI e SENAI ((a autora pergunta como)) dando os cursos.

5.SOBRE A IG:

29.Em 2012 as rendeiras de Divina Pastora receberam a IG, porque você acha que Nossa Senhora do Socorro ficou de fora, já que produz a renda? Não. Eu já vi dona Elizabeth explicando isso, mas não me recordo. ((a autora pergunta e você sabe explicar)) não. Não...não no momento não.

30.Você pensa que elas se organizam de forma diferenciada? ((pulo a pergunta)).

31.Você acredita que elas tiveram apoio de alguém o de alguém órgão? ((pulo a pergunta)).

32.Pesquisas apontam que a tradição no município de Divina Pastora começou antes dos demais municípios, você acha que isso interferiu? ((pulo a pergunta)).

33.Em 2009 o IPHAN considerou o modo de fazer a renda Irlandesa tendo como referência o município de Divina Pastora como patrimônio imaterial, você acha que isso interferiu? ((pulo a pergunta)).

“Ah! Eu nem sei. Eu me defino como uma artesã boa e mais o que? (Risos) mãe de família, eu sou pau para toda obra, como diz o ditado.”

APÊNDICE T- Termo de Cessão de Direitos 1.

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Dissertação de Mestrado:

Entrevistadora:

Entrevistado (a): *Cyrana Ramos Jélica.*

Data: *14/08/2017*

Eu, *Cyrana Ramos Jélica*, portador do RG: *833.306 58/SE*, CPF: *878.547.325-15*, concordo em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente de que essa definição terá meu nome nos créditos como colaborador.


Assinatura

Cidade de *Macapá* / *16* de *agosto* de 2017.

APÊNDICE U- Termo de Cessão de Direitos 2.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Maria Amélia Barbosa, portador do RG: _____, CPF: _____, concordo em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Maria Amélia Barbosa
 Assinatura

Cidade de D. Pastora, 22 de Fevereiro de 2018.

APÊNDICE V- Termo de Cessão de Direitos 3.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Alzira Alves Santos, portador do RG: _____, CPF: _____, concordo em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Alzira Alves Santos

Assinatura

Cidade de D. Pastora, 22 de Fevereiro de 2018.

APÊNDICE X- Termo de Cessão de Direitos 4.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

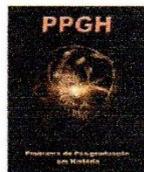
Eu, Márcia José Souza, portador do RG:
922893035-04, CPF: 922893035-04, concordo
 em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou
 filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS,
 LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora
 (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o
 trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Márcia José Souza

Assinatura

Cidade de D. Pastora, 22 de fevereiro de 2018.

APÊNDICE W- Termo de Cessão de Direitos 5.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Maria Edilene Santos, portador do RG: _____, CPF: _____, concordo em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Maria Edilene Santos

Assinatura

Cidade de Divina Pastora, 22 de Janeiro de 2018.

APÊNDICE Y- Termo de Cessão de Direitos 6.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Maria Jexi dos Santos, portador do RG: _____, CPF: _____, concordo em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Maria Jexi dos Santos

Assinatura

Cidade de Divina Pastora 22 de fevereiro de 2018.

APÊNDICE Z- Termo de Cessão de Direitos 7.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Gilmara dos Santos, portador do RG:
 _____, CPF: _____, concordo
 em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou
 filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS,
 LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora
 (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o
 trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Gilmara dos Santos

Assinatura

Cidade de Divina Past., 22 de junho de 2018.

APÊNDICE A.2- Termo de Cessão de Direitos 8.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Maria Izemilde Caraloso de Jesus, portador do RG: _____, CPF: 020.095.155.60, concordo em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Maria Izemilde Caraloso de Jesus

Assinatura

Cidade de Divina Pastora, 22 de junho de 2018.

APÊNDICE B.2- Termo de Cessão de Direitos 9.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Mikaellem Stefany de Jesus, portador do RG:
 _____, CPF: _____, concordo
 em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou
 filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS,
 LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora
 (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o
 trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Pl. Maria Ivoneide Cardoso de Jesus (tia)

Assinatura

* Mikaellem Stefany de Jesus

Cidade de D. Pastora, 22 de Fevereiro de 2018.

APÊNDICE C.2- Termo de Cessão de Direitos 10.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, NEIDIELE DE JESUS SILVA, portador do RG:
3.526.248-6, CPF: 076.950.355-13, concordo
 em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou
 filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS,
 LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora
 (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o
 trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Neidiele de Jesus Silva

Assinatura

Cidade de Divina Pastora, 22 de Fevereiro de 2018.

APÊNDICE D.2- Termo de Cessão de Direitos 11.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Similde Leandro de Jesus, portador do RG: _____, CPF: _____, concordo em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Similde Leandro de Jesus

Assinatura

Cidade de N. S. Saome, 23 de fevereiro de 2018.

APÊNDICE E.2- Termo de Cessão de Direitos 12.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Gilva Maria dos Santos, portador do RG:
 _____, CPF: _____, concordo
 em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou
 filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS,
 LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora
 (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o
 trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Gilva Maria dos Santos

Assinatura

Cidade de N. S. Lourdes, 23 de fevereiro de 2018.

APÊNDICE F.2- Termo de Cessão de Direitos 13.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Francielle Leonardo dos Santos, portador do RG: _____, CPF: _____, concordo em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Francielle Leonardo dos Santos

Assinatura

Cidade de N. S. Sionne, 23 de fevereiro de 2018.

APÊNDICE G.2- Termo de Cessão de Direitos 14.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Marina de Lourdes, portador do RG:
 _____, CPF: _____, concordo
 em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou
 filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS,
 LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora
 (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o
 trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Marina de Lourdes

Assinatura

Cidade de RS - Estiva, 23 de Setembro de 2018.

APÊNDICE I.2- Termo de Cessão de Direitos 16.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Gilda Santos Moraes, portador do RG:
861.707, CPF: _____, concordo
 em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou
 filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS,
 LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora
 (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o
 trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Gilda Santos Moraes
 Assinatura

Cidade de Laranjeiras, 23 de Fevereiro de 2018.

APÊNDICE J.2- Termo de Cessão de Direitos 17.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Maria do Socorro Freitas de Silva, portador do RG: _____, CPF: _____, concordo em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Maria do Socorro de F. Silva

Assinatura

Cidade de Laranjeiras, 23 de fevereiro de 2018.

APÊNDICE K.2- Termo de Cessão de Direitos 18.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Vanusa Silva dos Santos, portador do RG:
1.545.416, CPF: 000.346.135-10, concordo
em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou
filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS,
LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora
(SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o
trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Vanusa Silva dos Santos

Assinatura

Cidade de Laranjeiras, 23 de fevereiro de 2018.

APÊNDICE L.2- Termo de Cessão de Direitos 19.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Coordenadoria de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em História

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Marinez Santana de Jesus, portador do RG: _____, CPF: _____, concordo em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Marinez Santana de Jesus

Assinatura

Cidade de Coranjinhas, 24 de Setembro de 2017.

APÊNDICE M.2- Termo de Cessão de Direitos 20.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Coordenadoria de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em História

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Edna Cristina Maguira, portador do RG: 1.153.188, CPF: _____, concordo em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Edna Cristina Maguira

Assinatura

Cidade de Laranjeiras, 24 de Setembro de 2017.

APÊNDICE N.2- Termo de Cessão de Direitos 21.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Coordenadoria de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em História

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Edinalva Batista dos Santos, portador do RG: 555.706, CPF: 060.354.458-45, concordo em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Edinalva Batista dos Santos

Assinatura

Cidade de Lançaras, 25 de Setembro de 2017.

APÊNDICE O.2- Termo de Cessão de Direitos 22.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Coordenadoria de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em História

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Eliana Lordeiro Barbetta, portador do RG: 20900460-5, CPF: 836.319.507-30, concordo em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

Eliana Barbetta

Assinatura

Cidade de Maceió, Alagoas, 25 de Outubro de 2017.

APÊNDICE P.2- Termo de Cessão de Direitos 23.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Thais Cordeiro Belo, portador do RG: 20875041-4, CPF: 118.132.867-52, concordo em ceder os direitos de uso da entrevista gravada em áudio, escrita, fotografia e/ou filmada para complementação de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e IG na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2015)** realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira. Estou ciente que o trabalho terá meu nome nos créditos como colaborador.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Thais Cordeiro Belo', written over a horizontal line.

Assinatura

Cidade de Nova Friburgo, 25 de Outubro de 2017.

ANEXOS

ANEXO A-Decreto n. 819, 06 jun. 1923, SE.

2082 Quarta-feira, 7	DIARIO OFFICIAL	Junho de 1923
<p>agem do Presidente dos Estados Unidos da America, Grover Cleveland, e a 7 de Fevereiro de 1895, preferido o laudo final, nobremente acatado e cumprido pela Republica irmã e amiga; na questão, também secular com a França, para o dominio e posse do vasto territorio do Amapá, o Brasil, ainda</p>	<p>uma vez, se submetteu á arbitragem do Presidente da Confederação Suissa, pelo compromisso firmado a 10 de Abril de 1897, sendo em 1 de Dezembro de 1900 proferida a sentença arbitral a nosso favor; em 1842 surgiu o conflicto de limites entre o Brasil e a Inglaterra, nas fronteiras da Amazonia com a</p>	<p>Guyana Inglesa, submettendo-se á desta vez, o Brasil á arbitragem do rei da Italia, pelo compromisso de 6 de Novembro de 1901, sendo proferida a sentença a 6 de Junho de 1904, e dividido o territorio contestado em duas partes, das quaes a mais extensa coube á Inglaterra.</p>
Poder Executivo		
DECRETO N. 819		
DE 6 DE JUNHO DE 1923		
<p>cria o curso de trabalhos manuaes, anexo á Escola Normal «Ruy Barbosa».</p>	<p>das cousas, sua exactidão, no intuito de poderem ajuizar do seu valor artistico:</p>	
<p>O Presidente do Estado, considerando que é na escola primaria onde são orientados os primeiros passos da creança, para a reunião de conhecimentos, e que, mais tarde, irá se utilizar, na lucta pela vida, não se podendo, portanto, admitir que a esta faltem os meios necessarios ao desenvolvimento de suas aptidões, compellido-a a applicar e a aproveitar o ensino theorico que já lhe tenha sido ministrado;</p>	DECRETA:	
<p>Considerando que não é ao ensino profissional, propriamente dito que compete preencher essa lacuna, ainda existente em as nossas escolas primarias, pois não se deve desejar que estas escolas sejam encarregadas da formação de operarios, não só em virtude de não ser essa a sua missão, mas também porque os seus poucos recursos e exiguidade de tempo destinado aos trabalhos escolares não seriam sufficientes á execução dos programmas;</p>	<p>Art. 1º. De conformidade com o disposto na letra c, do art. 4º, da Lei n. 816, de 14 de Novembro de 1922, é creado, anexo á Escola Normal «Ruy Barbosa», o curso de trabalhos manuaes, com o objectivo, em primeiro plano, de preparar os professores primarios para a sua orientação, no Estado, e, em segundo, de transmittir aos alumnos, observando o programma que com este heixa.</p>	
<p>Considerando que a orientação, aconselhavel á creança, durante esse periodo, é o ensino de trabalhos manuaes, abrangendo, superficialmente, todas as profissões, de tal modo que ella possa, desde logo, applicar os conhecimentos de arithmetica, geometria e desenho, fixando a sua verdadeira vocação;</p>	<p>Art. 2º. O curso de trabalhos manuaes obedecerá ainda ás instrucções annexas ao presente decreto.</p>	
<p>Considerando que o ensino de trabalhos manuaes deve ser paralelo ao de desenho e geometria, não se baseado unicamente na confecção, em papel e madeira, de figuras geometricas que difficilmente interessariam á creança, e sim no fabrico de objectos, de uso commum, preferidos entre os que melhores motivos apresentam, de modo que o proprio trabalho, concluido, possa servir de estimulo ao aprendizado;</p>	<p>Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario. Palacio do Governo do Estado de Sergipe, Atacajá, 6 de Junho de 1923, 35ª da Republica.</p>	
<p>Considerando que, apesar de não ser da alçada da escola primaria, a formação de operarios, segundo ficou dito, deve-se, entretanto, fazer com que o alumno, começando pelas primeiras noções de desenho geometrico, execute diversos trabalhos, partindo dos simples para os mais difficéis, segundo o gráo de adiantamento, observadas as regras da boa technica, não só quanto á posição do corpo, como também quanto ao modo de empunhar as ferramentas e a forma de effectivar as operações com o material que tem em mão;</p>	<p>MAURICIO GRACCHO CARDOZO, <i>Munick Santoflor Cardoso.</i></p>	
<p>Considerando que o exito deste ensino depende de dois factores: o interesse que o aprendizado desperte no alumno e mais do que isso, a capacidade do mestre, que deve ter amplos conhecimentos sobre a materia que foi chamado a preleccionar;</p>	Programma do curso de trabalhos manuaes	
<p>Considerando ainda que a aula de trabalhos manuaes é um meio poderoso na educação da vontade, pelaquelle em que os alumnos adquiriram, com facilidade maior, o espirito de ordem, paciencia, observação</p>	1º ANNO	
	1º semestre:	
	TRABALHOS EM PAPEL E PAPELÃO	
	<p>Corte de papel em tiras rectas, curvas e mistas. Traça de papel formado mosaicos de forma especialmente geometrica. Corte de papelão e execução de capas de livros e pastas enfeitadas com silhuetas recortadas em papel colorido.</p>	
	2º semestre:	
	TRABALHOS EM FIBRAS E TECIDOS	
	<p>Preparo das diversas fibras e cec utradias no Estado. Estudo e observação das folhas quanto á sua posição. Execução de modelos representando as linhas horizontal, vertical, inclinada, perpendicular, obliquas e etc. Confecção de cordões, nós, trançados, lapadas e emendas. Trabalhos de malha (reles, balaios, cestos, teitras e empalhamento).</p>	
	2º ANNO	
	1º semestre:	
	TRABALHOS EM ARAME	
	<p>Desenpenar o arame na confecção de argolas.</p>	

ANEXO B- Decreto n. 819, 06 jun. 1923, SE. p.02.

DIARIO OFFICIAL

Junho de 1921 2083

4º ANNO

1º semestre :

TRABALHOS EM MADEIRA

Exercícios com a serra de recorte.
Confeção de caixas com a forma geométrica.
Aplicações da plaina, formão, coiva e puas.
Emprego e preparação da colla.
Execução de quadros, porta-cartões e outros objectos de utilidade, com o auxilio da serra de recorte.
Acabamento dos trabalhos em madeira (lixa, verniz e tintura).

2º semestre :

RECAPITULAÇÃO

Fabricação de objectos de uso commum, onde sejam empregados todos os conhecimentos adquiridos na aula de trabalhos manuaes, completando-os com applicações de gesso, vidro e celuloide.
Emprego do couro.

Palacio do Governo do Estado de Sergipe, Aracajú, 6 de Junho de 1923.

MAURICIO GRACCHO CARDOSO.

Instrucções a que se refere o decreto n. 819, desta data

Os trabalhos executados devem representar sempre o esforço pessoal do alumno.
Todos elles cumpre sejam precedidos do respectivo desenho.
O professor dará margem, sempre que for possível, a que o alumno execute objectos de sua imaginação, corrigindo os respectivos planos.
Os exercicios devem marchar systematicamente do mais facil ao difficil, empregando objectos attraentes, cujo uso interesse ao alumno.
Os trabalhos de entalhe, torno e couro só serão executados, quando a conclusão de algum outro o exigir.

Palacio do Governo do Estado de Sergipe, Aracajú, 6 de Junho de 1923.

MAURICIO GRACCHO CARDOSO.

Officios recebidos

Do dr. director da Faculdade de Medicina da Bahia, de 2 do fluente—remettendo o diploma do cirurgião dentista Remigio Ribeiro de Alboim, residente neste Estado, afim de lhe ser feita a entrega do mesmo, depois de cumprida a formalidade estatuida no Codigo do Ensino.
—Do mesmo, de igual data—remettendo, para o mesmo fim, o diploma do cirurgião dentista Osorio Dias Ribeiro, tambem residente neste Estado.

Requerimentos despachados

Sabino Ribeiro & Cia.—2º despacho a petição n. 253.—Pague-se.
—T. Dantas & Cia.—2º despacho a petição n. 501.—Item.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO

EXPEDIENTE DO DIA 6 DE JUNHO DE 1923

Officio recebido

Do dr. juiz de direito da comarca de São Francisco, de 1 do corrente—communicando que, na mesma data, procedeu ao sorteio dos 36 jurados que têm de servir na proxima reunião do jury do termo sede, e bem assim providenciou para a realização de igual sorteio no termo de Pacatuba.

Officio despachado

Do dr. sub-procurador geral do Estado, de hontem—communicando que, na mesma data, assumiu as funcções de procurador geral, em vista de haver

ANEXO C- Página do livro Encyclopédie des Ouvrages de Dames.

On peut en outre employer en guise de picots un ou même deux tours du point de dentelle fig. 906, les festons fig. 871 ou les premiers rangs des fig. 919, 920, 921.

Dentelle irlandaise avec fond de brides (fig. 940). — Les dentelles irlandaises les plus simples sont celles où les figures, formées par différentes sortes de lacets, sont reliées par des brides surjetées et par des araignées avec remplissage au point russe. Nous donnons comme exemple la dentelle fig. 940, pour laquelle on a employé un lacet uni et un lacet à médaillons.

Les brides surjetées sont exécutées d'après les explications données pour la gravure fig. 864; le point russe d'après la

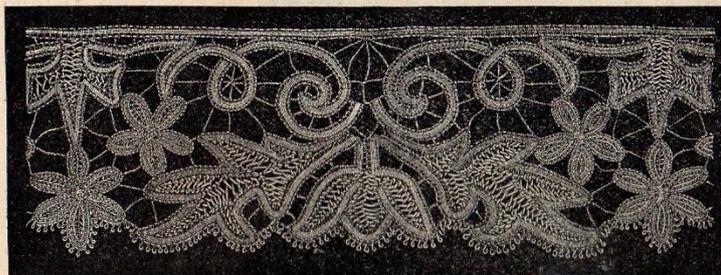


FIG. 940. DENTELLE IRLANDAISE AVEC FOND DE BRIDES.

FOURNITURES : Lin à broder D.M.C N° 50, Lin floche à broder D.M.C N° 50, en blanc, Lin à tricoter D.M.C N° 50. (*)

fig. 874, et pour les araignées au point de reprise, nous renvoyons au chapitre du Filet (fig. 673 et 674).

Le bord inférieur de la dentelle est terminé par un lacet à picots, cousu avec des points de surjet.

Dentelle irlandaise avec fond à mailles (fig. 941). L'exécution de cette dentelle demande plus de temps et plus de soins que la précédente. Après avoir bâti et froncé les lacets, on remplit le fond avec le point fig. 918. Pour arriver à faire ce remplissage bien régulièrement, nous conseillons de tracer quelques lignes auxiliaires sur le calque en papier toile, on suivra ensuite ces lignes pour exécuter les différents rangs de points.

Lorsque tout le fond sera terminé, on passera au remplis-

(*) Voir, à la fin du dernier chapitre, le tableau des grosseurs et la liste des couleurs des fils de coton, soie et lin, portant la marque D.M.C.

ANEXO D- Página do livro Encyclopédie des Ouvrages de Dames

628

LES DENTELLES A L'AIGUILLE

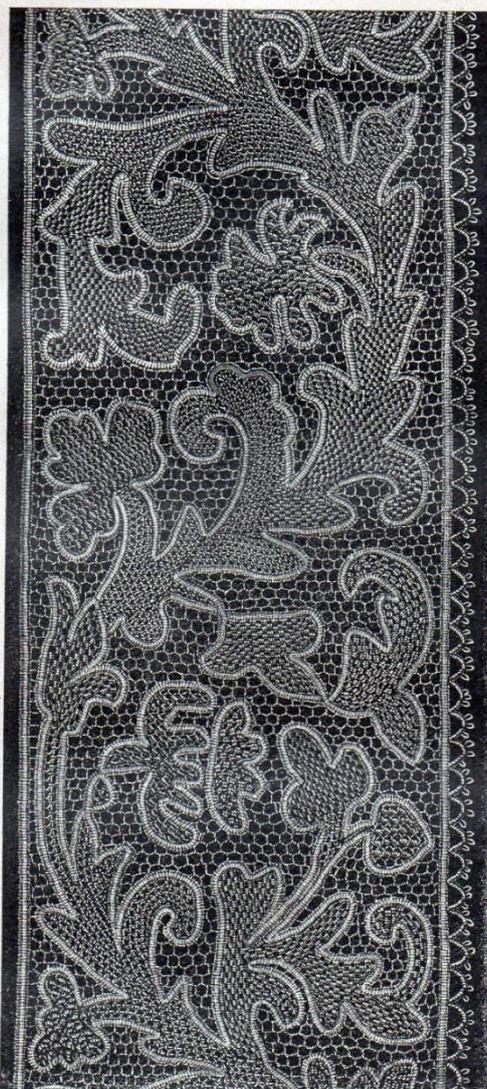


FIG. 941. DENTELLE IRLANDAISE AVEC FOND A MAILLES.

FOURNITURES — Pour le fronçage des galons :
 Lin à broder D.M.C N° 70, blanc ; pour les points de
 dentelles : Lin à tricoter D.M.C N° 45, blanc.

sage des figures, pour lequel on choisira les points fig. 892, 905 et 907. Le bord de la dentelle est garni de festons ornés de picots au point de minute (fig. 939). Ici on emploiera un fil de lin fin pour froncer les lacets et un fil plus fort pour les points de dentelles.

Dentelles vénitiennes (fig. 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948). — On comprend généralement sous la dénomination de « Point de Venise » des dentelles faites à l'aiguille, dont les contours sont bordés de riches festons, à haut relief. La dentellière appelle ces reliefs des « brodes ».

Il s'agit ici, comme pour la plupart des ouvrages, de préparer d'abord le dessin : on commence par doubler de papier noir mat le dessin calqué sur papier (il existe un papier